

## **AVISOS**

**AVISO 1:** O procedimento para cadastro para participação nos certames na CAIXA mudou, passando a ser exclusivamente por meio eletrônico.

Para participação nos certames da CAIXA é necessário o cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Pedimos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)).

**AVISO 2:** Informamos que foi implantado, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o fornecedor deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

A melhoria visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA. A partir da implantação, o licitante não terá mais que realizar o *upload* dos documentos de habilitação para cada um dos certames que tenham interesse de participar.

Os licitantes deverão realizar o cadastro de sua documentação no repositório alterando-os apenas quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame os licitantes deverão selecionar os documentos de seu repositório que desejam vincular ao certame/item de interesse.**

### **RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;

Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;

Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;

Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;

Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;

Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades. de gestão socioambiental;

Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;

Incentivar a logística inversa e logística reversa;

Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;

Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;

Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

## **NOSSOS VALORES ÉTICOS**

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que

nortearão a nossa relação.

**RESPEITO**

- ✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.
- ✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.
- ✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.
- ✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.
- ✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.
- ✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

**HONESTIDADE**

- ✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.
- ✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.
- ✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.
- ✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.
- ✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.
- ✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

**COMPROMISSO**

- ✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.
  - ✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.
  - ✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.
  - ✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.
  - ✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.
  - ✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.
- Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.

✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

**TRANSPARÊNCIA**

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

**RESPONSABILIDADE**

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA

4004 0 104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0 104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

**EDITAL  
CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT****LICITAÇÃO CAIXA Nº 087/2024 – CECOT****AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 18/03/2024**

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT/BR, representada por Licitador designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para a prestação do(s) serviço(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelo Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral, e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado até às **23:59 horas** do dia **11/04/2024** - HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme item 3.4 deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas até às **08:00 horas do dia 12/04/2024**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, às **08:00 horas do dia 12/04/2024**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta das **13:30 horas até às 14:00 horas do dia 12/04/2024**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA até o dia **05/04/2024**, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, por uma das formas a seguir.

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → em “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTRAR” → REALIZAR LOGIN → em “OUTRAS AÇÕES” → localizar a licitação desejada e clicar em “IMPUGNAÇÃO” → selecionar no campo “ATIVIDADE” a presente Licitação CAIXA → Digitar ou anexar o Arquivo e clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais

arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

Pedidos de ESCLARECIMENTOS poderão ser feitos até às **23:59 horas do dia 05/04/2024**, exclusivamente por meio do exclusivamente por meio do endereço eletrônico, por uma das formas a seguir.

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → em “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTRAR” → REALIZAR LOGIN → em “OUTRAS AÇÕES” → localizar a licitação desejada e clicar em “QUESTIONAMENTO” → selecionar no campo “ATIVIDADE” a presente Licitação CAIXA → Digitar ou anexar o Arquivo e clicar “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada e clicar no “Nº CERTAME”, → aba “QUESTIONAMENTOS” → selecionar o botão “ESCLARECIMENTOS” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

A resposta ao pedido de esclarecimento e a decisão sobre a impugnação será incluída no próprio sistema em até 2 dias úteis contados do seu recebimento. O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

## **1 DO OBJETO**

- 1.1 Contratação de empresa para o fornecimento de solução convergente de rede composta por roteadores CPE, Concentradores, Ambiente de Controle e Gerenciamento, incluindo o projeto, e implantação, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

<b>ANEXO I</b>	TERMO DE REFERÊNCIA
<b>ANEXO I-A</b>	FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
<b>ANEXO I-B</b>	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE FORNECEDORES
<b>ANEXO I-C</b>	ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO
<b>ANEXO I-D</b>	TERMO DE GARANTIA APARTADO
<b>ANEXO I-E</b>	RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS
<b>ANEXO II</b>	PROPOSTA COMERCIAL
<b>ANEXO III</b>	PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS
<b>ANEXO IV</b>	MINUTA DE CONTRATO
<b>ANEXO V</b>	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
<b>ANEXO VI</b>	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
<b>ANEXO VIII</b>	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

- 1.1.3 As especificações do objeto, os locais de prestação dos serviços e a forma de execução do contrato constam do(s) Anexo(s) I, I-A, I-B, I-C, I-D, III e IV, deste



Edital.

## **2      DA PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação, que apresentem toda a documentação legalmente exigida para habilitação, indicada no item 8, além de atender às demais exigências constantes deste edital.
- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Trabalhista e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.1.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 2.1.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses do §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual - MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE, deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.8.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.

**2.4 Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):**

- 2.4.1 em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;
- 2.4.2 que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.3.3 organizada sob a forma de cooperativa, tendo em vista que pela natureza do(s) serviço(s) existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a contratada, bem como de pessoalidade e habitualidade, considerando, ainda, que, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;
- 2.4.4 que esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.4.6 Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.8 Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.10 Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.11 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.4 acima:
  - I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
  - II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
    - a) Dirigente da CAIXA;
    - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;



- c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
- d) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

### **3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o Cadastro no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o Credenciamento neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
  - 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
    - 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acione o botão “CRIE SUA CONTA”, selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
  - 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.
- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) e siga os seguintes passos: em “ÁREA LOGADA” acione o botão “ENTRAR”, informe o CPF/Continuar, em seguida “RECUPERAR SENHA”. Na tela apresentada digite o CPF/Continuar e informe o E-MAIL/Continuar.

- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAN de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta Licitação CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CRENCIAMENTO** até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “**ENTRAR**”, na “Área Logada fornecedor”, marcar a opção “Licitação CAIXA/Pregão Eletrônico”, escolher a opção “Credenciamento em Novos Certames”, localizado no quadro “Minhas Atividades” e marcar Comprador “CAIXA”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “Credenciamento”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “Concordar”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do art. 3º da LC 123/2006, e desde que não esteja inserida nas hipóteses do § 4º do mesmo artigo, a licitante deve selecionar a opção “ME/EPP” na tela “Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica”, constante da opção “Credenciamento”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações CAIXA” no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todos as Licitações CAIXA e Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA ou pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.

- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

#### **4 DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o portal de Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-M@il ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a 10 minutos, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:
- 4.4.1 acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk** – 4004 0104 – Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.4.3 solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Licitação CAIXA.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação no repositório do cadastro do Fornecedor (“Guarda de Documentação de Habilitação”), no Portal Licitações CAIXA.

**5 DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 A Proposta de Preço é o valor que deve ser digitado após a anexação da Proposta Comercial (Anexo II) e corresponde ao VALOR GLOBAL que consta da Proposta Comercial (Anexo II).
- 5.2.1 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais, contendo os seguintes elementos:
- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), número de telefone, fax e e-mail;
- 5.3.2 Preço **Global** para a fornecimento de solução convergente de rede composta por roteadores CPE, Concentradores, Ambiente de Controle e Gerenciamento, incluindo o projeto, e implantação, de acordo com o modelo de proposta (Anexo II), atentando-se para o disposto no item 6.5 e seus subitens.
- 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
- 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;
- 5.3.4 **Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a 60 (sessenta) meses.**

- 5.3.5 Declaração sob as penalidades da lei, de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.6 Prazo de validade da proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.7 Declaração da licitante de que:
- I) se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- II) não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.5 e subitens deste edital.
- III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital para a perfeita execução do serviço, inclusive quanto aos critérios de habilitação.
- 5.3.5 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.
- 5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-M@il, a confirmação do recebimento da proposta.
- 5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), na opção “ÁREA LOGADA” à clicar em “ENTRAR” à em seguida realizar login à marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” à escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” à selecionar o item desejado à excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” à inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1
- 5.5.1 Caso haja a substituição da Proposta Comercial, após a anexação do arquivo contendo a nova Proposta Comercial, a Proposta de Preço deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.

## **6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.
- 6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme

item 7.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.

6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- condições do item 6.5 e subitens e
- compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

6.4.1 A proposta adequada deve ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br> na opção “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”.

**6.5 Será desclassificada a proposta que:**

6.5.1 não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;

6.5.2 contenham vícios insanáveis;

6.5.3 apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;

6.5.4 apresente preço excessivo ou não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;

6.5.4.1 verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.5.4.2 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do **Anexo III – Planilha de Preços Máximos Admitidos**.

6.5.4.2.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados.

6.5.4.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.



- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.9 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsidio ao julgamento, quando for o caso.
- 6.10 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.10.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

## **7 DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES ABERTOS**

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência: em <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTAR” → efetuar login → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “EFETUAR LANCES”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 15 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;
- 7.2.2 no caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

- 7.2.3 os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade do licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se enquadra como MPE.
- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de

negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.

- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até 10% (dez por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, será observada a seguinte ordem para desempate:
- 7.10.1 Disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance, por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) minutos, acrescido do horário randômico.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I produzido no País;
  - II produzido ou prestado por empresa brasileira;
  - III produzido ou prestado por empresa que invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
  - IV produzido ou prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, com observância ao item 21.10 deste edital.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 O percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de **forma linear** sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital.
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br) - na opção “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTAR” →

efetuar login → no quadro “*MINHAS ATIVIDADES*” → clicar em “*EFETUAR NEGOCIAÇÃO*”.

- 7.13 Quando da negociação o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.8, a proposta comercial, com a descrição detalhada dos custos, observado o item 6.10, com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas, nos termos do subitem 6.5.5.1.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

## **8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO**

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
  - qualificação técnica;
  - qualificação econômico-financeira;
  - regularidade fiscal federal e trabalhista;
  - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link “*Vincular Documentação de Habilitação*” e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.1.2 As instruções também constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA ([www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br)) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

**Nível I** – credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

**Nível II** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

**Nível III** – registro regular nesse nível supre as exigências de regularidade fiscal em âmbito federal e trabalhista;

**Nível V** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

**Nível VI** – o registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente.

- 8.1.4 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.1.5 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese daquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.6 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta 'on line' no SICAF, opção "Situação do Fornecedor", depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.7 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.2 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:
  - 8.2.1 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - 8.2.2 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
  - 8.2.3 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
  - 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.3 A documentação relativa à regularidade fiscal federal e trabalhista consistirá em:

- 8.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), na forma da lei;
- 8.3.3 prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, comprovada por meio de consulta à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
  - 8.3.4.1 Caso seja apresentada à CAIXA, por licitante ou cidadão interessado, Certidão Positiva expedida posteriormente àquela apresentada quando da habilitação, será concedido ao licitante o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.
- 8.3.5 O licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
  - 8.3.5.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.
- 8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:
  - 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
  - 8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:



Ativo Circulante + Ativo realizável a longo prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.

8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que 01 (um) em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a R\$ 6.878.733,36 (seis milhões, oitocentos e setenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos).

8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

■ Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

8.4.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.

8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.4.2 e 8.4.3, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.

8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:

8.4.3.3.1 publicado em Diário Oficial; ou

8.4.3.3.2 publicado em jornal, ou

8.4.3.3.3 por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial a sede ou domicílio da licitante; ou

8.4.3.3.4 por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta Comercial

da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

8.4.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD - Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

8.4.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.5.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

8.4.4 O disposto nos itens 8.4.2 a 8.4.3.3.4 não se aplica às MPE, por força do que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 8.538 de 6.10.2015.

8.4.5 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.4.6 O licitante enquadrado como microempreendedor individual - MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a vinculação dos seguintes documentos:

8.5.1 Apresentação de atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando ter o licitante desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme descrito no Termo de Referência.

8.5.1.1 para fins de compatibilidade será(ão) considerado(s) o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado pertencentes aos segmentos S1 a S4 do BACEN ou empresas do segmento de Varejo, que comprovem que a licitante desempenhou atividades relacionadas a projeto, fornecimento e implantação de rede compatível com a solução ofertada.

8.5.1.1.1 Será (ão) considerado(s) o(s) atestado(s), certidão (ões) ou declaração (ões) que comprove(m) implantações de redes com, pelo menos, 400 (quatrocentos) equipamentos distribuídos (instalados em suas filiais – Branch offices) com pontos de presença em todas as regiões do Brasil.

8.5.2 Apresentação de atestado / certidão / declaração fornecido pelo Fabricante da Solução atestando a capacidade técnica e operacional do licitante para fornecimento, implantação e suporte à solução ofertada.

8.5.2.1 O atestado deverá comprovar, ainda, que o licitante possui contrato de suporte avançado com o fabricante da solução.

8.5.2.1.1 O contrato deverá prever a atuação tempestiva do fabricante nos casos em que houver necessidade de forma a garantir os níveis de serviços previstos nas

especificações deste Edital.

- 8.5.2.1.1.1 Nestas atuações tempestivas incluem-se ações para identificação da causa raiz de falhas/problemas de hardware e/ou software pertinentes a solução
- 8.5.3 o(s) atestado(s) / certidão(ões) / declaração(ões) devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante, devendo também conter:
- a) Nome, cargo ou função, dados de identificação, telefone e e-mail de contato do emissor;
  - b) Descrição geral da solução fornecida;
  - c) Informação expressa de que o produto está atendendo de forma satisfatória;
  - d) Data de início da entrega do produto;
  - e) Data de término das instalações (em caso de CONTRATO em vigor, indicar a data prevista para finalização das instalações e a etapa em que se encontra o projeto).
- 8.5.4 Declaração informando que possui capacidade operacional compatível com as características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, caso o fornecedor não seja o fabricante do produto, apresentar.
- 8.5.5 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.5.1 Os documentos citados no subitem 8.5 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.4.1.1 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.5.6 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu credenciamento,

na forma do item 3.

- 8.7 Encerrada a etapa de negociação, a documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até 2 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
  - d) de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
  - e) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VI).
- 8.7.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa a Habilitação jurídica;
  - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
  - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
  - d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
  - e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
  - f) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
  - g) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
  - k) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI).
- 8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VIII - **DECLARAÇÃO DE**

AUTENTICIDADE assinado.

- 8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 21.14 ou por assinatura física.
- 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto a sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da CECOT/FO na **RUA SENA MADUREIRA, 800 – 14º ANDAR – CENTRO – FORTALEZA, CEARÁ – CEP: 60.055-080**, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após o pedido do licitador.

## **9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

- 9.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.8.
- 9.1.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso a licitante vencedora seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.8.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, previsto no art. 3º, inciso II, da LC 123/2006, como condição para o benefício concedido à MPE.
- 9.1.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br). Em Consulte pessoa jurídica → digite nome ou CNPJ → clicar em recursos recebidos.
- 9.1.2 A pessoa jurídica vencedora com utilização do direito de preferência, que extrapolar o faturamento máximo permitido, perderá o direito ao tratamento diferenciado, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 Prosseguindo, o Licitador efetuará a consulta 'on line' ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Licitador a Declaração de "Situação do Fornecedor".
- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de

habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.8.

- 9.3 É assegurado ao licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhá-lo atualizado, juntamente com a documentação na forma do item 8.8.
- 93.1 O prazo para envio da documentação complementar será de 2:00 (DUAS) HORAS a contar da solicitação pelo licitador por meio do sistema
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, após verificação da documentação de habilitação.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- ao CEIS/CNEP/CEPIM - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
  - CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – [www.cnj.jus.br/](http://www.cnj.jus.br/), em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;
  - SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.
- 9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.
- 9.7 **Não será habilitada a empresa que:**



- 9.7.1 esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 10.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.7.2 não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.7.3 esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 9.7.4 deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.7.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que um licitante atenda plenamente às exigências do Edital.
- 9.9 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

## **10 DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA/HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 10.1 Quando solicitado, a licitante terá até 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação da CAIXA para apresentação e disponibilização da SOLUÇÃO com ao menos 2 *appliances* remotos, 2 concentradores, e todos os demais componentes necessários para funcionamento da SOLUÇÃO por completo, para efeito de avaliação técnica, sem ônus para a CAIXA, no local indicado.
  - 10.1.1 A CAIXA utilizará a(s) amostra(s) apresentada(s) para avaliação de suas especificações com as exigências deste Edital, bem como para confronto de sua qualidade com a dos materiais que vierem a ser fornecidos futuramente, sendo admissíveis eventuais estragos no material, oriundos da análise, não cabendo à proponente qualquer valor a título de ressarcimento.
  - 10.1.2 Para o ambiente de Orquestração e Gerenciamento poderá ser utilizado ambiente virtual em nuvem desde que seja possível a instalação (do zero) de todos os artefatos (software/licenças) disponibilizados para atendimento a SOLUÇÃO.
    - 10.1.2.1 O item 10.1.2 não exige a CONTRATADA da necessidade de entrega de, pelo menos, 1 (um) equipamento de cada modelo a ser utilizado na implantação definitiva.

- 10.2 A SOLUÇÃO citada no item 9.10.1 deverá ser instalada na CN de Tecnologia da Informação São Paulo – CEAUS, localizada no seguinte endereço: AV. DR MARTIN LUTHER KING, 762 – JARDIM SANTO ANTONINHO – OSASCO, SP – CEP: 06030-003, ou em endereço definido pela CAIXA.
- 10.3 Com os equipamentos (hardware e software) disponibilizados para a fase de testes da amostra, a licitante deverá apresentar a respectiva documentação técnica, informando:
- a) Nome do fabricante do(s) Produto(s).
  - b) Modelo do(s) produto(s).
  - c) Endereço na Internet (site) do fabricante onde seja possível a obtenção de literatura técnica (especificações detalhadas, consumíveis, etc.) e drivers atualizados do(s) produto(s).
  - d) Relação de todos os componentes utilizados na montagem da SOLUÇÃO, detalhando o fabricante e modelo.
- 10.4 A SOLUÇÃO será avaliada conforme itens a seguir:
- 10.4.1 Verificação do atendimento das especificações técnicas exigidas (DOC).
  - 10.4.2 Verificação da conformidade dos manuais e outras documentações;
  - 10.4.3 Os equipamentos testados deverão possuir todos os componentes e as mesmas características dos equipamentos ofertados no edital (LAB).
  - 10.4.4 A critério da CAIXA o prazo de execução dos testes de laboratório poderá ser prorrogado a fim de permitir a validação de todas as funcionalidades previstas.
  - 10.4.5 Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento dos equipamentos fora das condições normais solicitadas no ANEXO A – Termo de Referência, e ou recomendadas pelo fabricante dos equipamentos ou dos componentes
  - 10.4.6 Será facultado às demais empresas participantes do certame licitatório o acompanhamento dos testes das amostras dos equipamentos de trabalho e seus componentes, sendo tal acesso limitado a uma única pessoa por empresa, na condição de ouvinte, ou seja, não lhe será permitida qualquer interferência nos testes, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail.
  - 10.4.7 Os técnicos responsáveis pelos testes terão a prerrogativa de solicitar a saída de pessoas que venham a interferir no andamento dos trabalhos.
  - 10.4.8 A empresa vencedora do certame licitatório pode dispor de uma pessoa no local dos testes para o devido suporte, acompanhamento dos testes e resolução de questões que surjam durante a análise técnica.

- 10.4.9 Caso exista alguma inconformidade detectada durante a análise, a empresa disporá de um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação efetuada pela CAIXA, para sanar irregularidades verificadas em suas amostras, sejam elas decorrentes de defeitos ou de desconformidade entre os produtos ofertados e o Termo de Referência, ficando sujeita à desclassificação da proposta.
- 10.4.9.1 Promovidas as alterações, não será concedida nova oportunidade para correções, caso sejam detectadas eventuais inadequações para o mesmo item.
- 10.5 Será utilizada a documentação técnica apresentada pela empresa vencedora do certame licitatório em sua proposta para verificação dos componentes instalados nas amostras apresentadas, que deverão ser, rigorosamente, idênticos àqueles por ela ofertados.
- 10.6 Ocorrendo comprovada descontinuidade de fabricação ou evolução tecnológica do equipamento ofertado ou de seus componentes, poderá a CAIXA aceitar equipamentos distintos do ofertado, desde que seja apresentada documentação técnica que comprove a equivalência ou superioridade em relação às características técnicas daquele originalmente cotado, sendo inadmissível qualquer alteração de preço.
- 10.7 Os equipamentos que não forem aprovados nos testes serão considerados, para todos os efeitos, inadequados para a CAIXA, sendo a empresa por este motivo desclassificada do certame.
- 10.8 A CAIXA terá até 30 (trinta) dias úteis para a realização dos testes de conformidade com a empresa vencedora do certame licitatório.
- 10.9 Todos os equipamentos/componentes a serem entregues deverão ser idênticos, conforme a proposta apresentada.
- 10.10 Ao final do processo de análise da amostra a CAIXA emitirá relatório técnico atestando ou não a consonância da amostra com os requisitos e especificações solicitadas no ANEXO A - Termo de Referência - Especificações Técnicas.
- 10.11 Funcionalidades referentes a ambientes de Nuvem externa também deverão ser disponibilizadas para avaliação integrada.
- 10.12 É facultado aos participantes o acompanhamento da avaliação feita pela CAIXA, devendo os interessados realizarem a requisição formal pelo e-mail [cecot29@caixa.gov.br](mailto:cecot29@caixa.gov.br).
- 10.13 A apresentação da amostra/solução será exigida apenas da licitante declarada vencedora na etapa de lances do pregão e habilitada.
- 10.14 A licitante que não entregar a(s) solução(ões), ou entregar fora do prazo estabelecido neste Edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, conforme item 16 deste edital.

- 10.15 Apenas na hipótese de a licitante melhor classificada não cumprir os requisitos da especificação técnica é que se convocarão as licitantes remanescentes na ordem de classificação, até encontrar a licitante que esteja habilitada e apresente amostra em conformidade com todas as especificações contidas no Edital.
- 10.16 A fase de amostra poderá ser dispensada caso o bem/serviço já tenha sido homologado pela CAIXA e as especificações do objeto sejam idênticas as da presente licitação.
- 10.17 Comprovação das especificações Técnicas:
- 10.17.1 A licitante deverá indicar expressamente a(s) marca(s) e o(s) modelo(s) do(s) equipamento(s) oferecido(s), bem como do(s) software(s) e módulos, quando se aplicar.
- 10.17.2 As especificações técnicas do edital devem ser comprovadas através de publicações técnicas específicas, manuais ou prospectos relacionando qual página da documentação fornecida atende a que item do edital.
- 10.17.3 Esta documentação poderá ser apresentada impressa ou em mídia eletrônica em formato solicitado pela CAIXA;
- 10.17.4 Os documentos relacionados ao item anterior deverão, se emitidos em língua estrangeira (exceto inglês), ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.
- 10.18 A adjudicação do objeto ficará condicionada a aprovação das amostras.
- 10.19 Durante a vigência do contrato, a CAIXA se reserva o direito de fazer avaliações do material fornecido, a fim de verificar a conformidade destes, sem ônus à contratada.
- 10.20 Essas avaliações serão realizadas com a mesma metodologia utilizada para análise dos protótipos/amostras.

## **11 DOS RECURSOS**

- 11.1 Após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(es), será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, devendo, obrigatoriamente, ser registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTAR” → efetuar login → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição do recurso → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até 30 (trinta) minutos, a partir da comunicação pelo sistema.
- 11.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar razões de recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar

contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 11.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 11.1.
- 11.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser copiados e colados no campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → “ACESSO AO SISTEMA” → acionar o botão “ENTAR” → efetuar login → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → quadro “OUTRAS AÇÕES” → “CONTRARRAZÃO”.
- 11.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 11.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Licitador autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 11.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 11.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 11.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

## **12 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

- 12.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 12.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo IV).
- 12.3 Fica impedida de ser contratada para a execução de serviço objeto desta licitação o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.5 do edital.
- 12.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema, nos níveis exigidos como habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.
- 12.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato (Anexo IV).

- 12.6 Caso o licitante vencedor seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 12.6.1 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 12.6.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.
- 12.6.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
- 12.6.2.2. A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA na forma do item 3.
- 12.7 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 16 deste Edital.
- 12.8 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar a Licitação CAIXA e convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste Edital, para depois de comprovados os requisitos habilitatórios negociar os preços e se acordado, tomar os demais procedimentos para contratação.
- 12.9 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, trabalhista, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 12.19.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 12.8.

### **13 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 13.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 13.2 A garantia do produto licitado será firmada em termo apartado, conforme Anexo I-D.

### **14 DA GARANTIA CONTRATUAL**



- 14.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a 5% (cinco) por cento) do valor total do contrato.
- 14.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
- 14.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 14.2.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 14.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 14.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;
- 14.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
- 14.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 14.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- 14.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- 14.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

- 14.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- 14.2.2.3.3 A apólice deverá indicar o endereço eletrônico(e-mail) oficial caso exija a comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- 14.2.2.3.4 Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- 14.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.
- 14.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 14.2.2.2.
- 14.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.
- 14.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.
- 14.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária apresentada em papel timbrado da instituição financeira emissora e que possua todos os requisitos a seguir:
- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos), caso o registro seja feito pela via eletrônica, deve-se verificar a autenticidade do documento pela chave de acesso apresentada;
- Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 14.6 deste Edital;
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de

1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;

h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

- 14.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 14.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 14.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 14.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a 5% (cinco por cento) do valor global contratado.
- 14.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

## **15 DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 15.1 A CAIXA, após a execução dos serviços e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

## **16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na minuta de contrato (Anexo IV):
  - I multa;
  - II suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 16.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de contrato.
- 16.1.2 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Contrato (ANEXO IV).

- 16.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:
- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
  - IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
  - V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
  - VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - VIII Não mantiver a proposta;
  - IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
  - X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 16.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 16.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 16.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 17 DOS ILÍCITOS PENAIS**
- 17.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.
- 18 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 18.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no compromisso registrado no SAP sob o nº 8000007293 e item de acompanhamento orçamentário nº 3104-01.
- 19 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO**

- 19.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 19.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

## **20 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

- 20.1 O contrato a ser firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de dd/mm/aaaa.
- 20.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 20.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:
- I A CONTRATADA será constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;
- II A CAIXA poderá optar pela extinção do contrato

## **21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 21.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 21.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 21.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 21.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 21.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 21.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e

incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

- 21.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BR, na cidade de Brasília/DF
- 21.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 21.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Licitação CAIXA.
- 21.10 O licitante que usufruir da preferência disposta no item 7.10.2, inciso IV, deverá cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 21.11 Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), por meio de consulta no quadro “Pesquisa de Certame” → definir comprador “CAIXA” → Modalidade “Pregão Eletrônico” (Licitação CAIXA) → definir Comprador CECOT informar o número e o ano do certame → Pesquisar → selecionar “Nº Certame” → Acessar aba “Editais”.
- 21.11.1 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhadas continuam válidos.
- 20.11.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 21.12 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 21.11.
- 21.13 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br).
- 21.14 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

## **22 DA ARBITRAGEM**

- 22.1 A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis inerentes a este contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações.



**23      DO FORO**

- 23.1      Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, na cidade de Brasília.

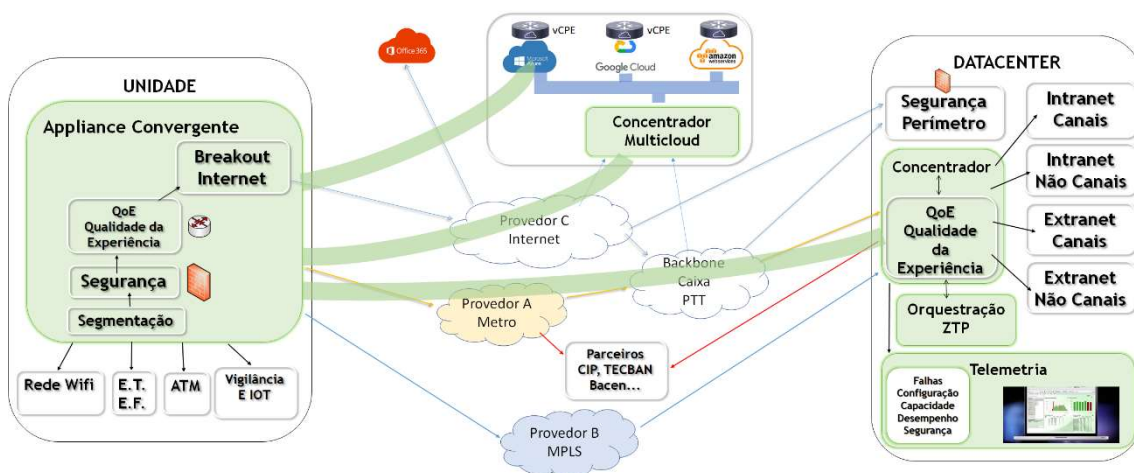
Brasília, 18 de março de 2024

Maria Auxiliadora Holanda Diógenes  
Licitador(a)

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1 OBJETO**

- 1.1 Aquisição de solução convergente de rede composta por roteadores CPE, Concentradores, Ambiente de Controle e Gerenciamento, incluindo o projeto, e implantação. A solução deve implementar as funcionalidades definidas neste termo de referência que visam a criação de uma Rede Definida por Software (SDN - SDWAN).
- 1.2 A solução pode ser composta por equipamentos CPE em hardware ou virtuais denominados vCPEs. Caso seja adotada solução com vCPE devem ser fornecidos os servidores que executarão as funções da rede previstas neste Termo.
- 1.3 As funcionalidades previstas visam consolidar diversos equipamentos e funções necessárias para a operação das unidades remotas (agências e demais canais de atendimento). O ambiente disponibilizado nessas unidades terá funções de roteamento, criptografia, firewall, IPS e acesso direto à Internet/CLOUD.
- 1.4 No ambiente remoto (canais de atendimento/agências/prédios) pode ser utilizado *appliance*, servidor ou hardware modular.
- 1.5 O Fornecedor poderá compor sua solução com partes/módulos de terceiros.
  - 1.5.1 No caso de uso de módulos ou partes de terceiros, software ou hardware, o Fornecedor deverá apresentar matriz de homologação dos elementos que garantam a interoperabilidade dos mesmos pelos fabricantes.
- 1.6 A solução deverá ser entregue com licenças permanentes para a capacidade total dos equipamentos para todos os elementos que a compõe.
  - 1.6.1 Para as funcionalidades que não disponham de licenças permanentes, deve-se considerar um período mínimo de operação de 24 meses após o término da garantia.
  - 1.6.2 Este período adicional visa permitir o funcionamento do ambiente durante a migração para uma nova solução, período no qual as funcionalidades deverão permanecer ativas porém sem obrigatoriedade de atualização e suporte.
- 1.7 A especificação será composta pelas funcionalidades exigidas para os elementos remotos, funções de rede virtualizáveis (VNF), interconexão, gerenciamento, controle e capacidade.
- 1.8 O ambiente de concentração deverá possuir capacidade suficiente para suprir a demanda de todas as unidades remotas contratadas, considerando pelo menos 6 caminhos virtuais em cada unidade.

- 1.8.1 Esses caminhos visam criar redes virtuais para encaminhar o tráfego segregado dos diversos tipos de dispositivos existentes nas unidades remotas (agências e canais de atendimento).
- 1.9 Todos os equipamentos de rede deverão possuir certificado de homologação expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) quando aplicável.
- 1.10 Todas as funcionalidades deverão permanecer ativas após término da garantia, não havendo necessidade de novas atualizações.
- 1.11 A topologia de referência a ser construída pela solução pode ser visualizada na figura abaixo:



- 1.11.1 Esta figura apresenta apenas 1 (um) Datacenter da Caixa, a solução deverá estar disponível nos 2 Datacenters e nos ambientes de interconexão multicloud.
- 1.11.2 O Concentrador colocado junto às Clouds faz parte da solução, sendo instalado nos ambientes IaaS da Caixa.
- 1.11.3 Ressaltamos que fazem parte da solução contratada os equipamentos Concentradores, *Appliances* das unidades (Remoto), Orquestrador (orquestração, gerência e controle) bem como todas as funcionalidades detalhadas neste Termo de Referência.

## 2 ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO

### 2.1 Terminais CPE/vCPE – *Appliance* de Unidades Remotas – Funções Básicas

ITEM	Terminais Unidades Remotas – Funções Básicas	HOMOLOGAÇÃO
<b>1</b>	<b>Características Gerais</b>	
1.1	Solução <i>appliance</i> , modular ou X86 composta por equipamentos físicos.	DOC
1.1.1	Todas as funcionalidades especificadas neste Termo de Referência devem ser atendidas simultaneamente.	DOC

1.2	Os planos de encaminhamento ( <i>forwarding plane</i> ) e controle ( <i>control plane</i> ) devem ser logicamente independentes.	DOC
1.2.1	Este item será flexibilizado nos casos em que o processamento da solução de UTM local seja independente do processamento de encaminhamento dos pacotes e/ou a solução permita a virtualização dos planos de encaminhamento.	DOC
1.3	Possuir indicadores luminosos que caracterizem o estado operacional (on/off) das fontes de alimentação elétrica e dos módulos de interface instalados.	LAB+DOC
1.4	O sistema operacional do equipamento deve suportar configuração de scripts para automação de tarefas.	LAB+DOC
1.5	Deve suportar as tecnologias, Gigabit Ethernet segundo os padrões IEEE 802.3ab e IEEE 802.3z.	DOC
1.6	Para equipamentos do Tipo I deve suportar portas Gigabit Ethernet 1000Base-SX, 1000Base-LX, 1000Base-LH ou 1000BASEZX, 10GBASE-SR compatíveis com os padrões IEEE 802.3, do tipo SFP/SFP+, com conectores LC.	DOC
1.6.1	Deverão ser fornecidos transceivers para fibras multimodo na mesma quantidade de portas 10Gbps previstas para o equipamento.	DOC
1.7	Deve suportar portas Gigabit Ethernet 1000Base-T compatíveis com os padrões IEEE 802.3, com conectores RJ45	DOC
1.8	Permitir a gravação de log externo ( <i>syslog</i> ).	DOC
<b>1.10</b>	<b>Dimensões</b>	
1.10.1	Instalação em rack de 19" que consuma, no máximo, 2 RUs ( <i>Rack Units</i> ) deste rack;	DOC
1.10.2	Deve vir acompanhado de todas as peças e acessórios necessários para fixação.	DOC
<b>1.11</b>	<b>Fonte de Alimentação e Ventiladores</b>	
1.11.1	Possuir fonte de alimentação com as seguintes características individuais:	DOC
1.11.1.1	Operar em corrente alternada, com tensão 110 a 240VAC automática e frequência de 60 Hz;	DOC
1.11.1.2	Ser fornecido com, pelo menos, um cabo de alimentação para cada conexão, com comprimento mínimo de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), em conformidade com as normas ABNT.	DOC
1.11.2	Deve estar em conformidade com o padrão RoHS ou similar.	DOC
1.11.3	Para modelos de Tipo I devem ser fornecidas com redundância N+1	DOC
<b>2</b>	<b>Desempenho</b>	
2.1	Deve ser fornecido com capacidade de roteamento de pacotes conforme item 2.1.1 Quadro Resumo de Capacidades deste TR.	DOC
2.2	Deve suportar <i>throughput</i> WAN conforme apresentado no quadro resumo de capacidades para cada tipo de equipamento logo abaixo desta tabela (item 2.1.1 Quadro Resumo de Capacidades deste TR).	DOC
2.2.1	Os equipamentos devem suportar no mínimo 3 conexões WAN simultâneas.	LAB+DOC
2.3	Deve suportar o encaminhamento de "jumbo frames" (frames de no mínimo 2000 bytes).	LAB+DOC
2.3.1	Tal item poderá ser atendido utilizando-se mecanismos de fragmentação de remontagem dos pacotes desde que isto possa ser feito inclusive para pacotes com bit df marcado.	
2.4	Possuir configuração de CPU e memória (RAM e flash, se for o caso) suficientes para implementação de todas as funcionalidades, simultaneamente, descritas nesta especificação e na capacidade máxima do equipamento.	DOC

<b>3</b>	<b>Interfaces</b>	
3.1	Deve ser fornecido com o quantitativo de interfaces apresentadas no quadro resumo do item 2.1.1 deste TR conforme o tipo do equipamento.	DOC
3.1.1	Além das interfaces do quadro resumo, deve ser fornecido com pelo menos 1 porta USB (no mínimo 3.0) ou porta WAN GigabitEthernet adicional, para utilização de modem LTE.	DOC
<b>4</b>	<b>Características de Firewall e IPSEC VPN (proteção das conexões Concentrador-CE)</b>	
4.1	Implementar <i>Network Address Translation</i> (NAT), inclusive em VRF ou partição lógica, nas modalidades Tradicional NAT, Basic NAT, NAPT, <i>Bi-directional</i> NAT, <i>Two-way</i> NAT e <i>Twice</i> NAT conforme definições estabelecidas nas RFC 2663 ou RFC 3022.	LAB+DOC
4.2	Deve implementar <i>Application Layer Gateway</i> (ALG) pelo menos para serviço de FTP conforme estabelecido na RFC 2663 ou RFC 3022. A funcionalidade poderá ser atendida pelo UTM.	LAB+DOC
4.3	Implementar <i>anti-spoofing</i> para IPv4 e IPv6 através de verificação <i>Reverse Path Forwarding</i> (RPF).	LAB+DOC
4.4	Possuir capacidade de criptografia do tráfego ( <i>throughput</i> ) conforme capacidade WAN de cada tipo de equipamento para conexões 128-bit AES e 256-bit AES.	DOC
4.4.1	Caso esta solução não utilize IPSEC, a criptografia deverá possuir certificação FIPS.	DOC
4.5	Permitir o uso de certificados digitais da Caixa Econômica Federal para autenticação e criptografia do tráfego entre os equipamentos da solução.	DOC
4.5.1	O uso de certificados digitais poderá ser flexibilizado caso o equipamento disponha de outro mecanismo de autenticação evitando a sua clonagem por outro equipamento que tenha acesso a chave pré-compartilhada.	DOC
4.6	Deve possuir capacidade para implementar a quantidade de túneis IPSEC apresentados no item 2.1.1 deste TR ativos simultaneamente.	DOC
4.6.1	Para soluções que não utilizam túneis IPSEC, os quantitativos se referem a quantidade de <i>peers</i> simultâneos conectados multiplicado pelo quantitativo de enlaces WAN utilizados na unidade.	DOC
4.7	A solução de criptografia não deve afetar o desempenho das outras funcionalidades do equipamento, inclusive a capacidade de comutação exigida, mantendo a performance ( <i>throughput</i> ) solicitada de tráfego.	LAB+DOC
4.8	Deve implementar <i>Dead Peer Detection</i> (DPD) conforme RFC3706.	LAB+DOC
4.8.1	Esta solução poderá ser atendida por outro mecanismo de detecção falha de conectividade desde que sua eficácia seja melhor ou igual ao DPD.	LAB+DOC
4.9	Efetuar filtragem de pacotes (listas de controle de acesso) por endereço de origem, endereço de destino, porta de origem, porta de destino e protocolos IP ( <i>"protocol type"</i> do cabeçalho IP).	LAB+DOC
4.10	Permitir o gerenciamento dos túneis VPN através de ferramenta de gerenciamento.	LAB+DOC
4.10.1	Para as soluções que não utilizam túneis este item poderá ser desconsiderado.	
<b>5</b>	<b>Qualidade de Serviço (QoS)</b>	
5.1	Implementar marcação de pacotes QoS conforme arquitetura <i>"Differentiated Services"</i> (RFCs 2474, 2475).	LAB+DOC
5.2	Deve ser possível a definição de classes de serviço e alocação de banda por classes.	LAB+DOC
5.3	Para os pacotes que excederem a especificação de banda deve ser possível configurar pelo menos as seguintes ações:	LAB+DOC
5.3.1	Transmissão do pacote sem modificação;	LAB+DOC
5.3.2	Transmissão com remarcação do valor de DSCP;	LAB+DOC
5.3.3	Descarte do pacote.	LAB+DOC
5.4	Deve ser possível criar uma classe com prioridade absoluta sobre as demais dentro da quantidade de banda que lhe foi alocada.	LAB+DOC

5.5	Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego com base em endereço IP de origem/destino, portas TCP/UDP de origem e destino, DSCP ( <i>Differentiated Services Code Point</i> ).	LAB+DOC
5.6	Implementar <i>Traffic Shaping</i> .	LAB+DOC
5.7	Implementar o algoritmo WRED (Weighted Random Early Detection).	LAB+DOC
5.8	As funções definidas nos itens 5.2 a 5.7 poderão ser atendidas por funcionalidades equivalentes, desde que sua eficácia seja melhor ou igual à especificada.	LAB+DOC
<b>6</b>	<b>Gerenciamento/Monitoração soluções de terceiros</b>	
6.1	Possuir acesso de gerenciamento para ferramentas de terceiros, com possibilidade de restrição de acesso por interface específica.	DOC
6.2	Suportar software de gerenciamento do equipamento através de SNMPv3.	DOC
6.2.1	Deve ser suportado, no mínimo, algoritmo de criptografia 3DES ou superior.	DOC
6.3	Implementar NTP ( <i>Network Time Protocol</i> ) ou SNTP, contemplando autenticação entre os <i>peers</i> , conforme definido na RFC 5905. Deve ser possível definir a interface de origem dos pacotes NTP.	LAB+DOC
6.4	Implementar NTP ou SNTP.	LAB+DOC
6.5	Implementar SSH versão 2 ou superior para acesso via terminal ao equipamento, com algoritmo de criptografia com chave de pelo menos 168 bits (3 DES).	LAB+DOC
6.6	Suportar protocolo de coleta de informações de fluxos que circulam pelo equipamento a cada instante, contemplando no mínimo as seguintes informações:	LAB+DOC
6.6.1	Endereço IP de origem/destino;	LAB+DOC
6.6.2	Campo " <i>protocol type</i> " do cabeçalho IP;	LAB+DOC
6.6.3	Porta TCP/UDP de origem/destino;	LAB+DOC
6.6.4	Interfaces de entrada e saída do tráfego;	LAB+DOC
6.6.5	Bytes e pacotes transmitidos por fluxo;	LAB+DOC
6.6.6	Deve ser possível especificar o uso de tal funcionalidade para ambos os sentidos simultaneamente em qualquer interface do CPE e Concentrador;	LAB+DOC
6.6.7	Deve ser possível habilitar tal funcionalidade em uma tabela virtual específica ou partição lógica ou VLAN;	LAB+DOC
6.6.8	Estas informações devem estar localmente disponíveis nos equipamentos de conectividade e ser automaticamente exportáveis em intervalos pré-definidos através do protocolo IPFIX ( <i>IP Flow Information Export</i> ), <i>Netflow v9</i> ou similar compatível.	DOC
6.7	Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento que possua, pelo menos, as seguintes características:	LAB+DOC
6.7.1	Utilize o protocolo TCP para prover maior confiabilidade ao tráfego dos pacotes envolvidos no controle administrativo;	LAB+DOC
6.7.2	Implementar mecanismos de AAA ( <i>Authentication, Authorization e Accounting</i> ) com garantia de entrega;	LAB+DOC
6.7.2.1	Opcionalmente, a funcionalidade de <i>Accounting</i> pode ser atendida com log de auditoria de mudanças na configuração, desde que este log seja registrado em ferramenta centralizada e possibilite sua extração para integração com outras ferramentas de terceiros.	LAB+DOC
6.7.2.2	Registrar em log pelo menos a data (com hora, minuto e segundo), autor, IP origem e descrição dos eventos/comandos.	LAB+DOC
6.7.3	Criptografar todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha;	LAB+DOC



6.7.4	Permitir a criação de grupos de administração com diferentes perfis de acesso, que possibilitem a separação das atividades administrativas no equipamento. Deve ser possível a criação de, pelo menos, os seguintes perfis:	LAB+DOC
6.7.4.1	PERFIL MONITOR: Permissão apenas de consulta, sem privilégios de escrita ou alteração de configurações no ativo de rede.	LAB+DOC
6.7.4.2	PERFIL OPERADOR: Permissão de consulta e escrita/alterações em configurações nos ativos de rede, mas sem permissão para efetuar qualquer tipo de desativação de interfaces de rede ou configuração de espelhamento de portas ( <i>port mirror</i> ) ou operação similar.	LAB+DOC
6.7.4.3	PERFIL SUPORTE: Permissão de consulta e escrita/alterações em configurações nos ativos de rede, mas sem permissão de configuração de espelhamento de portas ( <i>port mirror</i> ) ou operação similar.	LAB+DOC
6.7.4.4	PERFIL ADMINISTRADOR: Permissão de consulta e escrita/alterações em configurações nos ativos de rede.	LAB+DOC
6.7.5	Deve ser possível administrar (criar, excluir, alterar) os perfis através de orquestrador centralizado.	LAB+DOC
6.7.6	A identificação do perfil ao qual o usuário pertence deve ser obtida durante o processo de autenticação em ferramenta externa (NAC, LDAP, AD), não sendo permitido que isto seja feito através de cadastro local do usuário no equipamento.	LAB+DOC
6.7.7	Deve haver autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.	LAB+DOC
6.7.8	Estes itens (6.7 e subitens) devem ser considerados para os casos em que o equipamento suporte acesso remoto. Nos demais casos os itens devem ser considerados para a console de administração.	
6.8	O equipamento deve ter a capacidade de efetuar teste de níveis de serviços (SLA) especificados. Devem ser suportadas no mínimo as seguintes operações de teste:	
6.8.1	ICMP <i>echo</i> ;	LAB+DOC
6.8.2	TCP <i>connect</i> (em qualquer porta TCP do intervalo 1-65535 que o administrador especifique);	LAB+DOC
<b>7</b>	<b>Trunking</b>	
7.1	Implementar “VLAN Trunking” padrão IEEE 802.1q nas portas Gigabit Ethernet e 10 Gigabit Ethernet.	LAB+DOC
7.2	Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos configurados.	LAB+DOC
7.3	Implementar a funcionalidade de agregação de portas conforme padrão IEEE 802.3ad.	LAB+DOC
7.3.1	Caso o equipamento não implemente 802.3ad será permitida agregação estática de portas	DOC+LAB
<b>8</b>	<b>Funcionalidades de Camada 3 (OSI)</b>	
8.1	Implementar o protocolo de roteamento OSPF versão 2 conforme as especificações abaixo:	
8.1.1	RFC 2328 – OSPF Version 2;	LAB+DOC
8.1.2	RFC 3101 – The OSPF NSSA Option;	LAB+DOC
8.1.3	Implementar autenticação MD5 entre os <i>peers</i> OSPF;	LAB+DOC
8.1.4	Implementar pelo menos cinco processos de roteamento OSPF independentes e simultâneos;	LAB+DOC
8.1.5	Implementar pelo menos 10 adjacências OSPF;	DOC
8.1.6	Implementar pelo menos 5 áreas OSPF.	DOC
8.2	Implementar o protocolo de roteamento BGP4 implementando, no mínimo, as especificações abaixo:	
8.2.1	RFC 4271 – A Border gateway Protocol (BGPv4);	LAB+DOC
8.2.2	RFC 2385 ou RFC 5925 – BGP Session protection via TCP MD5;	LAB+DOC
8.2.3	Implementar pelo menos 6 (seis) sessões BGP ativas simultaneamente;	DOC

8.2.4	Implementar o protocolo BFD ( <i>Bidirectional Forwarding Detection</i> ) para BGP, com suporte mínimo de 6 (seis) sessões simultâneas através de interfaces físicas e lógicas (inclusive túneis GRE).	DOC
8.2.5	Os itens 8.2.3 e 8.2.4 se referem aos quantitativos mínimos para conexão de <i>underlay</i> . Para o <i>overlay</i> considerar a quantidade de caminhos virtuais necessários e o protocolo dinâmico utilizado na solução.	DOC
8.3	Implementar roteamento entre VLANs IEEE 802.1q.	LAB+DOC
8.4	Implementar roteamento baseado em políticas ( <i>Policy Based Routing</i> ).	LAB+DOC
8.5	Implementar IPv6 de acordo com as seguintes especificações mínimas:	
8.5.1	RFC 2460 – Internet Protocol, Version 6 (IPv6) Specification;	DOC
8.5.2	RFC 2461 – Neighbor Discovery for IP Version 6 (IPv6);	DOC
8.5.3	RFC 2462 – IPv6 Stateless Address Auto-Configuration;	DOC
8.5.4	RFC 4443 ou RFC 4884 – <i>Internet Control Message Protocol</i> (ICMPv6) for IPv6;	DOC
8.5.5	RFC 4291 – IP Version 6 Addressing Architecture;	DOC
8.5.6	RFC 3587 – IPv6 Global Unicast Address Format;	DOC
8.5.7	Implementar túneis IPv6 in IPv4;	DOC
8.5.8	Implementar túneis IPv6 sobre GRE sobre IPv4;	DOC
8.6	Implementar no mínimo 6 (seis) tabelas virtuais de roteamento (completamente isoladas logicamente) na implementação de MultiVRF e segmentação local;	DOC
8.6.1	Implementar mapas de importação e exportação de rotas por tabela virtual de roteamento (VRF), de modo a selecionar as rotas que integrarão cada VRF;	LAB+DOC
8.6.2	Implementar <i>Router Ids</i> independentes em cada instância VRF ou partição lógica.	LAB+DOC
8.6.3	Este item poderá ser atendido por solução semelhante desde que garanta o isolamento das tabelas de roteamento.	LAB+DOC
8.7	Os equipamentos fornecidos devem implementar o transporte de, no mínimo, VLAN IEEE 802.1q;	LAB+DOC
<b>9</b>	<b>Funcionalidades Camada 2 (OSI)</b>	
9.1	Implementar protocolo de tunelamento GRE ( <i>Generic Routing Encapsulation</i> ) conforme RFCs 1701 e 1702 ou 2784 em, no mínimo, 24 (vinte e quatro) túneis simultâneos, ou permitir o transporte de túneis GRE pela WAN de forma transparente.	LAB+DOC
9.2	Implementar DHCP Client, DHCP Server e DHCP Relay	LAB+DOC
<b>10</b>	<b>Cabos e Componentes</b>	
10.1	Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais em formato PDF, que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.	DOC
10.2	Deve ser fornecido um documento de catálogo que referencia cada item deste termo de referência (LAB+DOC) com exemplos específicos, indicando como cada item é atendido.	DOC
10.3	Deverá ser fornecido cabo de console compatível com a porta de console fornecida junto com o equipamento.	LAB
10.4	Deve ser fornecido acompanhado de todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, incluindo Softwares	

### 2.1.1 Quadro resumo capacidade e interfaces

Tipo	Capacidade WAN (SEC_Policies+VPN)	SSL Inspection	Capacidade Total	Tuneis IPSEC	Interfaces L3 1Gbps	Interfaces L3 10Gbps
I	2Gbps e 700Kpps	<u>450Mbps e 90Kpps</u>	<u>8,4Gbps e 1400Kpps</u>	200	6 x 1000Base-T	4
II	300Mbps e 90Kpps	<u>170Mbps e 34Kpps</u>	<u>2Gbps e 180Kpps</u>	60	5 x 1000Base-T	0
III	100Mbps e 40Kpps	<u>100Mbps e 20Kpps</u>	<u>1Gbps e 80Kpps</u>	24	5 x 1000Base-T	0

- Os tráfegos informados nas colunas Capacidade WAN e Capacidade Total são bidirecionais, devem, portanto, considerar a mesma capacidade para entrada e saída. Por exemplo, a capacidade WAN para o tipo III é de 100Mbps de entrada e 100Mbps de saída;

- Para dimensionamento do tráfego WAN (coluna 2), deve-se considerar todas as funcionalidades de segurança ativas previstas nesta especificação (exceto SSL Inspection) inclusive VPN IPSEC quando pertinente.

## 2.2 Concentradores Datacenter RDS (SDN – SDWAN)

ITEM	Concentradores – Funções Básicas	HOMOLOGAÇÃO
<b>1</b>	<b>Características Gerais</b>	
1.1	Equipamentos com arquitetura <i>appliance</i> , modular ou Servidor...	DOC
1.1.1	Serão aceitas soluções baseadas em servidores desde que sua arquitetura garanta a capacidade de tráfego de todos os <i>endpoints</i> com todos os itens deste Edital ativos simultaneamente.	DOC
1.1.2	Todas as funcionalidades especificadas neste Termo de Referência devem ser atendidas simultaneamente.	
1.2	Os planos de encaminhamento ( <i>forwarding plane</i> ) e controle ( <i>control plane</i> ) devem ser logicamente independentes.	DOC
1.2.1	Este item será flexibilizado nos casos em que o processamento da solução de UTM local seja independente do processamento de encaminhamento dos pacotes e/ou a solução permita a virtualização dos planos de encaminhamento.	DOC
1.3	Possuir indicadores luminosos que caracterizem o estado operacional (on/off) das fontes de alimentação elétrica e dos módulos de interface instalados no chassi.	LAB+DOC
1.4	O sistema operacional do equipamento deve suportar configuração de scripts para automação de tarefas.	LAB+DOC
1.5	Deve suportar as tecnologias, Gigabit Ethernet segundo os padrões IEEE correspondentes a cada capacidade e tipo de conexão conforme lista de interfaces a serem disponibilizadas.	DOC
1.6	Permitir a gravação de log externo ( <i>syslog</i> ).	DOC
<b>1.7</b>	<b>Dimensões</b>	
1.7.1	Instalação em rack de 19" que consuma, no máximo, 8 RUs ( <i>Rack Units</i> ) deste rack;	LAB+DOC
1.7.2	Deve vir acompanhado de todas as peças e acessórios necessários para fixação.	LAB+DOC
<b>1.8</b>	<b>Fonte de Alimentação e Ventiladores</b>	
1.8.1	Possuir fontes de alimentação, com as seguintes características individuais:	DOC
1.8.1.1	Internas ao equipamento;	DOC
1.8.1.2	Operar em corrente alternada, com tensão 110 a 240VAC automática e frequência de 60 Hz;	DOC

1.8.1.3	Possuir capacidade de substituição sem interrupção do funcionamento do equipamento ( <i>hot-swappable</i> );	LAB+DOC
1.8.1.4	Ser fornecido com, pelo menos, um cabo de alimentação para cada conexão, com comprimento mínimo de 1,80m (um metro e oitenta centímetros), em conformidade com as normas ABNT.	DOC
1.8.2	O conjunto de fontes deve possuir as seguintes características:	
1.8.2.1	O equipamento deve possuir fontes de alimentação redundantes e internas, <i>hot-swappable</i> , para operar com tensão entre 110 e 240 VAC automática. Implementar redundância de fontes do tipo N + 1;	DOC
1.8.2.2	Implementar redundância de alimentação elétrica através de balanceamento de carga;	DOC
1.8.2.3	Possuir, pelo menos, 2 (duas) conexões independentes, permitindo a sua ligação a circuitos elétricos externos distintos;	LAB+DOC
1.8.2.4	Realizar a comutação entre as fontes de forma automática e sem qualquer interrupção no funcionamento do equipamento.	DOC
1.8.2.5	Deve ser possível visualizar o status das fontes ou gerar alarme no caso de falha em qualquer delas. O alarme deve aparecer em console central.	LAB+DOC
1.8.3	Para soluções que utilizem ventilação forçada, estas devem ser redundantes na proporção n+1 com capacidade para manter a operação do equipamento em condição de consumo máximo mesmo na falha de uma ventoinha.	DOC
1.8.3.1	Possuir fluxo de ar na direção da frente ou lateral do equipamento para a parte traseira ou lateral.	DOC
1.8.3.2	No caso de falha em ventoinha deverá ser gerado alarme no equipamento e em console central.	DOC
1.8.4	Deve estar em conformidade com o padrão RoHS ou similar.	DOC
<b>2</b>	<b>Arquitetura e Desempenho</b>	
2.1	Deve suportar todo o tráfego proveniente ou destinado aos <i>endpoints</i> da solução (mínimo 4000 <i>appliances</i> ).	DOC
2.1.1	Deve suportar a concentração de todas as VPNs (ou equivalente) de todos os <i>endpoints</i> da solução.	DOC
2.1.2	Permite-se o uso de grupo de equipamentos para balanceamento de carga. Neste caso o balanceamento deve ocorrer de forma dinâmica.	DOC
2.1.2.1	Caso seja necessário utilizar mais de 1 concentrador por serviço e por Datacenter a solução deverá funcionar de forma transparente, sobretudo em relação a balanceamento das conexões e assimetria de tráfego.	DOC
2.1.2.2	Caso sejam necessários equipamentos de balanceamento para a distribuição do tráfego entre os concentradores, estes devem ser fornecidos pelo fornecedor considerando os mesmos padrões de conectividade e nível de serviço previstos nesta especificação.	DOC
2.2	A concentração deve funcionar em alta disponibilidade em 4 (dois) sites na modalidade ativo-ativo	LAB+DOC
2.2.1	A contingência deve ocorrer em âmbito local e global.	LAB+DOC
2.2.2	No âmbito local de cada site concentrador deve-se considerar contingência N+1, ou seja, na queda de um equipamento todo o tráfego deve ser assumido pelos demais no mesmo site dinamicamente sem necessidade de intervenção manual.	DOC
2.2.3	Em âmbito global cada unidade deve possuir concentração para 4 (quatro) sites concentradores funcionando em modo ativo-ativo	DOC
2.2.3.1	Ressaltamos que a solução deve considerar, ainda, o tráfego direto com ambiente em outros 2 Datacenters em Cloud (IAAS) para os quais devem ser providos concentradores virtuais.	DOC

2.3	Deverá possuir armazenamento em memória FLASH removível (PCMCIA, ou Flash Disk ou <i>Compact</i> Flash ou USB DISK) de forma a armazenar cópias do sistema operacional, configurações e arquivos de recuperação rápida do sistema.	DOC
2.3.1	Caso o equipamento não disponha de memória removível para esta função, tal funcionalidade poderá ser atendida via repositório centralizado.	LAB+DOC
2.4	Deve-se considerar, pelo menos, 44Gbps e 15Mpps de capacidade de tráfego WAN na concentração de cada Datacenter.	DOC
<b>3</b>	<b>Interfaces</b>	
3.1	Suportar no mínimo os seguintes tipos de interface: GigabitEthernet, 10 GigabitEthernet, 40GigabitEthernet e 100 GigabitEthernet	DOC
3.2	Cada equipamento deve ser fornecido com as seguintes interfaces:	
3.2.1	No mínimo 8 (oito) interfaces 10 GigabitEthernet 10GBASE-SR com conectores SFP+/XFP.	DOC
3.2.2	No mínimo 4 (quatro) interfaces de 40/100 GigabitEthernet QSFP28/QSFP+ com transceiver SR (short range) e conector LC	DOC
3.2.2.1	Caso os transceivers para 40 e 100GigabitEthernet sejam diferentes deverão ser entregues 4 (quatro) transceivers de cada capacidade.	DOC
3.2.3	No mínimo 2 (duas) interfaces 1 GigabitEthernet 1000 BASE-T.	DOC
3.3	Será admitido o uso de transceivers de outros fabricantes desde que totalmente compatíveis com os equipamentos fornecidos.	DOC
3.4	Os quantitativos de interfaces aqui especificados são mínimos. O quantitativo real necessário deverá ser considerado de acordo com o dimensionamento efetuado pelo fornecedor para o tráfego previsto e sua arquitetura utilizada.	
<b>4</b>	<b>Características de Firewall e IPSEC VPN (proteção das conexões Concentrador-CE)</b>	
4.1	Implementar Network Address Translation (NAT), inclusive em VRF ou partição lógica, nas modalidades Tradicional NAT, Basic NAT, NAPT, Bi-directional NAT, Two-way NAT e Twice NAT.	LAB+DOC
4.1.1	Garantir o funcionamento do tráfego de FTP mesmo quando passar por NAT no equipamento.	LAB+DOC
4.2	Possuir capacidade de tratamento de tráfego (throughput) de VPN IPSEC para suportar todo o tráfego proveniente e destinado aos endpoints para conexões 168-bit 3DES, 128-bit AES e 256-bit AES, Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14.	DOC
4.3	Permitir o uso de certificados digitais da Caixa Econômica Federal para autenticação e criptografia do tráfego entre os equipamentos da solução.	DOC
4.4	Cada grupo de HUB (Serviços Intranet e Canais) deve possuir capacidade para implementar a quantidade de túneis IPSEC ativos simultaneamente para todos os endpoint adquiridos e viabilizar a arquitetura com todas as nuvens isoladas previstas neste Termo.	DOC
4.5	Deve possuir solução de criptografia com hardware dedicado ou com processamento segregado que não afete o desempenho das outras funcionalidades do equipamento, inclusive a capacidade de comutação exigida, mantendo a performance ( <i>throughput</i> ) solicitada de tráfego.	DOC
4.6	Deve implementar <i>Dead Peer Detection</i> (DPD) conforme RFC3706.	LAB+DOC
4.7	Efetuar filtragem de pacotes (listas de controle de acesso) por endereço de origem, endereço de destino, porta de origem, porta de destino e protocolos IP ( <i>"protocol type"</i> do cabeçalho IP).	LAB+DOC
4.8	Efetuar filtragem de acessos por aplicação, FQDN, serviços assinados ou reconhecidos por DPI.	LAB+DOC
4.9	Efetuar o registro em log de todos os acessos efetuados, incluindo data, hora, site, endereço IP, porta acessada e usuário que efetuou o acesso.	LAB+DOC
4.10	Permitir o gerenciamento dos tuneis VPN através de SNMP	LAB+DOC
<b>5</b>	<b>Qualidade de Serviço (QoS)</b>	



5.1	Implementar QoS conforme arquitetura “ <i>Differentiated Services</i> ” (RFCs 2474, 2475).	LAB+DOC
5.2	Deve ser possível a definição de classes de serviço e alocação de banda por classes nas interfaces do equipamento.	LAB+DOC
5.3	Para os pacotes que excederem a especificação de banda deve ser possível configurar pelo menos as seguintes ações:	LAB+DOC
5.3.1	Transmissão do pacote sem modificação;	LAB+DOC
5.3.2	Transmissão com remarcação do valor de DSCP;	LAB+DOC
5.3.3	Descarte do pacote.	LAB+DOC
5.4	Deve ser possível criar uma classe com prioridade absoluta sobre as demais dentro da quantidade de banda que lhe foi alocada.	LAB+DOC
5.5	Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego com base em endereço IP de origem/destino, portas TCP/UDP de origem e destino, DSCP ( <i>Differentiated Services Code Point</i> ).	LAB+DOC
5.6	Implementar <i>Traffic Shaping</i> .	LAB+DOC
5.7	Implementar o algoritmo WRED ( <i>Weighted Random Early Detection</i> ).	LAB+DOC
<b>6</b>	<b>Gerenciamento/Monitoração soluções de terceiros</b>	
6.1	Possuir acesso de gerenciamento para ferramentas de terceiros, com possibilidade de restrição de acesso por interface específica.	DOC
6.2	Suportar software de gerenciamento do equipamento através de SNMP (v2c e v3). Para SNMPv3 devem ser suportados, no mínimo, os algoritmos de criptografia DES ou 3DES, e AES.	DOC
6.3	Implementar NTP ( <i>Network Time Protocol</i> ) ou SNTP, contemplando autenticação entre os <i>peers</i> , conforme definido na RFC 5905. Deve ser possível definir a interface de origem dos pacotes NTP.	LAB+DOC
6.4	Implementar NTP ou SNTP.	LAB+DOC
6.5	Implementar SSH versão 2 ou superior para acesso via terminal ao equipamento, com algoritmo de criptografia com chave de pelo menos 168 bits (3 DES).	LAB+DOC
6.6	Suportar protocolo de coleta de informações de fluxos que circulam pelo equipamento a cada instante, contemplando no mínimo as seguintes informações:	
6.6.1	Endereço IP de origem/destino;	LAB+DOC
6.6.2	Campo “ <i>protocol type</i> ” do cabeçalho IP;	LAB+DOC
6.6.3	Porta TCP/UDP de origem/destino;	LAB+DOC
6.6.4	Interfaces de entrada e saída do tráfego;	LAB+DOC
6.6.5	Bytes e pacotes transmitidos por fluxo;	LAB+DOC
6.6.6	Deve ser possível especificar o uso de tal funcionalidade para ambos os sentidos simultaneamente em qualquer interface do Concentrador;	LAB+DOC
6.6.7	Deve ser possível habilitar tal funcionalidade em uma tabela virtual específica (VRF ou partição lógica) ou VLAN;	LAB+DOC
6.6.8	Estas informações devem estar localmente disponíveis nos equipamentos de conectividade e ser automaticamente exportáveis em intervalos pré-definidos através do protocolo IPFIX ( <i>IP Flow Information Export</i> ), Netflow v9 ou similar compatível.	DOC
6.7	Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento que possua, pelo menos, as seguintes características:	
6.7.1	Utilize o protocolo TCP para prover maior confiabilidade ao tráfego dos pacotes envolvidos no controle administrativo;	LAB+DOC
6.7.2	Implementar mecanismos de AAA ( <i>Authentication, Authorization e Accounting</i> ) com garantia de entrega;	LAB+DOC



6.7.2.1	Opcionalmente, a funcionalidade de <i>Accounting</i> pode ser atendida com log de auditoria de mudanças na configuração, desde que este log seja registrado em ferramenta centralizada e possibilite sua extração para integração com outras ferramentas de terceiros.	LAB+DOC
6.7.2.2	Registrar em log pelo menos a data (com hora, minuto e segundo), autor, IP origem e descrição dos eventos/comandos.	LAB+DOC
6.7.2.3	Os logs devem ser compatíveis com a RFC 5424.	LAB+DOC
6.7.3	Criptografar todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha;	LAB+DOC
6.7.4	Permitir a criação de grupos de administração com diferentes perfis de acesso, que possibilitem a separação das atividades administrativas no equipamento. Deve ser possível a criação de, pelo menos, os seguintes perfis:	LAB+DOC
6.7.4.1	PERFIL MONITOR: Permissão apenas de consulta, sem privilégios de escrita ou alteração de configurações no ativo de rede.	LAB+DOC
6.7.4.2	PERFIL OPERADOR: Permissão de consulta e escrita/alterações em configurações nos ativos de rede, mas sem permissão para efetuar qualquer tipo de desativação de interfaces de rede ou configuração de espelhamento de portas ( <i>port mirror</i> ) ou operação similar.	LAB+DOC
6.7.4.3	PERFIL SUPORTE: Permissão de consulta e escrita/alterações em configurações nos ativos de rede, mas sem permissão de configuração de espelhamento de portas ( <i>port mirror</i> ) ou operação similar.	LAB+DOC
6.7.4.4	PERFIL ADMINISTRADOR: Permissão de consulta e escrita/alterações em configurações nos ativos de rede.	LAB+DOC
6.7.5	Deve ser possível administrar (criar, excluir, alterar) os perfis através de orquestrador centralizado.	LAB+DOC
6.7.6	A identificação do perfil ao qual o usuário pertence deve ser obtida durante o processo de autenticação em ferramenta externa (NAC, LDAP, AD), não sendo permitido que isto seja feito através de cadastro local do usuário no equipamento.	LAB+DOC
6.7.7	Deve haver autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.	LAB+DOC
6.7.8	Estes itens (6.7 e subitens) devem ser considerados para os casos em que o equipamento suporte acesso remoto. Nos demais casos os itens devem ser considerados para a console de administração quando pertinente.	
6.8	O equipamento deve ter a capacidade de efetuar teste de níveis de serviços (SLA) especificados. Devem ser suportadas no mínimo as seguintes operações de teste:	
6.8.1	ICMP echo;	LAB+DOC
6.8.2	TCP <i>connect</i> (em qualquer porta TCP do intervalo 1-65535 que o administrador especifique);	LAB+DOC
6.8.3	UDP echo.	LAB+DOC
<b>7</b>	<b><i>Trunking</i></b>	
7.1	Implementar " <i>VLAN Trunking</i> " padrão IEEE 802.1q nas portas Gigabit Ethernet e 10 Gigabit Ethernet.	LAB+DOC
7.2	Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos configurados.	LAB+DOC
7.3	Implementar a funcionalidade de agregação de portas conforme padrão IEEE 802.3ad.	LAB+DOC
<b>8</b>	<b>Funcionalidades de Camada 3 (OSI)</b>	
8.1	Implementar o protocolo de roteamento OSPF versão 2 conforme as especificações abaixo:	
8.1.1	RFC 2328 – OSPF Version 2;	LAB+DOC
8.1.2	Implementar autenticação MD5 entre os <i>peers</i> OSPF;	LAB+DOC

8.1.3	Implementar pelo menos cinco processos de roteamento OSPF independentes e simultâneos;	LAB+DOC
8.1.4	Implementar pelo menos 100 adjacências OSPF;	DOC
8.1.5	Implementar pelo menos 5 áreas OSPF.	DOC
8.2	Implementar o protocolo de roteamento BGP4 implementando, no mínimo, as especificações abaixo:	
8.2.1	RFC 4271 – <i>A Border Gateway Protocol (BGPv4)</i> ;	LAB+DOC
8.2.2	RFC 2858 ou RFC 4760 – <i>Multi-Protocol Extensions</i> para BGP-4;	LAB+DOC
8.2.2.1	Este item poderá ser atendido por outra solução que permita a integração com as demais redes da Caixa mantendo a segregação das tabelas de roteamento.	LAB+DOC
8.2.2.2	Com isto deve ser possível a importação e exportação de rotas, através de BGP, de cada VRF da rede Caixa para a respectiva tabela de roteamento do equipamento da solução mantendo o isolamento entre essas tabelas.	LAB+DOC
8.2.3	RFC 2385 ou RFC 5925 – BGP Session protection via TCP MD5;	LAB+DOC
8.2.4	Implementar a quantidade de sessões BGP necessárias para a solução funcionar com todas as especificações ativas deste Termo;	DOC
8.2.5	Implementar o protocolo BFD ( <i>Bidirectional Forwarding Detection</i> ) para BGP para todas as sessões ativas simultaneamente através de interfaces físicas e lógicas (inclusive túneis GRE).	LAB+DOC
8.3	Implementar roteamento entre VLANs IEEE 802.1q.	LAB+DOC
8.4	Implementar roteamento baseado em políticas ( <i>Policy Based Routing</i> ).	LAB+DOC
8.5	Implementar IPv6 de acordo com as seguintes especificações mínimas:	
8.5.1	RFC 2460 – <i>Internet Protocol, Version 6 (IPv6) Specification</i> ;	DOC
8.5.2	RFC 2461 – I	DOC
8.5.3	RFC 2462 ou RFC 4862 – IPv6 Stateless Address Auto-Configuration;	DOC
8.5.4	RFC 4443 ou RFC 4884 – <i>Internet Control Message Protocol (ICMPv6) for IPv6</i> ;	DOC
8.5.5	RFC 4291 ou atualizações – <i>IP Version 6 Addressing Architecture</i> ;	DOC
8.5.6	RFC 3587 – <i>IPv6 Global Unicast Address Format</i> ;	DOC
8.5.7	Implementar túneis IPv6 in IPv4;	DOC
8.5.8	Implementar túneis IPv6 sobre GRE sobre IPv4;	DOC
8.6	Implementar no mínimo 20 tabelas virtuais de roteamento (completamente isoladas logicamente) na implementação de MultiVRF e segmentação local ou o mesmo quantitativo de partições lógicas;	DOC
8.6.1	Implementar mapas de importação e exportação de rotas por tabela virtual de roteamento (VRF ou partições), de modo a selecionar as rotas que integrarão cada VRF/partição;	LAB+DOC
8.6.2	Implementar Router Ids independentes em cada instância.	LAB+DOC
8.7	Os roteadores fornecidos devem implementar o transporte de, no mínimo, as seguintes tecnologias de camada 2:	
8.7.1	VLANs IEEE 802.1q;	LAB+DOC
<b>7</b>	<b>Funcionalidades Camada 2 (OSI)</b>	
7.1	Implementar protocolo de tunelamento GRE ( <i>Generic Routing Encapsulation</i> ) conforme RFCs 1701 e 1702 ou 2784 conforme necessidade da arquitetura da solução e atendimento a todos os itens deste Termo.	LAB+DOC
7.2	Implementar DHCP Client, DHCP Server e DHCP Relay	LAB+DOC
<b>9</b>	<b>Cabos e Componentes</b>	
9.1	Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais em formato PDF, que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento.	DOC
9.2	Deve ser fornecido um documento de catálogo que referencia cada item deste termo de referência (LAB+DOC) com exemplos específicos, indicando como cada item é atendido.	DOC

9.3	Deverá ser fornecido cabo de console compatível com a porta de console fornecida junto com o equipamento.	LAB
9.4	Deve ser fornecido acompanhado de todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, inclusive Softwares	DOC

## 2.3 Funcionalidades de Rede Definida por Software (RDS – SDN - SDWAN)

<b>1</b>	<b>Funcionalidades de RDS</b>	
1.1	Implementar mecanismo de configuração rápida denominada provisionamento <i>zero-touch</i> (ZTP)	LAB+DOC
1.1.1	Esta funcionalidade deve permitir ao equipamento buscar suas configurações em servidor de controle/orquestração assim que é conectado à rede e receber configurações básicas de rede provenientes de um servidor DHCP.	LAB+DOC
1.1.2	Esta funcionalidade também deve funcionar através de <i>pendrive</i> conectado à porta USB, caso não seja possível o uso de detecção de parâmetros por DHCP.	LAB+DOC
1.1.2.1	Opcionalmente poderá ser utilizada via celular ou notebook através de URL gerada pelo sistema de orquestração.	LAB+DOC
1.2	Implementar a solução completa composta por equipamentos nas unidades remotas (agências, prédios e canais de atendimento) da Caixa bem como os concentradores nos 2 Datacenters da Caixa em Brasília e nos Nós de rede para conexão MultiCloud em São Paulo e Rio de Janeiro.	DOC
1.2.1	Para os Datacenters em nuvem deve-se implantar os equipamentos virtuais conforme quantitativo de licenças previstas nesta especificação	DOC
1.3	Prover uma camada de roteamento virtual sobre a estrutura de rede existente, possibilitando o encaminhamento do tráfego por diferentes tipos de circuitos WAN, inclusive circuitos WAN com NAT e endereçamento dinâmico	LAB+DOC
1.3.1	Capacidade de criação de políticas de encaminhamento de tráfego baseadas nos seguintes parâmetros: tipo de aplicação (serviços assinados ou definidos pela Caixa conforme IP, Porta e/ou Classe de QoS), latência, <i>Jitter</i> e perda de pacotes	LAB+DOC
1.3.2	Realizar o direcionamento de saída de tráfego local de internet para alguns tipos de tráfegos (conforme FQDN, IP e/ou porta) do serviço acessado.	LAB+DOC
1.3.2.1	Implementar tecnologia para reconhecimento de aplicações e subaplicações (DPI) tais como Facebook, Office 365, Office Outlook, Youtube, dentre outras.	LAB+DOC
1.3.3	A comutação do tráfego deve ocorrer de forma automática	LAB+DOC
1.3.4	As alterações das políticas devem poder ser feitas localmente ou através do servidor de controle centralizado sem impacto aos serviços.	LAB+DOC
1.4	<b>Mitigação de Perda de Pacotes</b>	
1.4.1	Implementar solução de FEC ( <i>Forward Error Correction</i> ) nas conexões entre o equipamento remoto e concentrador que possibilite a redução da perda de pacotes na rede.	LAB+DOC
1.4.1.1	Tal funcionalidade deverá operar em ambos os sentidos do tráfego, ou seja, no sentido Concentrador->equipamento remoto e equipamento remoto->Concentrador.	LAB+DOC
1.4.1.2	Esta função poderá ser substituída por duplicação de pacotes por caminhos distintos devendo funcionar inclusive para pacotes TCP,	LAB+DOC
1.4.1.2.1	No caso de duplicação de pacotes, a solução deverá garantir que os hosts não recebam pacotes duplicados.	LAB+DOC
1.4.1.3	Deverá ser possível determinar em qual serviço o FEC ou duplicação de pacotes será habilitado.	LAB+DOC
1.5	<b>Controle e Orquestração</b>	
1.5.1	Possuir ferramenta de gerência e orquestração centralizada para gerenciamento e controle de todos os elementos da solução	LAB+DOC
1.5.2	A ferramenta deve funcionar com redundância local e global, devendo ser instalada no mínimo em 2 Datacenters da Caixa Econômica Federal operando em alta disponibilidade.	DOC

1.5.3	Deve permitir a ativação de unidades remotas através de provisionamento <i>zero-touch</i> .	LAB+DOC
1.5.3.1	A desativação de unidades poderá ser atendida por outros mecanismos via orquestrador.	DOC
1.5.4	Permitir a implantação de políticas de segurança e qualidade de forma centralizada	LAB+DOC
1.5.5	Permitir a configuração dos terminais remotos e concentradores, assim como suas políticas, através de console centralizada.	LAB+DOC
1.5.6	Permitir a visualização dos fluxos de comunicação das aplicações fim a fim, assim como os dados de qualidade (latência, <i>jitter</i> , perda de pacotes e uso de banda) em tempo real ou histórica	LAB+DOC
1.5.6.1	Permitir a consulta de relatórios históricos das informações listadas.	LAB+DOC
1.5.6.2	Deverá ser possível agrupar os elementos conforme necessidade da Caixa (por UF, por tipo de unidade, por SR, dentre outras)	LAB+DOC
1.5.6.3	Permitir a geração de relatórios de elementos individuais ou grupo por hora, dia, mês e período customizado de início e fim.	LAB+DOC
1.5.6.4	Permitir a geração de relatórios diários, semanais e mensais de elementos individuais ou grupos sumarizados por períodos diurno, noturno ou horário comercial	DOC
1.5.6.5	Sempre que não houver informação específica considerar que os dados estatísticos de coletas devem ser mantidos com granularidade máxima ( <i>as is</i> ) por pelo menos 1 (um) ano. Após este período os dados poderão ser sumarizados.	LAB+DOC
1.5.7	Permitir a visualização das topologias de rede com os dados de consumo de fluxos em tempo real	LAB+DOC
1.5.8	Permitir a visualização de todas as configurações, estado e políticas aplicadas nos terminais da solução	LAB+DOC
1.5.9	Realizar <i>backup</i> e permitir o <i>rollback</i> , a partir das configurações salvas, de todos os equipamentos da solução	LAB+DOC
1.5.7	Realizar distribuição de configurações e políticas para os <i>appliance</i> remotos isoladamente ou em grupos customizáveis	LAB+DOC
1.6	<b>Segmentação de tráfego</b>	
1.6.1	Permitir o isolamento do tráfego fim a fim de forma a garantir que hosts conversem apenas entre si dentro de um grupo	LAB+DOC
1.6.1.1	Esta solução deve funcionar tanto para hosts locais (no mesmo CPE) quanto para hosts geograficamente dispersos	LAB+DOC
1.6.3	Permitir o bloqueio de tráfego para um host ou grupo de hosts oriundos de um host ou grupo de hosts	LAB+DOC
1.6.4	Flexibilidade de criação de arquiteturas <i>hub-spoke</i> e <i>spoke-spoke (mesh)</i>	LAB+DOC
1.6.4.1	Permitir a criação de múltiplos <i>hub</i> em arquitetura <i>hub-spoke</i>	LAB+DOC
1.6.4.2	Permitir a criação de nuvens isoladas de tráfego conforme serviço de cada host/equipamento/server e usuário (IoTSecurity, IoTGeral, Rede escritório, Rede Bancária, Internet, Internet Visitante, Impressão, AutoAtendimento, Telefonia IP e Parceiros)	LAB+DOC
1.6.4.3	Permitir conversação direta entre unidades remotas através de solução dinâmica ( <i>dynamic VPN</i> )	LAB+DOC
1.6.5	Permitir que estas políticas sejam implantadas através do orquestrador centralizado	LAB+DOC
1.7	<b>Ambiente de Cloud Pública</b>	
1.7.1	A solução deve permitir a interconexão com equipamentos em Cloud Pública (ambiente IAAS), diretamente e através da inclusão de vCPE nestes ambientes. As licenças devem permitir a ativação das funcionalidades previstas neste Termo de Referência, inclusive segurança.	DOC
1.7.2	Devem ser fornecidas licenças para 16 (dezesesseis) dispositivos para uso nestes ambientes de Cloud Pública	DOC
1.7.3	As licenças devem permitir a ativação das funcionalidades previstas neste Termos de Referência, sobretudo as funções de SDWAN e UTM	DOC

1.7.4	Caso as licenças para funcionalidades de SDWAN sejam apartadas das funcionalidades de UTM, devem ser fornecidas 16 (dezesesseis) licenças para cada funcionalidade.	DOC
1.7.5	A solução deve aceitar licenciamento flexível nos provedores de nuvem pública em todas as capacidades ofertadas. Os modelos mínimos aceitáveis são PAYG ( <i>Pay as You Go</i> ) e BYOL ( <i>Bring Your License</i> )	DOC
1.7.6	Para garantir disponibilidade e desempenho nos provedores de nuvem pública, o vCPE deve suportar modelos de alta disponibilidade envolvendo múltiplas zonas de disponibilidade (vários datacenters dentro de uma região).	DOC
1.7.6.1	Permitir configuração em modo Ativo/Passivo com, no mínimo, 2 (dois) vCPE em zona de disponibilidade diferentes;	DOC
1.7.6.2	Permitir configuração em modo Ativo/Ativo com mínimo de 2 (dois) vCPE em zonas de disponibilidade diferentes para as funções de SDWAN	DOC
1.7.7	A solução deve ter automações criadas pelo fornecedor para sincronismo de regras, gestão e orquestração centralizada.	DOC
1.7.8	Deve ser possível ativar a solução, no mínimo, nas nuvens públicas AWS, Azure, Google Cloud e IBM Cloud	DOC
1.7.9	A solução deve ter integração com os provedores de nuvem pública para reconhecimento dinâmico de objetos e criação de regras baseadas nesses objetos	DOC
1.7.9.1	Considerar os objetos de rede tais como VNET, VPC, circuitos virtuais, conforme padrão de cada nuvem.	DOC
1.7.10	Deve-se considerar conexão com 4 (quatro) nuvens distintas através de 2 (duas) conexões de 10Gbps em cada uma.	DOC
1.7.10.1	Em cada nuvem está previsto a criação de dois ambientes logicamente segregados	-
1.7.10.2	Deve-se fornecer licenças para permitir a implantação das respectivas nuvens na capacidade total (soma das capacidades das nuvens) de 80Gbps.	DOC
1.7.10.2.1	Permitir que a capacidade seja alocada na nuvem conforme sua demanda, ou seja, a capacidade de uma nuvem não fica limitada aos 20Gbps das conexões dedicadas, mantendo-se o limite de 80Gbps de capacidade total de todas as nuvens ativas.	-
1.8	Concentrador <i>Cloud Edge</i>	-
1.8.1	Concentrador físico a ser hospedado em provedor de interconexão ( <i>Cloud Exchange</i> ) para permitir a conexão dedicada com o ambiente de nuvem pública.	DOC
1.8.2	Este concentrador deverá possuir as funcionalidades de SDWAN e UTM.	DOC
1.8.3	Deverá possuir a mesma capacidade de encaminhamento tráfego dos concentradores dos Datacenters permitindo a concentração dos overlays de todas as unidades.	DOC
1.8.3.1	Possuir capacidade para a solução de UTM de 20Gbps@5,5Mpps (vinte gigabits por segundo e cinco milhões e quinhentos mil pacotes por segundo).	DOC

## 2.4 Segurança Unificada – Ambiente Remoto (Appliance)

1	<b>Segurança Unificada (UTM)</b>	
1.1	Implementar UTM ( <i>Unified Threat Managment</i> ) de segurança com sistema de gerenciamento centralizado	DOC
1.2	A solução deve ser toda do mesmo fabricante	DOC
1.2.1	No caso de soluções baseadas em software, permite-se o uso de hardware de terceiros desde que garantida plena compatibilidade pelo fabricante do software.	DOC
1.3	A atualização do UTM deve ocorrer através de ação centralizada sem procedimento local com verificação de execução e retorno automático das configurações em caso de falha	DOC
1.4	A solução fornecida deve ser a mesma oferecida pelo fabricante ao mercado em geral	DOC
1.5	A solução deve permitir a criação de, no mínimo, 2 tabelas virtuais de roteamento para permitir o isolamento do tráfego em camada 3.	LAB+DOC



1.5.1	Alternativamente este item pode ser atendido através de contextos/partições independentes, neste caso também deve permitir a alocação de no mínimo 2 contextos	LAB+DOC
1.5.2	Caso a solução de UTM opere em modo transparente este item poderá ser flexibilizado desde que todos os demais itens desta especificação sejam atendidos nesta modalidade de configuração	LAB+DOC
1.6	Possuir capacidade para as funções de UTM conforme coluna Capacidade WAN do Quadro Resumo de capacidades no item 2.1.1 da especificação dos terminais CPE/vCPE	DOC
2	<b>Funcionalidades UTM</b>	
2.1	Possuir funcionalidade de <i>firewall</i> tipo <i>stateful packet inspection</i> e <i>deep packet inspection</i> , com controle de tráfego de rede baseado em políticas de rede. Essas políticas deverão ser compostas pelos seguintes itens de configuração:	LAB+DOC
2.1.1	Condição da política: se está ativa ou não;	LAB+DOC
2.1.2	A ação da política em relação ao tráfego de rede: permitir ou bloquear	LAB+DOC
2.1.3	Origem e Destino do tráfego da política (interface, hosts, redes, range de IP);	LAB+DOC
2.1.4	Serviços e Protocolos que deverão ser controlados pela política;	LAB+DOC
2.1.5	Quais objetos e grupos de objetos deverão ser controlados pela política	LAB+DOC
2.1.6	Ativação e desativação de políticas agendadas por dia da semana e horário, com opção de recursividade. Esta função pode ser atendida por automação desde que desenvolvida pelo fornecedor e entregue operacional	LAB+DOC
2.2	O acesso a solução deve ser autenticado através de LDAP, AD ou TACACS	LAB+DOC
2.2.1	As permissões quanto ao acesso e execução de configurações devem ser autorizadas conforme perfil do usuário e comando executado	LAB+DOC
2.2.2	A solução deve permitir a criação de políticas no conceito de objetos e grupo de objetos	LAB+DOC
2.2.3	Criar objetos e grupo de objetos personalizados para: usuários, hosts, redes, subredes, range de endereços IP e porta	LAB+DOC
2.2.4	Os tráfegos de origem e destino de políticas de segurança deverão estar vinculados a alguma interface ou a alguma zona de segurança do equipamento	LAB+DOC
2.2.5	As políticas de segurança devem ser classificadas por ordem de prioridade. O administrador deve poder alterar a ordem de prioridade das políticas de segurança a qualquer momento	LAB+DOC
2.2.6	Deve gravar log detalhado do tráfego de rede permitindo a análise do tráfego bloqueado e identificação da política de segurança responsável pelo bloqueio	LAB+DOC
2.2.7	Resistir a técnicas de invasão ou ataques direcionados ao equipamento. Deve contar com proteção <i>anti-spoofing</i> e proteção contra tentativas de invasão por força bruta.	LAB+DOC
2.2.8	Funcionar em modo transparente ( <i>Layer 2</i> ) e em modo roteador ( <i>Layer 3</i> ).	DOC
2.2.9	Possuir funcionalidade DHCP <i>server</i> e DHCP <i>relay agent</i>	LAB+DOC
2.2.9.1	Este item poderá ser atendido por outro módulo da solução distribuída	LAB+DOC
2.2.10	Permitir a limitação de largura de banda por meio de <i>traffic shapping</i> , aplicada por política.	LAB+DOC
2.2.11	Implementar funcionalidade de VLAN 802.1Q.	LAB+DOC
2.2.12	Implementar NTP ( <i>Network Time Protocol</i> ) ou SNTP, contemplando autenticação entre os <i>peers</i> , conforme definido na RFC 5905. Deve ser possível definir a interface de origem dos pacotes NTP.	LAB+DOC
2.2.13	Implementar <i>Network Address Translation</i> (NAT), inclusive em VRF ou partição, nas modalidades Tradicional NAT, Basic NAT, NAT, <i>Bi-directional</i> NAT, <i>Two-way</i> NAT e <i>Twice</i> NAT.	LAB+DOC
2.2.14	Implementar roteamento por meio de <i>Policy Based Routing</i> (PBR).	LAB+DOC
2.2.15	Possuir a funcionalidade de roteamento dinâmico por meio dos protocolos OSPF e BGP	LAB+DOC
2.2.16	Realizar inspeção <i>stateful</i> dos protocolos de sinalização de telefonia H.323 (v1, v2, v3 e v4), <i>Session Initiation Protocol</i> (SIP), <i>Media Gateway Control Protocol</i> (MGCP).	LAB+DOC



2.2.17	Implementar captura de pacotes de rede tipo TCPDump para análise de tráfego de rede em tempo real, com opção de gravação e exportação para arquivo do tipo CAP ou PCAP	LAB+DOC
2.2.18	Permitir ao administrador finalizar sessões individualmente, sem que as demais sessões já estabelecidas no UTM, sejam encerradas	LAB+DOC
2.2.18.1	Este item pode ser desconsiderado em soluções que integram SDWAN e UTM no mesmo equipamento	DOC
2.2.19	Possuir opção de visualização de sessões, com filtros por IP de origem e/ou destino	LAB+DOC
2.2.20	Aplicar políticas de segurança a qualquer momento, sem prejuízo ao usuário. Sessões não contempladas por novas políticas de segurança aplicadas por administradores do UTM não devem ser interrompidas	LAB+DOC
2.2.21	Configurar as seguintes funcionalidades por meio de um ou mais protocolos seguros, tais como: SNMPv3, SSH ou HTTPS:	LAB+DOC
2.2.21.1	Configurações básicas de rede: endereço IP de interfaces (por DHCP ou não), servidor DNS, gateway padrão e servidor NTP;	LAB+DOC
2.2.21.2	Cadastro de contas administrativas locais;	LAB+DOC
2.2.21.3	Configuração de políticas de rede	LAB+DOC
2.2.21.4	Configurações de roteamento	LAB+DOC
2.2.21.5	Configuração de IPS e atualização da base de assinaturas	LAB+DOC
2.2.21.6	Configuração de VPN IPsec	LAB+DOC
2.2.21.7	As configurações previstas nestes itens também devem estar disponíveis através de Gerenciador Centralizado.	LAB+DOC
2.2.21.8	Para os casos em que a solução não permita acesso direto ao dispositivo remoto, as configurações podem ser feitas através do Gerenciador Centralizado	LAB+DOC
2.2.22	Possibilitar a autenticação e autorização de usuários administrativos por meio dos protocolos LDAP	LAB+DOC
2.2.23	Possibilitar a criação de políticas, associando grupos do LDAP/AD às categorias presentes no filtro de conteúdo/regras de firewall	LAB+DOC
3	<b>Funcionalidade de Filtro de Camada 7 (filtro de conteúdo)</b>	
3.1	Possuir filtro de conteúdo web com no mínimo 30 (trinta) categorias e configuração de controle de acesso a essas categorias. Deverão existir filtros com no mínimo as seguintes categorias: propaganda (adware), pornografia, proxy, jogos, <i>hacking</i> , mídias sociais, <i>streaming</i> , <i>botnet</i> , ódio/racismo	LAB+DOC
3.1.1	A solução deve possuir ao menos 10 milhões de sites WEB categorizadas na sua base de assinaturas permitindo seu bloqueio imediato.	DOC
3.2	Possuir mecanismos de categorização dinâmica de novos sites da web	LAB+DOC
3.3	Permitir encaminhar reclassificação de sites web	LAB+DOC
3.4	Permitir que usuários e grupos de usuários identificados tenham perfis com regras de filtragem diferenciadas	LAB+DOC
3.4.1	Permitir a identificação do grupo de cada usuário conforme dados obtidos das ferramentas de autenticação (p. ex LDAP e AD) dinamicamente em tempo real.	LAB+DOC
3.4.2	No caso desta solução necessitar de instalação de agente nas estações de trabalho para identificar corretamente e rapidamente eventos de <i>logon</i> e <i>logoff</i> este agente deve fazer parte da solução, considerando o parque de 150 mil equipamentos.	
3.5	Bloquear arquivos com base no tipo real do arquivo e não na sua extensão.	LAB+DOC
3.6	Implementar regras de filtragem que se apliquem em horas particulares do dia.	LAB+DOC
3.6.1	Essa funcionalidade poderá ser implementada por meio de programas, plug-ins ou APIs que deverão ser implementados pela CONTRATADA	LAB+DOC
3.7	Permitir a personalização de mensagens de negação de acesso	LAB+DOC
3.8	Permitir criar categorias locais para liberação/bloqueio de tráfego	LAB+DOC
3.9	Limitar a utilização de banda baseado nos seguintes parâmetros	LAB+DOC
3.9.1	Endereço IP de origem/destino	LAB+DOC
3.9.2	Portas TCP/UDP de origem e destino	LAB+DOC
3.9.3	Tipo de aplicação camada 7;	LAB+DOC

3.9.4	Interfaces/subinterfaces de entrada e saída	LAB+DOC
3.9.5	FQDN acessado	LAB+DOC
3.9.6	Aplicações assinadas ou detectadas por DPI	DOC
3.10	Analisar tráfego HTTPS, com possibilidade de ativação de categorias de exceções (ex: bancos, clínicas médicas, sites de justiça)	LAB+DOC
4	<b>Prevenção de Intrusão</b>	
4.1	Possuir módulo de IPS ( <i>Intrusion Prevention System</i> ) integrado a solução de UTM	DOC
4.2	Reconhecer e bloquear aplicações, independente de porta e protocolo	LAB+DOC
4.3	Detectar protocolos independentemente da porta utilizada	LAB+DOC
4.4	Reagir a ataques desconhecidos por meio de análise comportamental.	DOC
4.4.1	Permitir o bloqueio de tráfego com comportamento suspeito.	DOC
4.5	Detectar, reconhecer e bloquear tentativas de invasão com base em biblioteca de assinaturas.	LAB+DOC
4.6	Detectar, reconhecer e bloquear ataques baseados em exploração de vulnerabilidades de aplicativos e sistemas operacionais	LAB+DOC
4.7	Permitir ajustar o tipo de ação (bloquear ou monitorar) que o IPS deve adotar durante a investida de uma ameaça detectada	LAB+DOC
4.8	Permitir ativar ou desativar uma determinada assinatura na biblioteca do IPS	LAB+DOC
4.9	Permitir a inclusão, junto ao fabricante da solução, de assinaturas definidas pela Caixa	DOC
4.10	Permitir a inclusão de exceções de endereços IP na inspeção de assinaturas de IPS	LAB+DOC
4.11	Criar diferentes tipos de políticas de IPS	LAB+DOC
4.12	Proteger e impedir, no mínimo, os seguintes ataques de negação de serviço direcionados ao UTM e a hosts e servidores protegidos pelo UTM:	DOC
4.12.1	Ataques de Flood tais como Syn Flood, ICMP Flood, UDP Flood, HTTP Flood	DOC
4.12.2	Ataques de malformação de pacotes e fragmentação de pacotes IP	DOC
4.12.3	Detectar e bloquear ataques utilizando técnicas de <i>Ping Sweep</i> , <i>Port Scanning</i> , <i>Host Discovery</i>	DOC
4.12.4	Bloquear ataques de Buffer Overflow.	DOC
4.13	Atualizar assinaturas automaticamente, a partir do Sistema de Gerenciamento Centralizado	DOC
4.14	Enviar alertas para a console centralizadora	LAB+DOC
4.15	Responder eventos com TCP reset ou descarte de pacotes	LAB+DOC
4.16	Ter o gerenciamento gráfico centralizado do IPS integrado ao gerenciamento do UTM	LAB+DOC
4.17	Ter identificação e dados de vulnerabilidades das assinaturas	LAB+DOC
4.18	Funcionar independentemente de conexão direta ao site do fabricante	LAB+DOC
4.19	Ter as atualizações de versão e releases da biblioteca de assinaturas com retardo máximo de 24 horas da atualização/versionamento, com tempo hábil para passarem por testes em laboratório na Caixa antes de homologadas para o ambiente de produção	DOC
5	<b>Antivírus e antimalware</b>	
5.1	Possuir módulo de Antivírus integrado a solução de segurança	DOC
5.2	Deve ser capaz de proteger contra vírus, <i>worms</i> , <i>trojans</i> e outros malwares.	DOC
5.3	Deve permitir a inspeção, detecção e prevenção baseado em fluxo	LAB+DOC
5.4	Ter opções de configurar respostas a tratamento de eventos. (Por exemplo, Permitir, Alertar e Descartar).	LAB+DOC
5.5	Possibilitar a personalização de perfis e configurar políticas de antivírus permitindo aplicar no fluxo da conexão. Aplicar diferentes tipos de proteção de vírus para tráfegos diferentes	LAB+DOC
5.6	Possibilitar a aplicação de proteção antivírus às sessões HTTP/HTTPS, FTP, IMAP, POP3, SMTP	DOC

5.7	Possibilidade de verificar arquivos compactados em no mínimo 4 (quatro) níveis de compressão e nos formatos mais utilizados, tais como *.zip, *.rar, *.tar, *.gz e *.7zip	DOC
5.7.1	Este item pode ser atendido pela verificação dos arquivos através da sua reputação (hash) ou análise em Sandbox	DOC
5.8	Realizar ações específicas para cada tipo de código malicioso	LAB+DOC
5.9	Gerenciamento centralizado e remoto com interface WEB através de browser (HTTP e HTTPS) ou console do fabricante.	LAB+DOC
5.9.1	A solução deve permitir múltiplos acessos simultâneos.	LAB+DOC
5.10	Atualizar assinaturas automaticamente, a partir do Sistema de Gerenciamento Centralizado	LAB+DOC
5.10.1	Deve permitir desabilitar a atualização automática.	DOC
5.11	Possuir base centralizada de logs	LAB+DOC
5.12	Possuir recursos para produção de relatórios customizados pelo administrador	LAB+DOC
6	<b>Funcionalidade VPN</b>	
6.1	Criar e configurar túneis VPN IPsec nas modalidades <i>Site-to-Site</i>	LAB+DOC
6.2	Negociar túneis VPN IPsec utilizando o protocolo Internet Key Exchange (IKE) versão 2	LAB+DOC
6.3	Negociar VPN IPsec em modo principal e em modo agressivo	LAB+DOC
6.4	Autenticar VPN IPsec baseada em chaves pré-compartilhadas e em certificados digitais	LAB+DOC
6.5	Permitir o gerenciamento de túneis VPN IPsec	LAB+DOC
6.6	Possuir capacidade de tratamento de tráfego (throughput) de VPN IPSEC conforme tabela 2.1.1 para conexões 168-bit 3DES, 128-bit AES e 256-bit AES, Diffie-Hellman Group 1, Group 2, Group 5 e Group 14.	DOC
7	<b>Autenticação</b>	
7.1	A solução deve ser capaz de criar políticas vinculadas ao usuário e grupos de usuários. A construção do perfil de autorização deve utilizar atributos provenientes de bases de usuário. A solução deve suportar no mínimo as seguintes consultas às bases de autenticação e autorização:	DOC
7.1.1	RADIUS / TACACS	DOC
7.1.2	LDAP/AD	DOC
7.2	A solução deverá suportar, no mínimo, os seguintes tipos de autenticação:	DOC
7.2.1	Basic	DOC
7.2.2	Ntlm/Kerberos	DOC
7.2.3	Captive Portal: com chave e senha	DOC
8	<b>Integração com outras soluções de TI</b>	
8.1	A solução de segurança deve ser capaz de se integrar com a solução NAC ( <i>Network Admission Control</i> ) baseado no Cisco ISE ( <i>Identity Services Engine</i> ). Essa integração poderá ocorrer via API REST ou plugin/modulo próprio	DOC
8.1.1	A integração deverá ser implementada pelo fornecedor e entregue funcional	DOC
8.2	A solução de segurança deve ter capacidade de identificar o usuário através da integração com a solução de NAC, bem como AD/LDAP.	DOC
9	<b>Sistema de Gerenciamento Centralizado</b>	
9.1	Deve ter funcionalidade única, exclusiva e específica de gerenciamento centralizado dos equipamentos UTM, não sendo permitido que os equipamentos UTM operem como sistema de gerenciamento	DOC
9.2	Serão aceitos sistemas nos formatos de appliance virtual ou físico	DOC
9.2.1	No caso de appliance virtual deverá ser entregue os servidores físicos para funcionamento da solução	DOC
9.2.2	Os servidores a serem entregues deverão atender aos padrões de instalação dos Datacenters da CAIXA.	
9.3	Deve ser totalmente compatível com os equipamentos UTM e dimensionado de forma a permitir a gerência da quantidade total de equipamentos estimados no objeto deste documento	DOC

9.4	Deve gerenciar e configurar todas as funcionalidades da solução UTM por meio de interface gráfica (GUI)	DOC
9.5	Serão aceitas interfaces gráficas em formato web e/ou em formato de aplicativo cliente, desde que este último seja compatível com Microsoft Windows 10 (versões 32 e 64 bits) e superiores	DOC
9.6	Permitir que, no mínimo, 20 (vinte) contas administrativas distintas possam ser acessadas simultaneamente e possam operar de forma independente	DOC
9.6.1	Permitir o acesso simultâneo de, no mínimo, 5 (cinco) usuários no perfil de configuração	DOC
9.7	Todos os acessos administrativos devem ser autenticados, criptografados e registrados em trilha de auditoria.	DOC
9.8	Possuir contas administrativas segregadas em funções de monitoramento e configuração	LAB+DOC
9.9	Autenticar e autorizar usuários administrativos por meio dos protocolos LDAP e/ou TACACS+ e/ou SAML.	LAB+DOC
9.9.1	Independentemente da forma de autenticação, deve ser possível determinar a qual grupo o usuário está vinculado para permitir suas ações corretamente. A solução não poderá depender de cadastramento local de usuários.	LAB+DOC
9.10	Autenticar usuários com qualquer certificado em conformidade com o padrão X.509 v3.	DOC
9.11	Efetuar busca à Lista de Certificados Revogados (LCR) por meio dos protocolos HTTP ou LDAP	DOC
9.12	O Gerenciador Centralizado dos equipamentos UTM deve atuar como:	
9.12.1	Repositório de todos os objetos dos UTMs	LAB+DOC
9.12.2	Gerenciador de licenças	LAB+DOC
9.12.3	Distribuidor de atualizações da biblioteca de assinaturas IPS e antivírus	LAB+DOC
9.13	Criar e administrar remotamente os equipamentos UTM sem qualquer restrição ou ressalva, por meio de interface gráfica, as funções:	LAB+DOC
9.13.1	Políticas de segurança de firewall	LAB+DOC
9.13.2	Políticas de segurança de IPS	LAB+DOC
9.13.3	Políticas de segurança de filtro de conteúdo	LAB+DOC
9.13.4	Políticas de segurança de Antivírus	LAB+DOC
9.13.5	Fechamento de túneis VPN IPSec	LAB+DOC
9.14	Trabalhar com Objetos Dinâmicos, permitindo a aplicação de políticas com objetos comuns a todo o parque de equipamentos UTMs. Cada objeto deve ser capaz de adequar-se automaticamente à sua respectiva rede	LAB+DOC
9.15	Possuir as seguintes ferramentas para permitir uma avaliação dos recursos do UTM:	
9.15.1	Avaliação e monitoração dos recursos da solução	LAB+DOC
9.15.2	Avaliação e monitoração de tráfego de rede por interface	LAB+DOC
9.15.3	Avaliação e monitoração de eventos gerados pelo IPS	LAB+DOC
9.15.4	Avaliação e monitoração de eventos gerados pelo Antivírus	LAB+DOC
9.16	Possuir ferramenta para avaliação/monitoração de recursos dos UTMs	LAB+DOC
9.16.1	Possuir ferramenta para avaliação de desempenho dos UTMs.	LAB+DOC
9.17	Possuir trilha de auditoria de aplicação de regras de firewall e de IPS e alteração de configurações do equipamento, com registro individual para cada conta administrativa	LAB+DOC
9.18	Administrar versões antigas de sistemas operacionais do UTM.	LAB+DOC
9.19	Realizar backup de configurações de todos os UTMs e permitir aplicar <i>rollback</i> da última versão de configuração Salva	LAB+DOC
9.20	Gerenciar e atualizar remotamente o sistema operacional dos UTMs.	LAB+DOC
9.21	Realizar <i>rollback</i> do sistema operacional dos UTMs para a última versão disponível localmente	LAB+DOC
9.22	Detectar, identificar, avaliar e validar configurações e políticas antes de permitir sua aplicação nos UTMs, incluindo:	
9.22.1	Erros ou inconsistências de configurações do UTM	LAB+DOC

9.22.2	Erros ou inconsistências de políticas de firewall	LAB+DOC
10	<b>Relatórios</b>	
10.1	Centralizar logs de diversos UTMs no sistema de gerenciador de logs.	LAB+DOC
10.2	Possuir ferramenta para acompanhamento e análise de eventos de logs	LAB+DOC
10.3	Possuir ferramenta para análise estatística dos logs	LAB+DOC
10.4	Criar relatórios personalizados	LAB+DOC
10.5	Possuir ferramenta para geração de relatórios estatísticos de logs das seguintes informações, no mínimo:	
10.5.1	Utilização de conexões simultâneas	LAB+DOC
10.5.2	Utilização de VPN	LAB+DOC
10.5.3	Bytes trafegados IN e OUT	LAB+DOC
10.6	Os acessos à administração e configuração, tanto do UTM quanto do gerenciador, bem como as alterações realizadas durante o acesso, devem ser registrados em log, informando no mínimo: data, hora, IP de origem e usuário, alterações efetuadas.	LAB+DOC
10.7	Enviar logs para outros servidores de logs compatíveis com o padrão <i>syslog</i> a partir do gerenciador de log central ou diretamente do UTM distribuído.	LAB+DOC

## 2.5 Gerenciamento Unificado

- 2.5.1 O Gerenciamento Unificado deve ser considerado abrangendo gerenciamento de falhas, configuração, contabilização, desempenho e segurança agregado a funções para analíticos (*Analytics*).
- 2.5.2 Esta especificação visa complementar e garantir o entendimento sobre as disciplinas, métricas, métodos e processos que devem ser considerados na solução.
- 2.5.3 A solução de gerenciamento utilizada deverá possuir plena compatibilidade com os equipamentos gerenciados, permitindo coletar todos os itens previstos nesta especificação.
- 2.5.4 Para o caso em que sejam instalados softwares em ambiente interno à Caixa, estes devem ser fornecidos com o conjunto de mídias físicas ou lógicas e todas as licenças de software que compõem a solução.
- 2.5.4.1 Além disto, devem ser fornecidos os recursos de hardware para suportar o gerenciamento completo dos elementos adquiridos.
- 2.5.5 As funcionalidades de geração de relatórios, *analytics*, correlações, Dashboards, dentre outras, à exceção das relacionadas a Controle e Orquestração, poderão ser executadas em ambiente externo à Caixa.
- 2.5.5.1 Para tanto estas funcionalidades não podem necessitar acesso com conexão entrante ao ambiente da Caixa, devendo apenas receber os dados a partir das ferramentas instaladas internamente.
- 2.5.5.1.1 Assim, se houver esta necessidade, os coletores da solução deverão estar instalados internamente.



- 2.5.5.2 A solução externa deverá seguir as mesmas regras de controle de acesso garantindo que os dados/telas/dashboards/relatórios sejam acessados apenas pelos colaboradores autorizados pela Caixa.
- 2.5.6 O gerenciamento deve considerar Múltiplas Redes. Cada equipamento da Caixa poderá estar conectado via múltiplos acessos providos por redes em nuvem ou dedicadas. Cabe a solução identificar a situação do equipamento por cada um destes acessos.
- 2.5.7 A solução deve possibilitar a criação de mapas com georreferenciamento dos equipamentos e circuitos de rede.
- 2.5.8 O escopo gerenciado são todos os equipamentos, físicos ou virtuais, disponibilizados nesta contratação.
- 2.5.9 Possibilitar a integração automatizada com a Ferramenta de Service Desk BMC Remedy/ARS, ou outra ferramenta de escolha da CAIXA.
  - 2.5.9.1 A abertura de incidentes deve ser de forma unificada, ou seja, deve partir de um único ponto na solução de gerenciamento.
  - 2.5.9.2 Para os casos de eventos e alarmes que necessitem abertura de trouble ticket, a solução deverá acionar automaticamente a execução da rotina de integração.
- 2.5.10 Permitir a integração com a Ferramenta de CMDB BMC Remedy/Atrium, ou outra ferramenta de escolha da CAIXA.
  - 2.5.10.1** A integração com a ferramenta de CMDB deverá permitir a atualização da base de dados de itens de configuração, em caso de alteração dos elementos na console de gerenciamento.
  - 2.5.10.2** A integração com a ferramenta de CMDB deve ser feita de modo centralizado.
- 2.5.11** As integrações poderão ser feitas a partir de rotinas customizadas e APIs.
- 2.5.12** As rotinas deverão estar operacionais até o término da implantação do primeiro lote.
- 2.5.13 A CONTRATADA será responsável pela instalação, configuração, personalizações e manutenção nos softwares e hardwares da solução nas fases previstas no ANEXO I-A Forma de Execução do Contrato.
  - 2.5.13.1 A CONTRATADA deverá promover o repasse de conhecimento às equipes da CAIXA para que os processos de manutenção da solução sejam assumidos pela CONTRATANTE.
- 2.5.14 Os dados gerados ou armazenados na solução são de propriedade da CAIXA.
- 2.5.15 Os componentes da infraestrutura da solução de gerência deverão obedecer a critérios de contingência e redundância, em dois sites, com o objetivo de atendimento de requisitos de disponibilidade de 100% (cem por cento) mensais.



2.5.16 Todos os elementos da solução deverão possuir licenças para atualização, correção de falhas e novas funcionalidades durante todo o período de garantia.

2.5.16.1 No caso de alguma atualização, a CONTRATADA deverá efetuar o plano de atualização e acompanhar sua execução junto à equipe da CAIXA.

## 2.5.17 Especificações Técnicas da Solução de Gerência de Falhas

1.1	<b>Características Gerais</b>	
1.1.1	Possui interfaces gráficas para execução, configuração e visualização de eventos, elementos gerenciados e relatórios	LAB+DOC
1.2	<b>Funcionalidades básicas</b>	
1.2.1	Permite estabelecer limiares ( <i>thresholds</i> ) baseados nos valores coletados para um ou mais elementos gerenciados, e criar alarmes sempre que estes limiares forem excedidos	LAB+DOC
1.2.2	Identifica e monitora interfaces físicas e lógicas tais como subinterfaces, VLANs, caminhos virtuais ( <i>path overlay</i> ) e túneis / VPNs	LAB+DOC
1.2.3	Permite importar/exportar elementos de/para um CMDB	DOC
1.2.4	Possui integração nativa com a ferramenta de gerenciamento de desempenho para recebimento de eventos de desempenho, quando se tratar de ferramentas independentes	DOC
1.2.5	Permite a criação de Apelidos para caminhos de <i>overlay</i> e conexões <i>underlay</i> para permitir associação com região, operadora, contrato e serviço.	LAB+DOC
1.2.5.1	Nos casos em que as conexões overlay são criadas dinamicamente deve-se permitir que seus nomes possibilitem a identificação do underlay correspondente.	DOC
1.2.5	Monitora e Identifica queda de peer BGP e vizinhança OSPF	LAB+DOC
1.3	<b>Tratamento de Eventos</b> (registros que podem ou não ser categorizados como alarmes)	
1.3.1	Apresenta os eventos de forma organizada por meio de visões gráficas (janelas ou painéis), contendo informações que mostrem, no mínimo, o tipo do evento, o equipamento que originou o evento, o IP, a data e o horário de cada ocorrência, com níveis e cores específicos que possam identificar a severidade da ocorrência.	LAB+DOC
1.3.2	Mantém o registro (log) dos eventos e alarmes que ocorreram recentemente, para acesso rápido pela própria ferramenta ou módulo de falhas, cujo período do registro pode ser definido através de filtros	LAB+DOC
1.3.3	Permite a definição de filtros de eventos, passíveis de apresentação via web, com acesso individualizado para um usuário ou um grupo de usuários.	LAB+DOC
1.3.4	Permite a execução de uma ação automática qualquer (webhook ou scripts do sistema operacional e envio de e-mails) baseada na ocorrência de um evento específico.	LAB+DOC
1.3.5	Possui capacidade para o recebimento de eventos provenientes de traps SNMP ou protocolo equivalente que garanta o recebimento instantâneo.	DOC
1.3.6	Possui capacidade para a captura e recebimento de eventos existentes em logs de equipamentos.	LAB+DOC
1.4	<b>Gerenciamento de Alcançabilidade</b>	

1.4.1	Permite a geração de eventos e alarmes para caminhos de overlay indisponíveis	LAB+DOC
1.4.2	Permite a geração de eventos e alarmes para equipamentos inalcançáveis	DOC
1.4.3	Permite a geração de eventos e alarmes para conexões de underlay indisponíveis	LAB+DOC
1.4.4	Permite a geração de eventos e alarmes para caminhos de overlay com alta latência e alto Jitter	LAB+DOC
1.5	<b>Gerenciamento de Problemas</b>	
1.5.1	Possui funcionalidades para apoiar na identificação de Causa Raiz de Problemas	DOC

#### 2.5.18 Especificações Técnicas da Solução de Gerência de Desempenho

1.1	<b>Características Gerais</b>	
1.1.1	Realiza a coleta de dados de desempenho dos equipamentos, circuitos ( <i>underlay</i> e <i>overlay</i> ), interfaces, subinterfaces, VLAN e serviços	LAB+DOC
1.1.2	Possui interfaces gráficas para execução, configuração e visualização de elementos gerenciados e relatórios	LAB+DOC
1.1.3	A Solução de Gerência de Desempenho deve possibilitar a medição do desempenho do hardware e software dos elementos gerenciados.	LAB+DOC
1.1.4	Possuir funcionalidade de fast-polling (polling em períodos de 1 minuto).	LAB+DOC
1.1.4.1	Quando a ferramenta funcionar na modalidade passiva (recebendo dados dos dispositivos) o intervalo de atualização deverá ser considerado para o envio pelo dispositivo.	
1.1.5	A Solução de Gerência de Desempenho deve efetuar a coleta das informações baseando-se no protocolo SNMP ou agente equivalente quando a solução não funcionar de forma passiva.	DOC
1.1.6	A Solução de Gerência deve coletar/receber informações de objetos/elementos/métricas dos equipamentos, e criar uma base histórica com armazenagem de dados para análise de tendências e visualização gráfica de dados	LAB+DOC
1.2	<b>Funcionalidades básicas</b>	
1.2.1	Permite estabelecer limiares ( <i>thresholds</i> ) baseados nos valores coletados para um ou mais elementos gerenciados, e criar novos alarmes sempre que estes limiares forem excedidos	LAB+DOC
1.2.2	Identificar e monitorar interfaces lógicas tais como subinterfaces, VLANs, caminhos virtuais ( <i>overlay</i> ), túneis e VPNs	LAB+DOC
1.2.3	Possuir integração nativa com a ferramenta de gerenciamento de falhas utilizada, para envio de eventos de desempenho	LAB+DOC
1.2.4	Armazenar dados históricos dos elementos gerenciados pelo período mínimo de 1 (um) ano e implementar funcionalidade para exportação total ou parcial deste(s) dados.	DOC
1.2.5	A Solução de Gerência de Desempenho deve ter a capacidade de comparação das informações atuais dos índices de qualidade dos recursos gerenciados, disponibilidade e desempenho, em relação à média histórica de um período especificado.	LAB+DOC
1.2.6	Permitir a criação de Dashboards para visualização em tempo real (conforme períodos de coleta ou publicação pelo equipamento) das variáveis de desempenho de qualquer elemento gerenciável.	LAB+DOC
1.3	<b>Testes Sintéticos</b>	

1.3.1	Teste é a representação de um caminho (path) entre uma origem e um destino. A origem é o ponto de partida da medição do serviço desejado. O destino é uma porta de rede ou um serviço de rede que é executado em um dispositivo ou servidor.	
1.3.2	Permite criar testes sintéticos automatizados de serviços de rede, possuindo pelo menos os seguintes serviços ICMP, TCP, UDP, DNS, Jitter, FTP e HTTP	LAB+DOC
1.3.3	Os testes devem ser considerados como elementos na ferramenta, e devem possuir as mesmas características que um elemento gerenciável, ou seja, estar sujeito a eventos e alarmes.	LAB+DOC
1.3.4	Os testes devem ter como ponto de origem a própria ferramenta de gerência, ou dispositivo de rede descoberto pela solução (IPSLA / NQA / outro).	LAB+DOC
1.3.5	Os testes devem armazenar, no mínimo, os tempos de resposta de rede e perdas para subsidiar a criação de eventos	LAB+DOC
1.3.6	Caso a solução possua tais informações através da coleta de dados dos equipamentos por outros meios, ou a solução nativamente já efetue a medição de qualidade (latência, jitter e perda de pacotes) de aplicações / serviços, os itens 1.3.1 a 1.3.5 podem ser desconsiderados.	LAB+DOC
1.4	<b>Tratamentos de Eventos</b>	
1.4.1	Possuir módulo que permita a configuração das métricas de desempenho, correlações de variáveis, e apresente os eventos e alarmes de forma organizada, contendo informações que mostrem, no mínimo, o tipo do evento, o equipamento, o IP, a data e o horário de cada ocorrência, com níveis e cores específicos que possam identificar a severidade da ocorrência.	LAB+DOC
1.4.2	Possuir integração com a ferramenta, ou módulo de falhas para envio desses eventos e customizações	LAB+DOC
1.5	<b>Gerenciamento de Nível 2</b>	
1.5.1	Realiza a identificação e gerenciamento de VLANs (medição de tráfego)	LAB+DOC
1.6	<b>Indicadores e Métricas</b>	
1.6.1	Indicadores de interfaces, subinterfaces e circuitos de comunicação ( <i>underlay</i> e <i>overlay</i> ).	DOC
1.6.1.1	Deve ser possível obter os indicadores para o tráfego entrante (IN), sainte (OUT), ou ambos.	LAB+DOC
1.6.1.1.1	Percentual de utilização;	LAB+DOC
1.6.1.1.2	Taxa de erros (conexões underlay);	LAB+DOC
1.6.1.1.3	Taxa de pacotes descartados;	LAB+DOC
1.6.1.1.4	Vazão de bytes trafegados	LAB+DOC
1.6.1.1.5	Alcançabilidade;	LAB+DOC
1.6.1.1.6	Latência de rede;	LAB+DOC
1.6.1.1.7	<i>Jitter</i> ;	LAB+DOC
1.6.2	<b>Indicadores de dispositivos / equipamentos</b>	
1.6.2.1	Utilização de CPU;	LAB+DOC
1.6.2.2	Disponibilidade	LAB+DOC
1.6.2.3	Taxa de utilização de memória	LAB+DOC
1.6.2.4	Consumo de memória	LAB+DOC
1.6.2.5	Latência do dispositivo de rede	LAB+DOC

1.6.2.6	Estado da temperatura dos módulos e ventilação do dispositivo de rede, para os dispositivos que suportarem esse recurso	LAB+DOC
1.6.2.7	Estado da(s) fonte(s) de energia do dispositivo de rede, para os dispositivos que suportarem esse recurso	LAB+DOC
1.6.2.8	Utilização de buffer, para os dispositivos que suportarem este recurso;	LAB+DOC
1.6.2.9	Taxa de falha de alocação de buffer, para os dispositivos que suportarem este recurso;	LAB+DOC
1.6.2.10	Taxa de pacotes descartados;	LAB+DOC
1.6.2.11	Vazão de bytes trafegados;	LAB+DOC
1.6.2.12	Vazão de pacotes trafegados;	LAB+DOC
1.6.2.13	Taxa de erros;	LAB+DOC
1.6.2.14	Taxa de utilização das portas;	LAB+DOC
1.6.3	<b>Indicadores de Testes Sintéticos (SLA fim a fim)</b>	
1.6.3.1	Disponibilidade do caminho (Path)	LAB+DOC

## 2.5.19 Especificações Técnicas da Solução de Gerência de Contabilização

1.1	<b>Características Gerais</b>	
1.1.1	Efetua o registro e contabilização dos fluxos que passam pelos equipamentos da solução. Entende-se por dados de fluxos os dados recebidos e enviados por hosts internos e externos, ou seja, tráfego IN e OUT, que passam pelo equipamento, entre dois hosts.	LAB+DOC
1.1.2	Recebe e registra os dados de fluxo de pacotes de tráfego IN e OUT de diversas interfaces simultaneamente, seja em arquitetura centralizada ou distribuída de coletores;	LAB+DOC
1.1.3	Recebe e registra dados de tráfego provenientes dos dispositivos de rede através de exportação de contabilização de fluxos (Netflow ou semelhante).	LAB+DOC
1.1.4	Possuir interfaces gráficas para execução, configuração e visualização de elementos gerenciados e emissão de relatórios	LAB+DOC
1.1.5	Deve suportar a coleta de dados de fluxo de pacotes que trafegam por todos os CPEs providos pela solução.	LAB+DOC
1.2	<b>Funcionalidades</b>	
1.2.1	Identifica automaticamente os equipamentos que fornecem dados de fluxos	LAB+DOC
1.2.2	Deve identificar o fluxo de interfaces físicas e lógicas tais como <i>ethernet</i> e suas subinterfaces, VLAN, caminhos virtuais ( <i>overlay</i> ) e túneis	LAB+DOC
1.2.3	Obter outras informações sobre o equipamento de origem, além daquelas que são obtidas do próprio fluxo de pacotes, utilizando-se do protocolo SNMP v1, v2 e v3, integração com outros módulos ou outro semelhante;	LAB+DOC
1.2.4	Permitir mapear e criar apelidos para aplicações pelo protocolo, pela porta de tráfego de origem (ou range de origem) e destino e IP ou Subrede/Máscara de Rede.	LAB+DOC
1.2.5	Permitir criar grupos pela faixa de IP de origem ou destino, pela porta de serviço da origem ou destino, pelo protocolo, ou quaisquer outros critérios que possam ser obtidos pelo fluxo de dados, fornecidos pelos equipamentos remetentes.	LAB+DOC
1.2.6	Armazenar dados históricos das interfaces gerenciadas pelo período mínimo de 1 (um) ano e implementar funcionalidade para exportação total ou parcial destes dados.	DOC

1.2.7	Permitir encontrar, através de critérios de busca, dispositivo que tenha sido incluído na base de dados de contabilização.	LAB+DOC
-------	--	---------

## 2.5.20 Especificações Técnicas da Solução de Gerência de Configuração

1.1	<b>Características Gerais</b>	
1.2	Possuir integração nativa com a solução de falhas para envio de informações de alarmes de configuração, como eventos de mudança na configuração, ou configuração conflitante/errada do dispositivo	DOC
1.2.1	Possuir interfaces gráficas para execução, configuração e visualização das configurações dos equipamentos, de eventos de configuração, e relatórios	LAB+DOC
1.2.2	Possui integração com a ferramenta de gerenciamento de falhas CONTRATADA, para envio de eventos de configuração, quando se tratar de ferramentas distintas.	DOC
1.2.3	Permitir encontrar, através de critérios de busca, qualquer dispositivo que esteja descoberto na solução de gerência de configuração	LAB+DOC
1.2.4	Permitir personalizar buscas de elementos, por parte do nome, IP, modelo e <i>firmware</i> , que esteja descoberto na solução de gerência de configuração	LAB+DOC
1.3	<b>Funcionalidades</b>	
1.3.1	A Solução de Gerência de Configuração deve possibilitar o armazenamento centralizado das configurações e das versões de sistemas operacionais dos elementos gerenciados.	LAB+DOC
1.3.2	Armazena dados históricos das configurações e de alterações nas configurações pelo período mínimo de 1 (um) ano e implementa funcionalidade para exportação total ou parcial destes dados.	DOC
1.3.3	Possibilitar a atualização remota de novas versões de software ou parâmetros específicos para os elementos gerenciados.	LAB+DOC
1.3.4	A atividade de atualização das configurações, versões de sistemas operacionais e parâmetros dos elementos de rede deve ser realizada de forma centralizada e programada ou instantânea para elemento específico, podendo ainda ser realizada para todos os elementos que componham a rede.	DOC
1.3.5	A Solução de Gerência de Configuração deve suportar o uso de protocolos de comunicação seguros para obter a configuração dos dispositivos de rede da CAIXA	DOC
1.3.6	Deve obter a configuração de todos os equipamentos que compõem a solução.	LAB+DOC
1.3.7	Deve permitir a organização dos equipamentos em grupos	LAB+DOC
1.3.7.1	Deve possibilitar a captura da configuração em operação e/ou salva no equipamento	LAB+DOC
1.3.7.2	Deve possibilitar escrever a configuração inicial de um equipamento, ou toda a família através de templates	LAB+DOC
1.3.7.3	Deve possibilitar carregar o <i>firmware</i> de um equipamento, ou toda a família	LAB+DOC
1.3.7.4	Deve permitir a criação de templates com parâmetros variáveis para serem aplicados em grupos de equipamentos	LAB+DOC

1.3.8	Deve possuir um painel mostrando as configurações armazenadas de um determinado dispositivo e permitir visualizar as mudanças em relação a outra configuração do mesmo dispositivo, as linhas que foram alteradas e a data da captura	LAB+DOC
1.3.8.1	Para as soluções que trabalham exclusivamente com configurações através de templates sem possibilidade de configuração via CLI, este item pode ser atendido através do histórico dos templates e suas variáveis.	DOC
1.3.9	Deve permitir a busca imediata da configuração de qualquer dispositivo	LAB+DOC
1.3.10	A Solução de Gerência de Configuração deve permitir exportar qualquer(qualsquer) configuração(ões) de um dispositivo em formato texto	LAB+DOC
1.3.11	A Solução de Gerência de Configuração deve possibilitar a criação de políticas válidas para um grupo de equipamentos descoberto, ou para todo o parque de equipamentos descobertos.	LAB+DOC
1.3.11.1	A Solução de Gerência de Configuração deve, além de listar os equipamentos que violam a política criada, informar os equipamentos cuja política está aplicada.	LAB+DOC
1.3.11.2	A Solução de Gerência de Configuração deve ter a opção de informar ações corretivas para o conjunto de equipamentos que não atendem à política criada	LAB+DOC
1.3.11.3	Deve ser possível criar alarmes ou eventos na violação dessas políticas	LAB+DOC
1.3.11.4	Esses alarmes criados poderão ter vários níveis, de acordo com sua criticidade	LAB+DOC
1.3.11.5	Deve haver integração desses alarmes, ou eventos com a Solução de Gerência de Falhas.	LAB+DOC
1.3.12	A Solução de Gerência de Configuração deve permitir programar um período de sincronização das configurações de todos os dispositivos presentes na base de dados.	DOC
1.3.12.1	Deve permitir gerar um alerta, caso a sincronização não ocorra com sucesso	LAB+DOC
1.3.12.2	Deve permitir verificar se a configuração em execução no equipamento é igual à configuração presente no gerenciamento centralizado.	LAB+DOC
1.3.13	As principais características que a Solução de Gerência de Configuração deve possuir são:	
1.3.13.1	Armazenamento central das informações referentes às configurações dos elementos gerenciados.	LAB+DOC
1.3.13.2	Realizar inventário de hardware e armazená-lo em banco(s) de dados.	LAB+DOC
1.3.13.3	Realizar inventário de configuração de software e sistema operacional e armazená-lo em banco(s) de dados.	LAB+DOC
1.3.13.4	Permitir importar/exportar as configurações de dispositivos	LAB+DOC
1.3.13.5	Permitir a identificação automática de qualquer alteração ocorrida no hardware dos elementos gerenciados e promover a atualização do inventário no(s) banco(s) de dados.	LAB+DOC
1.3.13.6	Permitir agrupamento de informações de inventário de maneira amigável e de forma automática, ou através de definição do usuário.	LAB+DOC
1.3.13.7	Permitir acesso via Web às informações contidas no(s) banco(s) de dados.	LAB+DOC
1.3.13.8	Permitir a extração de relatórios técnicos e gerenciais.	LAB+DOC
1.3.13.9	Permitir a exportação dos dados de configuração para fins de backup.	LAB+DOC
1.3.14	Fornece dados de inventário agrupados por:	
1.3.14.1	Atributos ou características em comum;	LAB+DOC
1.3.14.2	Segmento de rede ou rede específica.	LAB+DOC



**2.5.21 Especificações Técnicas da Solução de Gerência de Segurança**

1.1	Características Gerais	
1.1.1	Implementar mecanismos de AAA ( <i>Authentication, Autorization e Accouting</i> ) para os acessos e comandos executados via ferramentas de gerenciamento.	LAB+DOC
1.1.2	A Solução de Gerência de Acesso deve possibilitar a proteção dos elementos de acessos não autorizados e dentro dos acessos autorizados, permitir a criação de perfis de acesso, baseado na garantia do acesso individual, na validação do acesso através de senha pessoal (junto à LDAP/AD/TACACS) e na definição de limites de acessos para diferentes perfis de usuários.	LAB+DOC
1.1.3	Todo acesso, bem como a execução de comandos que possam afetar a manutenção da disponibilidade da solução ou da rede e tentativa de execução de comandos não autorizados realizada por usuário que tiver acesso às ferramentas, devem ser gravados em arquivo histórico para eventual consulta, pelo período de 1 (um) ano.	LAB+DOC

**2.5.22 Especificações Técnicas das Funcionalidades Mínimas de Analíticos**

1	<b>Dashboards (painel) em tempo real</b>	
1.1	Permitir a criação de Dashboards para visualização do perfil de tráfego em tempo real (de acordo com o período de coleta) para interfaces físicas e caminhos virtuais.	LAB+DOC
1.2	Permitir a seleção dos elementos (equipamentos, interfaces, caminhos virtuais) que comporão o(s) painel(eis)	LAB+DOC
1.3	Permitir a visualização das métricas de fluxos (serviços / aplicações) para qualquer elemento gerenciável (interface/equipamento ou grupo de interfaces/equipamentos).	LAB+DOC
1.4	Permitir a visualização do tráfego na granularidade amostral máxima coletada para, pelo menos, as últimas 24h quando se tratar de dados de fluxos (serviços / aplicações) e 30 dias para as demais métricas.	DOC
1.5	Permitir a construção ou customização de painéis (Dashboards) para visualização (com categorização e priorização) de eventos e alarmes de todos os elementos gerenciados	LAB+DOC
2	<b>Relatórios (consultas históricas)</b>	
2.1	Utiliza interface gráfica para geração e acesso a relatórios, com perfis de acessos diferenciados por usuário e por grupos de usuários, com uso de senhas individualizadas para cada usuário.	LAB+DOC
2.1.1	Permitir acesso simultâneo para, pelo menos, 30 usuários	DOC
2.2	Permite o agendamento de relatórios para execução automática durante períodos ou horários pré-agendados, além de gerações de relatórios sob demanda (a qualquer tempo).	LAB+DOC
2.3	Fornecer relatórios de eventos ou alarmes segregados por:	
2.3.1	Data e hora;	LAB+DOC
2.3.2	Tipo de equipamento;	LAB+DOC
2.3.3	Identificação do elemento de rede (origem);	LAB+DOC
2.3.4	Tipo de evento ou alarme;	LAB+DOC

2.4	Fornece relatórios de tempo de resposta para os testes sintéticos criados (ou coletados dos equipamentos)	LAB+DOC
2.5	Fornece relatórios de disponibilidade e alcançabilidade dos elementos gerenciados	LAB+DOC
2.6	Fornece relatórios gerenciais e técnicos de desempenho agrupados por:	
2.6.1	Atributos ou características em comum (tais como grupos personalizados);	LAB+DOC
2.6.2	Data e hora	LAB+DOC
2.7	Fornece os seguintes relatórios de desempenho:	
2.7.1	Os “N” mais – possibilita observar os maiores ou menores utilizadores de determinada métrica de um grupo de elementos	LAB+DOC
2.7.2	Relatório de visão geral – possibilita identificar rapidamente várias métricas pré-definidas para um determinado equipamento ou grupo de equipamentos;	LAB+DOC
2.7.3	Relatório de saúde – verifica algumas métricas de qualidade em um grupo de elementos e atribui notas de “saúde”;	LAB+DOC
2.8	Fornece relatórios de tempo de resposta para os testes sintéticos e coletas de perda de pacotes, latência e <i>jitter</i> dos equipamentos e caminhos virtuais ( <i>overlay</i> )	LAB+DOC
2.9	Permitir a construção relatórios com lógicas que correlacionem vários índices	DOC
2.10	Permitir a geração de relatórios utilizando métodos de cálculo estatístico tais como média e percentis.	DOC
2.10.1	Estes relatórios podem ter como base elementos ou grupo de elementos e diferentes tipos de métricas tais como métricas de interfaces físicas e lógicas e métricas de equipamentos	DOC
2.11	Permitir ao usuário ou grupo de usuários visualizar os relatórios gerados anteriormente.	DOC
2.12	Permitir construir novos relatórios, além daqueles padronizados pela ferramenta, com as informações que o usuário julgar necessário, contemplando elementos ou grupo de elementos para qualquer métrica dos elementos.	LAB+DOC
2.13	Deve ser possível gerar o relatório no formato PDF, texto ASCII ou CSV, e outros formatos adicionais que forem necessários	LAB+DOC
2.14	Permitir consulta histórica dos dados de fluxo (serviço / aplicação)	LAB+DOC
2.14.1	As métricas devem ser apresentadas em bits por segundo (ou equivalente), pacotes por segundo (ou equivalente) para taxa de transmissão e bytes (ou equivalente) para volume trafegado	LAB+DOC
2.15	Fornece relatórios por Interface com visão em gráfico de pizza, linhas ou barras:	
2.15.1	Sumarização dos maiores volumes ordenados por hosts de origem/destino	LAB+DOC
2.15.2	Sumarização das maiores conversações em volume de tráfego	LAB+DOC
2.15.3	Utilização da interface X tempo	LAB+DOC
2.15.4	Permitir criar relatórios personalizados utilizando-se quaisquer das entradas relacionadas para grupos de interfaces (físicas, lógicas e caminhos virtuais) ou individuais	LAB+DOC
2.16	Emitir relatório de planejamento de capacidade, utilizando-se base histórica armazenada do volume de tráfego	LAB+DOC
2.17	Os gráficos devem permitir a visualização do volume de tráfego na granularidade amostral máxima coletada bem como sumarizado por hora, dia, semana e mês.	LAB+DOC

2.18	Permitir a visualização do tráfego de um serviço e aplicações.	LAB+DOC
------	--	---------

### 2.5.23 Características Técnicas Comuns à Solução de Gerenciamento

1.1	Características Gerais	LAB+DOC
1.1.1	Suportar acesso múltiplo e simultâneo às consoles gráficas de operação e administração (pelo menos 20 usuários simultâneos).	
1.1.2	Fornecer interface gráfica de operação acessível via web, utilizando-se de conexão segura, compatível com navegador padrão W3C (www.w3c.org).	LAB+DOC
1.1.3	As ferramentas podem funcionar de forma ativa (onde efetuam a coleta/descoberta) ou passiva (onde recebem os dados).	
1.1.3.1	Nos casos em que a ferramenta funcionar de forma passiva, deve-se considerar o funcionamento da solução na validação dos itens.	
1.1.4	Os itens estabelecidos nesta tabela devem ser considerados conforme o escopo de funcionamento de cada software.	
1.2	<b>Documentação</b>	LAB+DOC
1.2.1	Possuir documentação operacional em português ou inglês	DOC
1.3	<b>Exportação de dados</b>	
1.3.1	Deve ser possível extrair os dados da solução de forma estruturada.	LAB+DOC
1.4	<b>Controle de acesso</b>	
1.4.1	Implementa um controle de acesso, com usuários e senhas individualizadas, às interfaces de administração e operação;	DOC
1.4.2	Permite a configuração de perfis ou privilégios de acesso para usuários e grupos de usuários, com responsabilidades e funções diferenciadas.	DOC
1.4.2.1	A solução deverá identificar o grupo a qual o usuário pertence através da consulta à base externa (tais como LDAP/AD) permitindo o funcionamento sem a necessidade de cadastramento dos usuários na própria solução.	DOC
1.5	<b>Funcionalidades</b>	
1.5.1	Identifica automaticamente elementos da solução	LAB+DOC
1.5.2	Descobre e identifica os elementos de rede por faixa de endereço IP ou outros filtros baseados nos atributos destes elementos	LAB+DOC
1.5.3	Possui ferramentas para coleta de informações e métricas de cada objeto/elemento de todos os equipamentos da solução, armazenando-as em bases de dados	LAB+DOC
1.5.4	Referência os equipamentos gerenciados por meio de nomes	LAB+DOC
1.5.5	Permite retirar de gerência, ou estabelecer horários de manutenção, qualquer elemento gerenciado	LAB+DOC
1.5.6	Permite encontrar, através de critérios de busca, qualquer dispositivo, porta, modelo de equipamento, VLAN ou VPN que esteja descoberto na solução	LAB+DOC
1.5.7	Permite personalizar buscas de elementos, por parte do nome, IP ou subrede	LAB+DOC
1.5.8	Descobrir e coletar dados dos equipamentos utilizando protocolo seguro	LAB+DOC
1.6	<b>Bancos de Dados</b>	
1.6.1	Fornecer mecanismos para a exportação dos registros de elementos gerenciados, usuários, eventos e métricas	LAB+DOC

1.7	<b>Mapas, listas e Visões</b>	
1.7.1	Permite criar mapas, listas ou visões lógicas dos elementos de rede segregados:	
1.7.1.1	Geograficamente	LAB+DOC
1.7.1.2	Por atributos ou outras características em comum	LAB+DOC
1.7.1.3	Por segmento de rede específico ou localidade (site)	LAB+DOC
1.7.1.4	Por georreferenciamento	LAB+DOC
1.7.2	Permite visualizar os eventos e alarmes pertencentes ao mapa criado	LAB+DOC
1.7.3	Possibilitar listar os elementos pertencentes ao mapa, com no mínimo funções de filtro ou ordenação	LAB+DOC
1.7.4	Apresenta, em tempo real, a topologia e o estado operacional dos elementos gerenciados, de forma gráfica e com cores distintas que diferenciem os níveis de severidade desses estados operacionais	LAB+DOC
1.7.5	Nas soluções baseadas em portal, estes subitens de Mapas, listas e Visões poderão ser exclusivos do portal quando este possibilitar o acesso ao dado (ou visão detalhada) através de hiperlink com contexto para o software especializado.	LAB+DOC
1.8	<b>Polling</b>	
1.8.1	Permite especificar um intervalo de <i>polling</i> em minutos, horas e dias, para os elementos gerenciados	LAB+DOC
1.8.2	Permite filtragem de <i>polling</i> para um elemento ou um grupo de elementos de rede gerenciados de acordo com os atributos desses elementos	LAB+DOC
1.8.3	Permite realizar um <i>polling</i> não programado (a qualquer tempo) para um ou mais elementos de rede.	LAB+DOC
1.8.4	Caso a solução permita a captura de todos os dados e métricas de todos os equipamentos em intervalos menores ou iguais a 1 minuto, a customização dos intervalos de <i>pooling</i> poderão ser desconsiderados	LAB+DOC
1.8.5	Nos casos em que a solução funciona de forma passiva, ou seja, quando ela recebe os dados dos dispositivos, os itens devem ser considerados para o dispositivo originário do dado.	DOC
1.9	<b>Interface de Administração</b>	
1.9.1	Disponibiliza interface gráfica de administração para a realização de configurações e quaisquer outras atividades para atender às funcionalidades especificadas neste Termo de Referência, com perfis de acessos diferenciados por usuário e por grupos de usuários.	LAB+DOC
1.10	<b>Gerenciamento OSPF</b>	
1.10.1	Permite gerenciar o protocolo OSPF centralizadamente	LAB+DOC
1.11	<b>Gerenciamento BGP</b>	
1.11.1	Permite gerenciar o protocolo BGP centralizadamente	LAB+DOC
1.12	<b>Gerenciamento de Nível 2</b>	
1.12.1	Identifica e monitora interfaces não-IP;	LAB+DOC
1.12.2	Realiza a identificação e monitoração de VLANs;	LAB+DOC
1.12.3	Demonstra as interfaces ou portas que fazem parte de uma VLAN específica	LAB+DOC
1.13	<b>Gerenciamento Overlay</b>	
1.13.1	Permite a identificação automática das conexões (VPNs) entre os equipamentos que compõem a solução.	LAB+DOC
1.13.2	Permite a coleta das métricas de qualidade destas conexões (disponibilidade, latência, Jitter e perda de pacotes)	LAB+DOC

1.13.3	Permite a construção de topologias contendo grupos de equipamentos e as conexões correspondentes	LAB+DOC
--------	--	---------

## ANEXO I - A

### FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### 1 DO LOCAL DE ENTREGA, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO

1.1 A CONTRATADA fará a entrega, instalação e manutenção dos equipamentos *appliance* remotos em garantia “*on-site*” nos locais determinados pela CAIXA (ANEXO I-E – RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS), conforme cronograma estabelecido, acordado e aprovado entre a CONTRATADA e a CAIXA dentro do prazo estabelecido no item 2.2 e subitens.

1.1.1 Os equipamentos concentradores da rede em garantia “*on site*” deverão ser entregues e instalados nos locais abaixo:

Unidade de TI	Endereço de entrega	Município
CETAD-DTC	DTC - Parque Tecnológico Capital Digital Lote 03, S/N - Bairro Granja do Torto	Brasília DF
CETAD-CTC	CTC - Setor de Indústrias Gráficas (SIG) Qaudra 01, Lote 685	Brasília DF
CloudEdge1	Região metropolitana de São Paulo	-
CloudEdge2	Região metropolitana do Rio de Janeiro	-

1.1.1.1 Os equipamentos da solução de gerenciamento e orquestração deverão ser entregues nos Datacenters de Brasília referenciados na tabela acima.

1.1.2 Os equipamentos *appliance* remotos serão instalados nas agências e canais de atendimento da CAIXA Econômica Federal.

1.1.3 A execução da instalação deverá ocorrer imediatamente após à entrega dos equipamentos.

1.1.4 O ateste para pagamento será feito apenas após a conclusão da instalação, disponibilização do equipamento para uso, conferência do representante da unidade CAIXA, validação da Centralizadora Regional de TI e a comprovação de funcionamento dos equipamentos *appliance* remotos.

#### 2 DA ENTREGA

2.1 A CAIXA solicitará à CONTRATADA o quantitativo de equipamentos de forma fracionada (LOTES) através de comunicação formal, a partir da data de assinatura do contrato.

2.2 Os equipamentos/componentes devem ser novos, sem utilização anterior e em linha de fabricação.

2.3 Os modelos entregues não poderão estar listados no site do fabricante em listas de end-of-life, end-of-sale e end-of-support.



- 2.4 Não serão aceitos equipamentos/componentes usados, remanufaturados ou de demonstração.
- 2.5 A CONTRATADA deverá apresentar em até 8 (oitos) dias, comprovação da realização do pedido dos equipamentos e componentes da solução adquirida pela CAIXA junto ao FABRICANTE/DISTRIBUIDOR.
- 2.6 Os LOTES serão solicitados da seguinte forma:
- 2.6.1 Para o 1º lote, ambiente de concentração, a CONTRATADA terá 60 (sessenta) dias corridos para realizar a entrega contados a partir da data de formalização do pedido da CAIXA à CONTRATADA.
- 2.6.1.1 No caso dos demais equipamentos, os do ambiente distribuído, serão solicitados no primeiro lote, no máximo, 10% do quantitativo total de cada tipo.
- 2.6.2 A quantidade máxima a ser solicitada no primeiro lote será de até 10% do total de equipamentos adquiridos em cada item.
- 2.6.3 Os demais lotes serão solicitados até o 12º mês de vigência do contrato, respeitado o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias corridos entre os pedidos.
- 2.6.3.1 Para os demais lotes, o cronograma de entrega também seguirá o plano de instalação, não devendo exceder 60 (sessenta) dias para a entrega dos equipamentos, contados a partir da solicitação dos lotes pela CAIXA.
- 2.6.4 A quantidade máxima a ser solicitada nos demais lotes será de até 45% (quarenta e cinco por cento) do total de equipamentos adquiridos em cada item.
- 2.6.4.1 Estes percentuais poderão ser acrescidos, caso a CONTRATADA esteja de acordo.
- 2.7 A CONTRATADA deverá informar dados de identificação da transportadora, veículo e dados do motorista (Nome e RG) responsável pela entrega em até 03 (três) dias úteis antes da data programada.
- 2.8 A CONTRATADA deverá informar dados de identificação do técnico (Nome e RG) responsável pela instalação e ativação dos equipamentos *appliance* remotos em até 03 (três) dias úteis antes da data programada.
- 2.9 A CONTRATADA deverá entregar à CAIXA a relação dos Números de Série de todos os equipamentos que serão entregues em cada unidade com a antecedência mínima de 10 dias antes do início da entrega do respectivo lote.
- 2.10 A execução da entrega e instalação dos equipamentos ocorrerá preferencialmente no horário normal de atendimento (PN), exceto para os locais em que haja necessidade, determinada pela CAIXA, de que seja feita fora do horário normal de atendimento (Sábados, Domingos, feriados e horários noturnos), sem qualquer custo adicional para a CAIXA.

- 2.10.1 A falta de peças não poderá ser alegada pela CONTRATADA como justificativa para atrasos na entrega/instalação e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 2.11 Estão incluídos no prazo de entrega os períodos para transporte, desembaraço fiscal, disponibilização do equipamento no local e demais atividades pertinentes à entrega, conforme especificado neste edital.
- 2.12 Todas as despesas relacionadas à entrega e à instalação são de responsabilidade da CONTRATADA, assim como todas as demais despesas necessárias ao cumprimento do contrato.
- 2.13 A quantidade de equipamentos e modelos em cada localidade é apresentada no Anexo I-E.
- 2.14 Entende-se por entrega as seguintes atividades:
- 2.14.1 Transporte dos equipamentos embalados para o local determinado pela CAIXA;
- 2.14.2 Desembalagem;
- 2.14.3 Verificação visual do produto;
- 2.14.4 Verificação do Número de Série dos equipamentos;
- 2.14.5 Reembalagem.
- 2.14.6 Os equipamentos deverão ser novos e sem uso e deverão ser entregues nas caixas lacradas pelo fabricante, não sendo aceitos equipamentos com caixas violadas.
- 2.14.7 Uma vez evidenciado que o produto tenha sido anteriormente usado ou apresente-se com uma configuração/versão diferente do especificado neste edital, ainda que não apresente qualquer defeito de funcionamento, haverá um prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a notificação da CAIXA, para a sua substituição.
- 2.15 O termo de aceite da entrega será emitido pela CAIXA em até dez dias úteis, após realizada a entrega.
- 2.16 A entrega será realizada pela CONTRATADA e as atividades de desembalagem, verificação visual e reembalagem serão realizadas pela CONTRATADA sob a fiscalização de preposto da CAIXA.

### **3 DA INSTALAÇÃO**

- 3.1 A CAIXA elaborará projeto técnico executivo e cronograma de implantação em conjunto com a CONTRATADA. Este planejamento deverá ter duração de até 30(trinta) dias corridos.

- 3.1.1 A CONTRATADA deverá alocar os técnicos especialistas para elaboração deste projeto em até 5 dias após a solicitação formal da CAIXA. Tal planejamento ocorrerá nas dependências da CAIXA. Os profissionais deverão ser alocados de forma exclusiva.
- 3.2 A CONTRATADA deverá realizar a instalação e configuração dos equipamentos centralizados (appliances, servidores, softwares e ferramentas) em até 120 (cento e vinte) dias corridos contados a partir da data da solicitação da CAIXA para o primeiro lote.
  - 3.2.1 Durante as instalações físicas, a CONTRATADA deverá manter os técnicos qualificados para esta ação nos locais definidos no item 1.1.1 deste anexo.
  - 3.2.2 Após o término das instalações físicas e liberação dos acessos remotos aos equipamentos as configurações serão comandadas pelos técnicos responsáveis da CAIXA e CONTRATADA do ambiente da CAIXA.
  - 3.2.3 Em virtude dos prazos para liberação de infraestrutura predial para ativação de equipamentos, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação referente a necessidade desta infraestrutura em até 5 dias após a entrega dos equipamentos.
- 3.3 A CONTRATADA deverá realizar a instalação dos equipamentos do ambiente distribuído presentes no primeiro lote em até 30 (trinta) dias corridos após a instalação do ambiente Centralizado.
  - 3.3.1 Tal prazo poderá ser prorrogado se houver correspondência da CAIXA solicitando ou autorizando tal alteração.
  - 3.3.2 Os demais lotes deverão ser instalados em até 90 (noventa) dias corridos após o pedido do respectivo lote.
- 3.4 Entende-se por instalação dos ativos do ambiente Centralizado a realização de todas as seguintes atividades:
  - 3.4.1 Para o Ambiente Centralizado:
    - 3.4.1.1 Desembalagem dos equipamentos;
    - 3.4.1.2 Energização dos equipamentos;
    - 3.4.1.3 Implantação no rack da CAIXA;
    - 3.4.1.4 Conexão com a rede da CAIXA;
    - 3.4.1.5 Identificação de todos os cabos conectados;
    - 3.4.1.6 Atualização de todos os softwares e licenças necessárias para o pleno funcionamento dos equipamentos;

- 3.4.1.7 Elaboração de documentação técnica, em meio magnético, contendo:
  - 3.4.1.7.1 Descrição de todo hardware e software instalados;
  - 3.4.1.7.2 Listagem de todas as configurações realizadas pela CONTRATADA;
  - 3.4.1.7.3 Indicação de arquitetura e possíveis melhorias.
- 3.4.1.8 Realização dos testes de funcionalidade.
- 3.4.2 Para o Ambiente Descentralizado:
  - 3.4.2.1 Desembalagem dos equipamentos;
  - 3.4.2.2 Energização dos equipamentos;
  - 3.4.2.3 Implantação no rack da CAIXA;
  - 3.4.2.4 Conexão com a rede da CAIXA;
  - 3.4.2.5 Identificação de todos os cabos conectados;
  - 3.4.2.6 Realização do sincronismo dos equipamentos com o ambiente centralizado, com as atualizações de software, políticas e configurações;
  - 3.4.2.7 Realização de todos os testes de funcionamento;
  - 3.4.2.8 Elaboração de documentação técnica, em meio magnético, contendo:
    - 3.4.2.8.1 Descrição de todo hardware e software instalados.
- 3.5 Os serviços de instalação deverão ser executados e/ou supervisionados por, pelo menos, 1 (um) técnico certificado pelo fabricante dos equipamentos para cada tecnologia implantada (*SDWAN*, Segurança, Gerenciamento, Nuvem).
- 3.6 O Termo de aceite da instalação será emitido pela CAIXA em até dez dias úteis após realização da instalação.
- 3.7 A instalação só ocorrerá após definido o cronograma ou após a CAIXA solicitar ou autorizar formalmente.
- 3.8 As instalações e ativações em ambiente Centralizado ocorrem em período noturno/madrugada, sendo que algumas atividades só são executadas em janelas de manutenção seguindo as políticas de Gestão de Mudanças da CAIXA.
- 3.9 Os locais de instalação dos equipamentos Centralizados estão descritos na tabela do item 1.1.1 deste Anexo.
- 3.10 Os locais de instalação dos equipamentos remotos estão descritos no ANEXO

I-E.

- 3.10.1 Os equipamentos serão entregues nas localidades para instalação e migração do serviço (retirada do CPE antigo e inclusão da nova SOLUÇÃO).
- 3.10.1.1 O procedimento de instalação deverá ocorrer conforme cronograma estipulado pela CAIXA, obrigatoriamente com acompanhamento presencial do técnico da CONTRATADA no local do equipamento, pelo menos, para o primeiro lote.
- 3.10.1.2 Para os demais lotes, desde que ajustados os procedimentos de ZTP (Zero Touch Provisioning), a CONTRATADA poderá fazer o acompanhamento das implantações nas Unidades de Tecnologia da CAIXA, caso as atividades de instalação não exijam a presença para serem executadas.
- 3.10.1.3 Outras modalidades de trabalho poderão ser acordadas entre Caixa e CONTRATADA.
- 3.10.2 O dimensionamento do quantitativo de técnicos alocados para este apoio remoto nas dependências da CAIXA é responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma considerar os prazos de migração definidos nesta especificação.
- 3.10.3 A CONTRATADA deve observar a possibilidade de paralelismo de implantações com, pelo menos, 30 (trinta) ativações simultâneas atendendo a diferentes Regionais de TI podendo a quantidade de implantações serem alteradas mediante solicitação da CAIXA.
- 3.11 A qualquer momento durante a vigência contratual a CAIXA poderá alterar os locais de instalação dos equipamentos sem prejuízo para a garantia “on-site” contratada.
- 3.11.1 Em caso de alteração do local de instalação, a CAIXA deverá comunicar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos para possibilitar à CONTRATADA o ajuste em sua estrutura de atendimento.

#### **4 APRESENTAÇÃO DA AMOSTRA**

- 4.1 O licitante detentor do menor preço deverá disponibilizar a SOLUÇÃO com ao menos 2 *appliances remotos*, 2 *concentradores*, e todos os demais componentes que sejam objeto deste edital, necessários para funcionamento da SOLUÇÃO por completo, para efeito de avaliação técnica, sem ônus para a CAIXA, no local indicado, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da notificação da CAIXA.
- 4.1.1 Para o ambiente de Orquestração e Gerenciamento poderá ser utilizado ambiente virtual em nuvem desde que seja possível a instalação (do zero) de todos os artefatos (software/licenças) disponibilizados para atendimento a SOLUÇÃO.
- 4.1.2 O item 4.1.1 não exige a CONTRATADA da necessidade de entrega de, pelo

menos, 1 (um) equipamento de cada modelo a ser utilizado na implantação definitiva.

- 4.2 A SOLUÇÃO citada no item 4.1 deverá ser instalada na CN TELECOMUNICAÇÕES (CETEL), localizada no endereço: SEPN 512 CJT C LT 9/10 - 2 AND – ASA NORTE – BRASILIA, DF – CEP: 70760-500, ou em endereço definido pela CAIXA em Brasília ou São Paulo.
- 4.3 Com os equipamentos (hardware e software) disponibilizados para a fase de testes da amostra, a licitante deverá apresentar a respectiva documentação técnica, informando:
- a) Nome do fabricante do(s) Produto(s).
  - b) Modelo do(s) produto(s).
  - c) Endereço na Internet (*site*) do fabricante onde seja possível a obtenção de literatura técnica (especificações detalhadas, consumíveis, etc.) e drivers atualizados do(s) produto(s).
  - d) Relação de todos os componentes utilizados na montagem da SOLUÇÃO, detalhando o fabricante e modelo.
- 4.4 A SOLUÇÃO será avaliada conforme itens a seguir:
- 4.4.1 Verificação do atendimento das especificações técnicas exigidas (DOC).
  - 4.4.2 Verificação da conformidade dos manuais e outras documentações;
  - 4.4.3 Os equipamentos testados deverão possuir todos os componentes e as mesmas características dos equipamentos ofertados no edital (LAB).
  - 4.4.3.1 A critério da CAIXA o prazo de execução dos testes de laboratório poderá ser prorrogado a fim de permitir a validação de todas as funcionalidades previstas.
  - 4.4.4 Não serão admitidos configurações e ajustes que impliquem no funcionamento dos equipamentos fora das condições normais solicitadas no ANEXO I – Termo de Referência, e ou recomendadas pelo fabricante dos equipamentos ou dos componentes.
  - 4.4.5 Será facultado às demais empresas participantes do certame licitatório o acompanhamento dos testes das amostras dos equipamentos de trabalho e seus componentes, sendo tal acesso limitado a uma única pessoa por empresa, na condição de ouvinte, ou seja, não lhe será permitida qualquer interferência nos testes.
  - 4.4.6 Os técnicos responsáveis pelos testes terão a prerrogativa de solicitar a saída de pessoas que venham a interferir no andamento dos trabalhos.
  - 4.4.7 A empresa vencedora do certame licitatório pode dispor de uma pessoa no



local dos testes para o devido suporte, acompanhamento dos testes e resolução de questões que surjam durante a análise técnica.

- 4.4.8 Caso exista alguma inconformidade detectada durante a análise, a empresa disporá de um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da notificação efetuada pela CAIXA, para sanar irregularidades verificadas em suas amostras, sejam elas decorrentes de defeitos ou de desconformidade entre os produtos ofertados e o termo de referência, ficando sujeita à desclassificação da proposta.
- 4.4.9 Promovidas as alterações, não será concedida nova oportunidade para correções, caso sejam detectadas eventuais inadequações para o mesmo item.
- 4.4.10 Será utilizada a documentação técnica apresentada pela empresa vencedora do certame licitatório em sua proposta para verificação dos componentes instalados nas amostras apresentadas, que deverão ser, rigorosamente, idênticos àqueles por ela ofertados.
- 4.4.11 Ocorrendo comprovada descontinuidade de fabricação ou evolução tecnológica do equipamento ofertado ou de seus componentes, poderá a CAIXA aceitar equipamentos distintos do ofertado, desde que seja apresentada documentação técnica que comprove a equivalência ou superioridade em relação às características técnicas daquele originalmente cotado, sendo inadmissível qualquer alteração de preço.
- 4.4.12 Os equipamentos que não forem aprovados nos testes serão considerados, para todos os efeitos, inadequados para a CAIXA, sendo a empresa por este motivo desclassificada do certame.
- 4.4.13 A CAIXA terá até 30 (trinta) dias úteis para a realização dos testes de conformidade com a empresa vencedora do certame licitatório.
- 4.4.14 Todos os equipamentos/componentes a serem entregues deverão ser idênticos, conforme a proposta apresentada.
- 4.4.15 Funcionalidades referentes a ambientes de Nuvem externa também deverão ser disponibilizadas para avaliação integrada.

#### **4.5 COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 4.5.1 A licitante deverá indicar expressamente a(s) marca(s) e o(s) modelo(s) do(s) equipamento(s) oferecido(s), bem como do(s) software(s) e módulos, quando se aplicar.
- 4.5.2 As especificações técnicas do edital devem ser comprovadas através de publicações técnicas específicas, manuais ou prospectos relacionando qual página da documentação fornecida atende a que item do edital.
- 4.5.3 Esta documentação poderá ser apresentada impressa ou em mídia eletrônica

em formato solicitado pela CAIXA;

- 4.5.4 Os documentos relacionados ao item anterior deverão, se emitidos em língua estrangeira (exceto inglês), ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

## **5 APOIO À IMPLANTAÇÃO E PÓS IMPLANTAÇÃO – DOIS PRIMEIROS LOTES**

- 5.1.1 Consiste na execução de todos os serviços necessários para apoiar a implantação do *software*/SOLUÇÃO em conjunto com as equipes CAIXA, atendendo aos requisitos de integração e de segurança com o ambiente operacional estipulado, de modo a garantir o seu pleno funcionamento contemplando os seguintes itens:

- a. Desenvolver arquitetura e topologia da SOLUÇÃO;
- b. Elaborar projeto executivo com detalhamento do planto de implantação;
- c. Entregar projeto executivo, em língua portuguesa, nos formatos alto nível (HLD, High Level Design) e baixo nível (LLD, Low Level Design);
- d. Executar a implantação da SOLUÇÃO;
- e. Auxiliar na elaboração das políticas de acesso à rede;
- f. Auxiliar na implementação de posturas para acesso à rede;
- g. Definir cronograma de implantação;
- h. Realizar testes de escalabilidade;
- i. Realizar integração entre soluções;
- j. Personalizar a SOLUÇÃO para os leiautes e padrões da CAIXA;
- k. Resolver problemas e realizar implantações específicas;
- l. Suportar presencialmente o início das operações;
- m. Homologar a SOLUÇÃO ao padrão tecnológico da CAIXA;
- n. Criar templates e carga das configurações;
- o. Participar de reuniões periódicas para discutir as atividades do período
- p. Acompanhar e executar as atividades de implantação programadas para acontecerem em janelas definidas pela CAIXA;
- q. Realizar repasse de conhecimento sobre as ações executadas, documentar e disponibilizar em formato de relatório para a CAIXA.

- 5.1.2 A CONTRATADA tem 05 (cinco) dias úteis a partir da aprovação pela CAIXA para iniciar o atendimento dos serviços definidos no subitem 5.1.1 desse anexo.

- 5.1.3 A implementação da SOLUÇÃO será realizada presencialmente com a participação do FABRICANTE do produto, além da empresa CONTRATADA, nos dois primeiros lotes, com a participação de técnicos certificados na SOLUÇÃO.

- 5.2 Os serviços acima descritos deverão ser executados na CN TELECOMUNICAÇÕES (CETEL), localizada no endereço: SEPN 512 CJT C LT 9/10 - 2 AND – ASA NORTE – BRASILIA, DF – CEP: 70760-500, ou em endereço definido pela CAIXA em Brasília-DF.

## **6 SUPORTE TÉCNICO E ASSISTÊNCIA PROATIVA**

- 6.1 Entende-se por suporte técnico ações que visam a reparação de eventuais falhas ou inconsistências detectadas em um produto de hardware e/ou software (SO/Firmware), de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento dos produtos/equipamento e seus módulos ou componentes com o ambiente CAIXA, assim como na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento da plataforma, promovendo sua perfeita operacionalização.
- 6.2 O suporte técnico remoto ou local (“*on-site*”) será prestado pela CONTRATADA em tempo integral, mediante requisição (chamado) da CAIXA, nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.
- 6.3 A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA o acesso ao seu “Centro de Suporte Técnico”, por via da Rede Internet (Web), em tempo integral, além de disponibilizar número de telefone gratuito com pronto atendimento em português.
- 6.4 A prestação de Suporte Técnico consiste na correção de falhas ou inconsistências detectadas de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento dos produtos e de seus módulos ou componentes, assim como na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento da SOLUÇÃO ofertada, afiançando sua perfeita operacionalização.
- 6.5 A CONTRATADA deve acompanhar e executar, em atendimento a requisito da CAIXA, as operações desligar/ligar (*POWER OFF* e *POWER ON*) dos equipamentos, controladoras, concentradores e SOLUÇÃO de gerência em caso de manutenções elétricas nos ambientes;
- 6.6 Além disso, o Suporte Técnico deve garantir:
- 6.6.1 O acompanhamento do status do chamado para a prestação de suporte técnico via Rede Internet, com recebimento de notificações por correio eletrônico e telefone (ligação gratuita) ou por outro meio disponível.
- 6.6.2 A pesquisa em base de conhecimento com soluções para problemas conhecidos, incluindo alertas de produtos, comunicações de “desupport”, instruções passo-a-passo de instalação de produtos, artigos técnicos, documentação de produtos e disponibilização de patches, como também informações relativas aos bugs documentados dos softwares que compõe a SOLUÇÃO.
- 6.6.3 Configuração dos componentes da SOLUÇÃO para o funcionamento integrado ao ambiente de sistemas internos da CAIXA, visando melhor utilização e maximização da SOLUÇÃO ofertada neste ambiente.
- 6.6.4 Suporte à integração da SOLUÇÃO adquirida com o ambiente operacional da CAIXA, que garanta o pleno funcionamento do equipamento no ambiente operacional com as aplicações desenvolvidas pela CAIXA, envolvendo análise,

configuração do equipamento e parecer técnico com as recomendações e resolução do problema.

- 6.6.5 Administração e análise de falhas do ambiente, objeto do contrato.
- 6.6.6 Suporte preventivo e proativo que garantam a melhor utilização da SOLUÇÃO ofertada obtendo-se o máximo de desempenho para os Sistemas/Aplicativos da CAIXA.
- 6.6.7 Participação e assistência no planejamento e execução de serviços juntamente com a equipe de administração do ambiente.
- 6.6.8 Emissão, quando solicitado pela CAIXA, de relatório com parecer técnico e recomendações.
- 6.6.9 Geração e análise tempestiva de “*dumps*”, e “*crashes*” do sistema.
- 6.7 A CONTRATADA deverá fornecer, de maneira permanente e por equipamento, todos os subsídios, incluindo software, hardware e dispositivo de armazenamento adicional necessário à perfeita execução da análise acima.
- 6.8 A CONTRATADA também deverá manter a CAIXA sempre informada de todas as versões e atualizações disponibilizadas para uso, assim como das alterações, correções e vulnerabilidades dos componentes da SOLUÇÃO.
- 6.9 A CONTRATADA deverá disponibilizar para o CAIXA, sem custo adicional, as atualizações de versões de *softwares*, *releases*, *patches*, *hotfixes*, *fixpacks*, API’S e similares, bem como o acesso ao site do fabricante da SOLUÇÃO, de modo a possibilitar baixa de correções e atualizações, pelo prazo de vigência do contrato de garantia e suporte.
- 6.10 Também deverá ser disponibilizada a atualização tecnológica e fornecimento para a CAIXA de todas as novas versões, *features* e *releases* dos componentes da SOLUÇÃO que forem disponibilizadas durante a vigência da garantia, assim como o fornecimento de manuais e boletins técnicos com informações que assegurem a sua correta utilização.
- 6.11 As novas versões e atualizações estáveis que surgirem durante a vigência da garantia deverão ser informadas e disponibilizadas à CAIXA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a partir do seu lançamento.
- 6.12 As novas versões e atualizações deverão ser entregues a CAIXA, acompanhadas de manuais e/ou boletins informativos das funcionalidades implementadas e procedimentos de instalação.
- 6.13 Poderão ocorrer reuniões técnicas entre a CONTRATADA e a CAIXA durante a vigência do contrato, para discussão dos problemas verificados no período e diagnóstico das soluções adotadas, assim como para análise das opções de melhorias possíveis no ambiente CAIXA, visando à utilização máxima dos recursos disponíveis.

- 6.14 O serviço de assistência proativa consiste no fornecimento de um serviço avançado provido por um funcionário da empresa fabricante, responsável técnico, devidamente certificado.
- 6.15 A certificação do profissional emitida pelo fabricante deve corresponder à SOLUÇÃO tecnológica objeto dessa contratação.
- 6.16 O serviço de assistência avançada proativa deverá ser fornecido diretamente por profissional devidamente certificado pelo fabricante dos equipamentos, compreendendo, no mínimo:
- 6.16.1 O responsável técnico para atendimento da CAIXA, que deverá atuar como ponto central de coordenação e facilitação com relação aos problemas técnicos;
- 6.16.2 Complementação do serviço de manutenção com um conjunto avançado de serviços de engenharia para a rede auxiliando nas tarefas de revisão, ajustes e novos desenhos (“*design*”), planejamento, acompanhamento e suporte às implementações;
- 6.16.3 Análise dos dispositivos e protocolos da infraestrutura de rede que permita aumentar a estabilidade e desempenho, mantendo e melhorando a eficiência operacional existente;
- 6.16.4 Deverá ser responsável pela indicação das versões de firmwares, softwares e patches recomendadas para SOLUÇÃO baseado em estudos (*Release Recommended, Gold Release e Bug Tracker*) de acordo com funcionalidades utilizadas pela CAIXA;
- 6.16.5 Fazer reunião quando convocado pela CAIXA, durante a vigência do contrato, na qual devem ser repassados os cronogramas para disponibilização de novos softwares, patches e chamados atendidos, com o respectivo status do atendimento;
- 6.16.6 Ser proativo, antecipando-se aos prováveis problemas, para evitar indisponibilidade da rede;
- 6.16.7 Revisar outros problemas conhecidos com os produtos e fazer as devidas observações de impacto, risco e ações necessárias para mitigação;
- 6.16.8 O responsável técnico deve prestar o serviço em Língua Portuguesa;
- 6.16.9 Preferencialmente serão utilizados os recursos de audioconferência e videoconferência para a realização das reuniões técnicas.

## **7 DOS SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO**

- 7.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar ao longo da vigência do contrato e da garantia, conforme item referente a **GARANTIA**, serviço técnico especializado do fabricante com certificação de nível engenheiro da SOLUÇÃO, com

português fluente, em 40 horas semanais, segunda à sexta das 09:00 às 18:00 horas.

- 7.1.1 Este horário poderá ser alterado pela CAIXA.
- 7.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar pelo menos 1 (um) profissional durante o período informado no item anterior, onde a qualquer momento a CAIXA poderá acioná-lo através de um chamado técnico a ser aberto via telefone, e-mail e/ou ferramenta CAIXA de gerenciamento de chamados.
- 7.3 Este profissional deve estar alocado exclusivamente para o suporte da SOLUÇÃO e atendimento à CAIXA.
- 7.4 O suporte técnico especializado de serviço de mentoria on-site, sem ônus adicional com a finalidade de realizar atividades relativas a orientação sobre operação e administração do ambiente incluindo minimamente as atividades:
  - 7.4.1 Operação do software de gerenciamento ofertado, para atividades de monitoramento pró ativo e execução de configurações e alterações solicitadas pela CAIXA;
  - 7.4.2 Fornecer atendimento básico à CAIXA, em atividades relacionadas pela CAIXA relativas a SOLUÇÃO ofertada;
  - 7.4.3 Suporte à mudanças, de instalação físicas planejadas junto à CAIXA, ampliações ou remanejamentos para novos ambientes com acompanhamento *in-loco* para realocação e religação dos equipamentos instalados;
  - 7.4.4 Assistência na criação e parametrização do ambiente tanto na configuração de todos os seus componentes, bem como na configuração de softwares, monitoração e operação.
- 7.5 Elaboração de documentação com a avaliação dos resultados atingidos e comparação com o que foi proposto no plano de projeto, e indicação das novas necessidades da CAIXA para a realização de projetos futuros.
- 7.6 Elaboração de relatório, quando solicitado pela CAIXA, contendo diagnóstico, métricas (estabelecidas pela CAIXA) e recomendações de melhoria, atualização do ambiente de rede.
- 7.7 Direcionamento de questões relacionadas à segurança e integração das soluções com ferramentas externas e outras tecnologias.
- 7.8 Análise de requisições para extensão de ambientes previamente implantado em projeto, e dimensionamento de infraestrutura, baseado na saúde do ambiente.
- 7.9 Avaliação para otimização do desempenho, através de métricas de monitoramento e logs.



- 7.10 Elaboração de relatórios de atividades.
- 7.11 Compartilhamento de casos de sucesso.
- 7.12 Acompanhamento pré-implantação, janelas de manutenção e pós-implantação.
- 7.13 O número de janelas de manutenção será limitado à 12 atividades anuais, podendo ser prestada de segunda à domingo compreendendo o período noturno das 22h até as 6h do dia posterior.
- 7.14 Apoio e acompanhamento de testes funcionais e de carga no ambiente de rede.
- 7.15 Assistência a aplicação e disseminação de melhores práticas utilizadas pelo fabricante da SOLUÇÃO de rede e integração com soluções compatíveis descrita no corpo do termo de referência.
- 7.16 Apoio à Gestão de Crises e condução de investigação associada a chamados junto à equipe de suporte do fabricante.
- 7.17 Elaboração de planejamento de atividade de teste de contingência (disaster recovery) do ambiente de rede e elementos conectados.
- 7.18 Além de outras funções de operação e administração do ambiente não especificamente relacionadas.
- 7.19 Todos os serviços descritos neste item deverão ser prestados pela CONTRATADA sem custo adicional, podendo ser solicitado durante toda a vigência da garantia, sendo os prazos de execução objeto de acordo prévio entre a CONTRATADA e a CAIXA.
- 7.20 O suporte técnico especializado deverá garantir o suporte de todas as funcionalidades especificadas nos termos de referência incluindo as funcionalidades adicionais implementadas e novas funcionalidades que sejam disponibilizadas durante a vigência do contrato.
- 7.21 Ao final de cada atendimento deverá ser emitido RAT – Relatório de Atendimento Técnico, detalhando os serviços prestados.
- 7.22 A equipe CAIXA terá 5 dias úteis para emitir o aceite do documento.

## **8 DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS**

- 8.1 Cada equipamento fornecido para a CAIXA deverá ter, no mínimo, 60 (sessenta) meses de garantia gratuita de funcionamento, contados a partir da data de aceite da instalação do(s) equipamento(s).
- 8.1.1 Para os Concentradores Datacenter RDS e todas componentes da solução de Gerenciamento Unificado a CONTRATADA deverá estender a garantia e suporte até a vigência da garantia do último lote de equipamentos solicitados.

- 8.2 Os serviços de garantia englobam todos os elementos de hardware e software dos equipamentos, incluindo a prestação de serviços de assistência corretiva, assistência técnica proativa, serviço de suporte técnico especializado e atualização tecnológica, compreendendo a substituição de peças, componentes, acessórios e aplicativos que apresentem defeito durante este período, sem qualquer ônus adicional para a CAIXA, obrigando-se a CONTRATADA a manter os equipamentos e aplicativos permanentemente em perfeitas condições de funcionamento para a finalidade a que se destinam, na forma estabelecida neste Anexo.
- 8.3 A prestação de serviços de assistência corretiva e assistência técnica com a substituição de peças dos equipamentos deverá ser efetuada nos locais, datas e horários estipulados pela CAIXA, dentro dos prazos contratados, a partir da abertura de chamado técnico junto à CONTRATADA, durante a vigência da garantia dos equipamentos (modalidade ON-SITE).
- 8.4 A assistência corretiva, que se fará mediante chamado da CAIXA, compreende quaisquer serviços que se fizerem necessários para deixar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, devendo a CONTRATADA atender, nas condições do item 11 deste ANEXO, a todo e qualquer chamado que venha a receber da Unidade da CAIXA responsável pela gestão dos equipamentos.
- 8.5 Nas assistências corretivas, após a sua realização deverão ser efetuados testes com os equipamentos mantidos pelo técnico da CONTRATADA em conjunto com o operador/usuário CAIXA, havendo a obrigatoriedade da assinatura de ambos no documento ao final dos trabalhos.
- 8.6 Na assistência corretiva que se refere ao item anterior, além dos testes a serem realizados, o técnico da CONTRATADA deverá acompanhar o funcionamento do equipamento, certificando-se de que o problema foi solucionado.
- 8.6.1 Na assistência corretiva dos equipamentos, quando for diagnosticado que se trata de problema de hardware, além de solucionar o problema que causou o chamado, o técnico deverá revisar as partes elétricas e eletrônicas, eliminação de eventuais defeitos, reparos, testes e substituição de peças defeituosas.
- 8.6.2 Os chamados para assistência corretiva deverão ser atendidos, concluindo os reparos nos prazos estabelecidos no item 11 deste ANEXO, emitindo para cada intervenção, depois de concluído o serviço, documento (RAT), preenchido conforme instruções 8 deste termo.
- 8.6.3 Deverão ser fornecidos à CAIXA os dados necessários para identificação dos responsáveis pela assistência dos Equipamentos, inclusive endereço eletrônico (e-mail), número de telefone fixo e celular.
- 8.6.4 Deverá ser encaminhado periodicamente e sempre que ocorrer exclusão ou inclusão de técnicos para atendimento à CAIXA, expediente às Unidades de TI da CAIXA responsáveis pela gestão operacional dos equipamentos, informando os dados de identificação dos técnicos que estão autorizados a

executar os serviços contratados.

- 8.6.5 Deverão ser prestadas, sempre que solicitado, orientações à equipe técnica da CAIXA, ou usuários, pertinentes às funções de hardware e software
- 8.6.6 A CONTRATADA deverá fornecer a atualização automática das versões de software e manter a homogeneidade da última versão em todos os equipamentos fornecidos.
- 8.6.7 Toda intervenção nos equipamentos adquiridos, deverá ser negociada previamente, para que sejam definidas a data e hora da sua realização.

## **9 DO ATENDIMENTO**

- 9.1 A CONTRATADA deverá obrigatoriamente prover a integração do seu sistema de controle de chamados com o sistema da CAIXA.
- 9.2 A CONTRATADA terá prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, para efetuar a integração de sua ferramenta de chamados com a ferramenta de controle de chamados CAIXA.
- 9.3 A central de atendimento da CONTRATADA deverá possuir capacidade para o recebimento e emissão automática de chamados, de modo a permitir a implementação de sistemática de troca de informações eletrônicas protocoladas entre a CAIXA e a CONTRATADA e entre CONTRATADA e a CAIXA, utilizando-se de tecnologia WEBSERVICE, para abertura, fechamento e atualização de situação dos chamados, no período de 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.
- 9.4 O webservice utilizará o padrão SOAP, padronizado pelo W3C (disponível em <http://www.w3.org/TR/soap/>).
- 9.5 O número do chamado do Sistema de Atendimento da CAIXA será o número chave para qualquer tratativa relacionada ao chamado (verificação sobre o andamento do atendimento, informações sobre o fechamento, cálculo referente à glosa/multa, e outros).
- 9.6 A ferramenta de chamados da CONTRATADA terá todo o histórico do chamado, devendo todas as tratativas serem acionadas dentro da ferramenta CAIXA.
- 9.7 Em caso de indisponibilidade de operação da ferramenta da CONTRATANTE, ou em casos em que a CAIXA julgar pertinente, outras formas de consulta e tratamento dos chamados poderão ser utilizadas, como por exemplo, telefone 0800 e correio eletrônico.
  - 9.7.1 Quando em casos que os chamados não forem abertos através da ferramenta de gerenciamento de demandas da CAIXA, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro e/ou protocolo na abertura para que seja acompanhado e tratado dentro da ferramenta de gerenciamento da CAIXA.
  - 9.7.2 A CONTRATADA compromete-se a realizar a conclusão dos chamados no instante da resolução definitiva do serviço de atendimento, sendo que esta conclusão deverá

ser executada diretamente pelo técnico ou pela Central de Atendimento da CONTRATADA, mediante interface com o Sistema de Atendimento da CAIXA ou, em caso de indisponibilidade de estação, nos casos em que o técnico da CONTRATADA estiver prestando atendimento in loco na CONTRATANTE o técnico deverá contatar a Central de Atendimento da CONTRATADA.

- 9.7.3 A qualquer tempo, a CAIXA poderá solicitar alterações no fluxo de integração entre o Sistema de Atendimento da CAIXA e o sistema de atendimento da CONTRATADA.
- 9.7.4 A CONTRATADA deverá informar, na reunião inaugural, o telefone e e-mail da central de atendimento, e outros 2 (dois) e-mails e telefones, para acionamento em caso de indisponibilidade da central de atendimento.
- 9.7.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar central de atendimento para abertura, registro e tratamento dos chamados técnicos, recebidos por meio da integração definida ou através de ligação telefônica gratuita, (0800) funcionando em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, ou seja, todos os dias do ano, como canal principal e um endereço eletrônico como canal alternativo.
- 9.8 A CONTRATADA será responsável pela abertura e acompanhamento de chamados técnicos junto aos centros de suporte técnico dos fabricantes, bem como o acompanhamento da resolução desses chamados e implantação das soluções sugeridas acordadas junto à CAIXA, incluindo os chamados abertos via “call home”
- 9.9 A CONTRATADA deverá iniciar o atendimento ao chamado da CAIXA para prestar os serviços de suporte técnico, nos prazos estabelecidos no item 11 deste ANEXO, a serem contabilizados de forma corrida a partir da abertura do chamado.
- 9.10 O termo “forma corrida” indica que a contagem de tempo se dará de maneira contínua, ou seja, sem interrupções, exceto aquelas que sejam provocadas pela CAIXA.
- 9.11 O tempo de solução do chamado, quando a pendência estiver sob responsabilidade da CAIXA, a exemplo, envio de documentação, não será contabilizado no prazo de atendimento estabelecido no item 11 deste ANEXO.
- 9.12 O atendimento ao chamado da CAIXA, para prestar suporte e/ou manutenção corretiva, reparação de eventuais falhas no produto, configuração e parametrização será efetuado nas localidades de instalação dos equipamentos.
- 9.13 A solução operacional e definitiva do problema técnico deverá ser concluída nos prazos estabelecidos nesse ANEXO I-A, a serem contabilizados de forma corrida, a partir da abertura do chamado, descontado o tempo que ficou sob responsabilidade da CAIXA
- 9.14 Entende-se como solução operacional, a disponibilidade do equipamento/componente, porém de forma paliativa ou temporária.
- 9.15 Entende-se como solução definitiva, a resolução completa da causa do problema.
- 9.16 O fechamento do chamado deverá ocorrer somente após autorização da CAIXA.
- 9.17 A qualidade dos serviços será aferida na forma estabelecida no item 9 deste anexo.
- 9.18 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso ao site do fabricante, por meio da internet e sem custos adicionais aos colabores indicados pela CAIXA para baixa de

versões, documentações do fabricante, gerenciamento de uso de licenças e gestão de suporte dos casos abertos junto ao fabricante.

- 9.19 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso às informações relativas a problemas (bugs) documentados pelo fabricante e à documentação referente aos produtos e componentes especificados neste documento.
- 9.20 A CONTRATADA deverá realizar trabalho preventivo de revisão dos ambientes, identificando problemas relacionados com a implementação de novos produtos e/ou versões.
- 9.21 A CONTRATADA deverá analisar e recomendar mensalmente a aplicação de updates, fixes, alertas de segurança e patches críticos, garantido maior disponibilidade ao ambiente e produtos.
- 9.22 Todos os termos constantes deste item deverão ser atendidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.
- 9.23 A critério da CAIXA, os chamados poderão ser abertos, acompanhados e fechados por equipe própria ou terceirizada.
- 9.24 A CONTRATADA deverá disponibilizar para a CAIXA, referente aos equipamentos e softwares objeto desta licitação, os seguintes serviços:
  - 9.24.1 Acesso ao centro de suporte técnico dos fabricantes, com disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ou seja, todos os dias do ano;
  - 9.24.2 Permissão para abertura e acompanhamento de chamados no centro de suporte técnico do fabricante dos equipamentos e softwares, a qual deverá ser disponibilizada através da Internet (web), correio eletrônico e telefone (ligação gratuita), sob demanda.
- 9.25 Acesso à documentação do fabricante referente aos equipamentos, componentes integrantes destes equipamentos e softwares, com:
  - 9.25.1 Acesso à documentação, através da Internet, sem custos adicionais;
  - 9.25.2 Acesso às informações relativas a problemas (bugs) documentados pelo fabricante;
  - 9.25.3 Acesso a mecanismos de solução de problemas para diagnóstico de falhas de hardware e software, utilizando à mesma metodologia empregada pelo fabricante.
- 9.26 Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela CONTRATADA nos endereços onde os equipamentos estiverem instalados (Sistema on-site), em regime ininterrupto (24X7).
- 9.27 A CONTRATADA disponibilizará mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, através de meio eletrônico, relatório estatístico onde estarão demonstrados os dados relativos aos chamados ocorridos no mês, constando:
  - 9.27.1 Número de chamados por Unidade da CAIXA;
  - 9.27.2 Tabela com estatística do prazo de atendimento;

- 9.27.3 Prazo de solução ao problema.
- 9.28 A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os Prazos para Solução dos atendimentos definidos no item 11 deste Anexo, sob pena de multa, conforme previsto no contrato.
- 9.29 A contagem de tempo de reparo iniciar-se-á no momento da abertura do chamado pela CAIXA e será considerado concluído com a liberação dos equipamentos em plenas condições de funcionamento que será atestada pela CAIXA no Sistema de Gestão de Serviços CAIXA (GSC).
- 9.30 A permanência do técnico na Unidade da CAIXA além do período de 07:00 às 22:00, para continuidade na solução de um problema, não deverá representar qualquer ônus adicional à CAIXA.
- 9.31 Durante a vigência do contrato, a substituição de peças e/ou de componentes dos equipamentos objeto deste contrato, que for julgada necessária pela CONTRATADA ocorrerá sem custo adicional para a CAIXA.
- 9.32 O custo de qualquer peça ou parte, a ser substituída, bem como a mão de obra associada com o deslocamento e estadias, serão de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo à CAIXA, quaisquer ônus.
- 9.33 Todas as peças e partes que substituírem aquelas defeituosas tornar-se-ão de propriedades da CAIXA.
- 9.34 Na substituição de algum componente ou periférico, devido à assistência, este deverá ser compatível com o equipamento adquirido, não podendo ser, em hipótese alguma, de configuração inferior à substituída.

## **10 RELATORIO DE ATENDIMENTO TECNICO – RAT**

- 10.1 A CONTRATADA deverá confeccionar o Relatório de Atendimento Técnico - RAT de acordo com o modelo do Anexo G – RAT - RELATÓRIO DE ATENDIMENTO TÉCNICO, de modo que contenha, no mínimo:
- a) A identificação da Unidade da CAIXA, onde se encontra instalado o equipamento objeto do chamado;
  - b) Endereço de Instalação do equipamento;
  - c) Número do chamado no Sistema de Atendimento da CAIXA – SIATE;
  - d) A data e o horário em que foi efetuado o chamado;
  - e) A data e os horários de início e término do atendimento;
  - f) A descrição do problema ou da demanda que ocasionaram o chamado;
  - g) A descrição do conserto e das peças que eventualmente tenham sido substituídas ou que deverão ser substituídas;
  - h) A identificação do EQUIPAMENTO, com os seguintes dados: nome lógico, nº de série e, se possível, o de tombamento (patrimônio CAIXA);
  - i) As pendências resultantes, se permanecerem;
  - j) A informação "ASSISTÊNCIA CORRETIVA";
  - k) Identificação e assinatura do técnico que executou o atendimento;
  - l) Aceite do usuário da CAIXA, mediante assinatura sob carimbo no qual conste seu nome, matrícula e cargo.
- 10.1.1 O RAT deverá ser preenchido em, no mínimo, 03 (três) vias: uma para a Unidade onde encontra-se instalado o equipamento, outra para a unidade da CAIXA atendida e outra para a CONTRATADA.



- 10.1.2 O RAT é composto por quatro partes, sendo necessário o preenchimento, para estes serviços, dos itens “1-Abertura”, “2-Atendimento Técnico” e “4-Fechamento”.
- 10.1.3 Os dados da fase de “Abertura” do RAT serão encaminhados pela Unidade de TI da CAIXA, gestora de bens e serviços responsável pela operação do equipamento, informada no item 1.1 deste Anexo à CONTRATADA.
- 10.1.4 O campo das fases de “Atendimento Técnico” é de preenchimento obrigatório do técnico, antes da apresentação do RAT para “Fechamento” por parte do responsável na unidade da CAIXA.
- 10.1.5 A fase de “Fechamento”, exceto data e horário de conclusão e assinatura do técnico, é de preenchimento obrigatório pelo responsável da unidade da CAIXA, sob carimbo.

## **11 DOS PRAZOS DE ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DE CHAMADOS**

### **11.1. Descrição da Severidade dos chamados:**

<b>Severidade</b>	<b>Descrição</b>
1 - Crítica	O produto não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável. Problema no produto que gera indisponibilidade em sistemas/serviços produtivos que dependem desse ativo.
2 – Alta	Problema no produto que gera perda de redundância ou impacto em determinado sistema/serviço produtivo que dependem desse ativo.
3 - Média	Problema contornável que não gera perda de redundância ou qualquer impacto aos sistemas/serviços produtivos que dependem desses ativos.
4 - Baixa	Consultas técnicas e dúvidas sobre os produtos

### **11.2. Prazos de atendimento:**

Severidade	Prazo de atendimento			
	TMIA	TMSO	TMSDC	TMED
1	15 min	4h	48h	-
2	30 min	6h	72h	-
3	2h	48h	120h	-
4	2h	-	-	72h

- 11.3. Entende-se por:
- 11.3.1. TMIA - Tempo máximo para início de atendimento: Tempo máximo requerido para o início do atendimento ao produto, que pode ser feito inicialmente por meio telefônico;
- 11.3.2. TMSO - Tempo máximo para solução operacional: Tempo máximo de recuperação, ou seja, tempo requerido para contornar o problema e deixar o sistema/serviço disponível e restabelecer a redundância do produto/componente;
- 11.3.3. TMSDC - Tempo máximo para solução definitiva do chamado: Tempo máximo requerido para solucionar em definitivo a causa do problema.
- 11.3.4. TMED – Tempo máximo para esclarecimento de dúvida: Tempo máximo requerido para esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas.
- 11.4. Todos os termos constantes deste item deverão ser obedecidos durante toda a vigência do contrato.

- 11.5. Despesas relativas a deslocamentos dos equipamentos para a correção de problemas técnicos e adequações/ajustes de configurações ocorrerão por conta da CONTRATADA, sob sua exclusiva responsabilidade e sem ônus para a CAIXA.
- 11.6. A falta de peças não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- 11.7. Na finalização dos serviços, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com o técnico da CAIXA ou terceirizada, testes com os equipamentos, definidos a critério da CAIXA, certificando-se de que os recursos foram restabelecidos e o problema foi efetivamente solucionado.
- 11.8. Para cada manutenção, caso solicitado pela CAIXA, a CONTRATADA deverá emitir relatório técnico detalhado e conclusivo da causa do problema e da solução que foi adotada para o seu restabelecimento em até 15 (quinze) dias corridos após a solicitação.

## **12 RELATÓRIOS PERIÓDICOS**

- 12.1 A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal das atividades executadas de suporte técnico, que deverá ser entregue ao Gestor Operacional do Contrato.
- 12.2 A CONTRATADA deve apresentar, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, em meio eletrônico e em português, relatório detalhado referente às atividades de assistência técnica de hardware e software quando prestadas, incluindo obrigatoriamente os campos abaixo:
- 12.2.1 Data/hora da abertura do chamado técnico;
- 12.2.2 Identificação do software;
- 12.2.3 Identificação do hardware,
- 12.2.4 Identificação da localidade;
- 12.2.5 Nome do responsável pela abertura do chamado;
- 12.2.6 Severidade do chamado;
- 12.2.7 Número de identificação do chamado;
- 12.2.8 Descrição do problema;
- 12.2.9 Descrição da solução implantada;
- 12.2.10 Data/hora do início do atendimento;
- 12.2.11 Data/hora da conclusão da solução operacional;
- 12.2.12 Data/hora da solução definitiva do chamado;
- 12.2.13 Detalhamento do tempo em que a ação ficou sob responsabilidade da CAIXA;

- 12.2.14 Consolidado dos chamados que não atenderam os prazos estabelecidos neste anexo com suas devidas justificativas.
- 12.3 Este relatório é uma obrigação contratual devendo ser entregue para a equipe de suporte da CAIXA.
- 12.4 Nos casos em que o atendimento não se mostrar satisfatório, a CAIXA fará reabertura do chamado, mantendo-se as condições e prazos do primeiro chamado.
- 12.5 Toda e qualquer atualização tecnológica e suporte técnico devem ser executados somente mediante prévia autorização da CAIXA, a partir de informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados apresentados pela CONTRATADA.
- 12.6 Todos os termos constantes deste item deverão ser obedecidos durante toda a vigência do contrato e da garantia.
- 12.7 A CONTRATADA deverá se adequar aos padrões da CAIXA no que concerne à utilização ou integração com a ferramenta de atendimento CAIXA
- 12.8 A empresa deverá apresentar periodicamente o Plano de Melhoria, propondo ações objetivas e prazos, com vistas a elevar os conceitos obtidos na avaliação de desempenho, conforme previsto no Termo de Referência.
- 13 DOS SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO E MUDANÇA DE LOCAL**
- 13.1 A CAIXA reserva-se o direito de transferir os equipamentos constantes deste contrato para outras Unidades da CAIXA, dentro da lista dos municípios vinculados aos locais de entrega e instalação determinados neste documento, mantida esta contratação, sendo obrigatória por parte da CONTRATADA a atualização dos dados cadastrais referente às Unidades da CAIXA envolvidas.
- 13.2 Qualquer mudança de local de instalação de equipamentos, que venha a implicar alteração de endereço, será comunicada pela CAIXA à CONTRATADA com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.
- 13.3 A CONTRATADA deverá realizar os serviços de desinstalação e reinstalação dos equipamentos fornecidos, nos endereços indicados pela CAIXA, sem ônus adicionais para a CAIXA e sem quaisquer prejuízos dos serviços de garantia presentes neste contrato.
- 13.4 Entende-se como desinstalação os serviços de desligamento e desmontagem dos equipamentos e seus componentes e como reinstalação os serviços de montagem, religamento e restabelecimento de todas as funcionalidades originais do equipamento no novo local.
- 13.5 Constitui ônus da CAIXA o fornecimento de toda a mão de obra e material necessário à embalagem, remoção, desembalagem e colocação do EQUIPAMENTO em seu novo local de instalação, inclusive transporte e seguros.
- 13.6 Após o serviço de mudança a CONTRATADA deverá providenciar o balanceamento do sistema, efetuando os ajustes, as configurações e programações necessárias para a estabilização do sistema, sem ônus para a CAIXA.
- 13.7 Caso a alteração de endereço ocorra antes da entrega inicial, a CONTRATADA será

notificada a entregar no novo endereço, devendo fazê-lo sem ônus adicional para a CAIXA.

#### **14 DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

- 14.1 A CONTRATADA, em até quinze (15) dias úteis após a solicitação da CAIXA, deverá realizar a transferência da tecnologia para as equipes de suporte da CAIXA, visando prover estas dos conhecimentos necessários para o acompanhamento da implantação dos equipamentos e para prestação dos serviços de configuração, operação e gerenciamento de todos os componentes da SOLUÇÃO.
- 14.2 A transferência de tecnologia deverá abranger os seguintes tópicos:
- a) Tecnologias utilizadas, conceitos e arquitetura.
  - b) Instalação, configuração e operação dos equipamentos.
  - c) Resolução de problemas.
  - d) Administração e gerenciamento dos equipamentos.
  - e) Segurança - tecnologias e mecanismos de segurança implementados.
  - f) Tópicos específicos do projeto técnico, a critério da CAIXA
- 14.2.1 As atividades de transferência de tecnologia deverão ser realizadas para até 48 (quarenta e oito) pessoas, divididas em quatro turmas, indicadas pela CAIXA para cada grupo conforme abaixo:
- a) Configuração Básica;
  - b) Configuração Avançada;
  - c) Troubleshooting;
  - d) SDWAN;
  - e) Segurança Unificada - UTM;
  - f) Gerenciamento SDWAN;
  - g) Gerenciamento UTM;
  - h) Criação de Dashboards e Relatórios Avançados;
- 14.3 A transferência de tecnologia relativa aos equipamentos deverá ser baseada no conteúdo programático dos treinamentos oficiais dos fabricantes dos equipamentos/SOLUÇÃO e realizado por instrutor devidamente certificado pelo fabricante do equipamento.
- 14.4 A transferência de tecnologia deverá ser ministrada, a critério da CAIXA, em turmas fechadas ou abertas.
- 14.5 A CONTRATADA deverá fornecer para cada participante 1 (um) conjunto da documentação didática para cada evento frequentado.
- 14.6 A transferência de tecnologia deverá ser ministrada em aulas de, no máximo, 6 (seis) horas diárias.
- 14.6.1 A transferência de tecnologia deverá ser ministrada no período de dias necessário para atender a demanda de 6 (seis) horas diárias.
- 14.7 A documentação será de propriedade da CAIXA, podendo ser utilizada para futuras reproduções sem objetivos comerciais.
- 14.8 A critério da CAIXA, a CONTRATADA poderá converter uma turma de 12 (doze) vagas pelo fornecimento de treinamento elaborado em modelo de vídeo-aulas, onde o material de vídeo será de propriedade da CAIXA, podendo ser utilizado para futuras reproduções sem fins comerciais.

- 14.9 A transferência de tecnologia poderá, a critério da CAIXA, ser convertida em vagas para participação em eventos de atualização tecnológica promovidos pela CONTRATADA ou pelo fabricante dos equipamentos.
- 14.10 A CAIXA emitirá, em até dez dias úteis após o final da realização das atividades de transferência de tecnologia ou da entrega dos vouchers, um Termo de Aceite de Transferência de Tecnologia.
- 14.11 Durante o período de garantia e vigência do contrato a CONTRATADA deverá realizar anualmente uma apresentação técnica, sem custos adicionais, para a CAIXA, informando sobre o período previsto de continuidade dos equipamentos ofertados, inovações tecnológicas, possíveis modificações de componentes do sistema, sugestões de melhorias e relatório geral sobre os principais serviços de assistência realizados.
- 14.12 As etapas da transferência de tecnologia poderão ser realizadas em dependências da CAIXA de acordo com solicitação formal da CAIXA.

**15 DA DOCUMENTAÇÃO**

- 15.1 A CONTRATADA deverá entregar toda a documentação referente aos projetos, memoriais de configurações, *templates*, cronogramas e manuais operacionais, em meio magnético, redigidos exclusivamente em português, ou, no caso somente dos manuais, em inglês.
- 15.2 Deverá ser fornecido 1 (um) conjunto de documentos técnicos de cada produto/ferramenta, necessária à operação e manutenção de cada componente da SOLUÇÃO.
- 15.3 A documentação referente aos manuais técnicos dos equipamentos deverá ser redigida em Português ou Inglês, mas as apostilas utilizadas nos treinamentos deverão ser redigidas em português.

**16 DO PAGAMENTO E FATURAMENTO**

- 16.1 A CAIXA realizará o pagamento à CONTRATADA de acordo com os critérios de repasse indicados no quadro abaixo:

<b>Etapas</b>	<b>Valor</b>	<b>Condição de Pagamento</b>	<b>Prazo de entrega/execução</b>
Entrega dos equipamentos (por lote)	70% do valor dos equipamentos solicitados	Após entrega e conferência de todos os componentes físicos e lógicos que compõem a solução, e a emissão do termo do aceite de entrega por parte da CAIXA.	Em até <b>60 (sessenta)</b> dias contados a partir da solicitação da Caixa

Instalação dos recursos	29% do valor dos equipamentos solicitados	Após o ateste da Caixa de que os componentes da solução se encontram totalmente operacionais (instalados e configurados), com todas as licenças aplicadas e necessárias para o completo funcionamento da solução.	Após o termo de aceite da instalação e configuração dos equipamentos
Transferência de Conhecimento	1% do valor dos equipamentos solicitados	Até o 15º dia útil do mês subsequente a entrega dos vouchers	---

16.2 A etapa da Transferência de Tecnologia não é sucessora da etapa de Instalação, devendo ser cumprida mediante solicitação formal da CAIXA.

16.3 As notas fiscais deverão ser emitidas e entregues, conforme a quantidade de equipamentos, no seguinte endereço:

Site	Endereço
CETEL	SETOR SEPN 512 CJT C LOTE 9/10 – ANDAR TÉRREO ASA NORTE

## 17 **DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

17.1 O contrato a ser firmado terá duração de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua assinatura.

## 18 **Responsável pelo acompanhamento do contrato**

18.1 Durante o período de vigência do contrato e garantias dos equipamentos adquiridos através desta solicitação, caberá aos gestores designados pelo Gerente Nacional da GN Telecomunicações o efetivo acompanhamento do contrato, sua fiscalização e fiel observância das disposições contratuais.

18.2 **Unidade Geradora da demanda:** GETEL.

18.3 **Unidade Provedora da demanda:** CEAUS.

18.4 **Unidade Definidora da SOLUÇÃO:** SUART.

18.5 **Unidades Gestoras de Bens e Serviços:** GEAUS, CEAUS e Unidades informadas no item 1.1 deste Anexo.

18.6 **Unidade Gestora de Faturamento de Bens e Serviços:** CEAUS.



**ANEXO I-B**  
**SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE FORNECEDORES****1. CLÁUSULAS GERAIS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

- 1.1. A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>).
- 1.2. **A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, MO19607.**
- 1.3. A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.
- 1.4. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.
- 1.5. A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.
- 1.6. A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.
- 1.7. A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.
- 1.8. A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.
- 1.8. A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.
- 1.9. A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.
- 1.10. A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado.
- 1.11. A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da

responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das combinações contratuais impostas.

- 1.12 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CAIXA qualquer descumprimento às cláusulas acima.
2. CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – GRAU DE CRITICIDADE BAIXO OU MÉDIO
  - 2.1. A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.
  - 2.2. A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, disponível no Portal Licitações CAIXA, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).
  - 2.3. A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo o seguinte conteúdo:
    - i. conhecimento da política de segurança da informação da empresa CONTRATADA e da CAIXA, mencionada no item 1.1;
    - ii. uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso;
    - iii. proteção de dados e privacidade – LGPD – direitos do titular dos dados;
    - iv. proteção de dados e privacidade – LGPD – responsabilidades do controlador, operador e do agente de tratamento dos dados;
    - v. uso seguro de dispositivos;
    - vi. uso seguro de e-mails;
    - vii. uso seguro de soluções em nuvem;
    - viii. uso seguro de redes sociais e comunicadores instantâneos;
    - ix. adoção da política de “mesa limpa”, “tela limpa” e “impressora limpa”;
    - x. formas defensivas contra *phishing* e *smshing*;
    - xi. formas defensivas contra códigos maliciosos recebidos em dispositivos;
    - xii. formas defensivas contra engenharia social;
    - xiii. formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA;
    - xiv. vazamento de dados e proteção de senhas;
    - xv. metodologia e princípios da *Privacy by Design* e *Secure by Design*.
  - 2.3.1. O treinamento referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 04 horas.

- 2.4. A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 2.3.
- 2.5. A CONTRATADA deve apresentar semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre anterior, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.
- 2.6. A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.
- 2.7. A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.
- 2.8. A CONTRATADA deve solicitar formalmente autorização para subcontratação de serviços, cabendo a CONTRATANTE autorizar ou não.
- 2.9. Em caso de concretização de subcontratação de serviços, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá enviar notificação mandatória sobre o fato à CONTRATANTE.
- 2.10. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:
- a. Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 2.3 no último semestre dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
  - b. Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 2.1, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
- 2.11. O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará nas penalidades e sanções prevista no contrato.
- 2.12. Em caso de indisponibilidade parcial com impacto relevante ou indisponibilidade total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a disponibilizar representante de corpo gerencial para participação em salas de crise - em canal a ser informado pela CAIXA - durante todo o evento, até que o incidente seja solucionado.
- 2.13. Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.
- 2.14. No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:

- a) entregar a versão mais atualizada de todos os artefatos, componentes e demais produtos por ele produzidos durante a vigência do contrato;
- b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;
- c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

- 3. CLÁUSULAS ESPECÍFICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – GRAU DE CRITICIDADE ALTO
  - 3.1. Além das cláusulas previstas no item 1, também se aplicam a este tipo de objeto contratual as cláusulas estabelecidas no item 2.
  - 3.2. A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, disponível no Portal Licitações CAIXA.
  - 3.3. A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação.
  - 3.4. A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.
  - 3.5. A CONTRATADA deve sensibilizar semestralmente seus empregados e colaboradores, por meio de treinamento com conteúdo de segurança da informação, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima semestral de 08 horas.
    - 3.5.1. O conteúdo de segurança da informação mencionado, consta no item 2.3.
  - 3.6. CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.5 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.
  - 3.7. A CONTRATADA deve emitir relatórios, semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do semestre base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.
    - 3.7.1. O relatório deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.
  - 3.8. A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e

às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

- 3.9. A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.
- 3.10. A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.
- 3.11. A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.
- 3.12. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 2.10 e dos demais a seguir:
  - a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 2.3/ Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;
  - b) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.7, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base;
  - c) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.11, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido semestralmente e informado à CONTRATANTE semestralmente, até o último dia útil do mês subsequente ao semestre base.
- 3.13. A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.
- 3.14. Além das cláusulas previstas no item 4, também se aplicam a este tipo de objeto contratual as cláusulas estabelecidas nos itens 1, 2 e 3.
- 3.15. A CONTRATADA deve tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, bem como das normas da ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, reconhecendo sua responsabilidade objetiva e de seus empregados/colaboradores em observar o disposto na LGPD no exercício de suas atividades no tratamento de informações de clientes, de empregados e colaboradores da CONTRATANTE.
- 3.16. A CONTRATADA se compromete a notificar a CONTRATANTE, assim que detectada, a violação de dados relacionados à privacidade, de forma a permitir à CONTRATANTE o cumprimento das determinações da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei 13.709/18 e da ANPD.
- 3.17. A CONTRATADA assegura que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das

atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, por meio de recursos oferecidos pela CONTRATADA.

- 3.18. CONTRATADA deve fornecer, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.
- 3.19. A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

#### 4. PRIVACIDADE E O ATENDIMENTO À LGPD

As Partes declaram que cumprem a legislação brasileira sobre privacidade, incluindo-se a Lei n. 13.079/2018. E, em caso de armazenamento de dados pessoais, a CAIXA se compromete a adotar as medidas de segurança para proteger dados pessoais, e a CONTRATADA atesta que obteve as aprovações necessárias para o uso dos dados cadastrais ora informados, com a finalidade de prestar serviços de telecomunicações. As Partes têm conhecimento que as autorizações poderão ser revogadas a qualquer momento pela respectiva pessoa natural, mediante simples requerimento, e portanto, se comprometem a informar uma a outra a respeito de tais revogações de consentimento, a fim de que as devidas medidas sejam tomadas.



**ANEXO I – C****ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO****1. DO CÁLCULO DE DESCONTOS PELO ATRASO NO ATENDIMENTO E RESOLUÇÃO DOS CHAMADOS**

1.1 Os descontos apurados serão calculados conforme abaixo:

1.2 Os descontos serão cumulativos para cada dia, hora ou fração de atraso de cada chamado fechado no mês de referência de acordo com sua severidade.

1.2.1 Estes serão descontados das parcelas contratuais devidas pela CAIXA, e, no caso da sua inexistência, do valor da garantia.

1.3 Indicadores:

TMIA – Tempo máximo de início de atendimento		
Item	Tempo máximo para início do atendimento em caso de falha: tempo máximo requerido para o início do atendimento ao chamado em horário comercial.	
Finalidade	Garantir o início do atendimento conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1	15 min
	2	30 min
	3	2h
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	TMIA = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: (Data/hora fim do início do atendimento – data/hora início do chamado) Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do Desconto	TMIA	0,01% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

TMSO – Tempo máximo de solução operacional		
Item	Tempo máximo de solução operacional: tempo máximo requerido para contornar o problema e deixar o ambiente disponível.	
Finalidade	Garantir a solução operacional conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1	4h
	2	6h
	3	48h
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	<p>TMSO = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula:  <math>((\text{Data/hora fim da solução operacional} - \text{data/hora início do chamado}) - \text{tempo sob responsabilidade da CAIXA})</math></p> <p>Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.</p>	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do Desconto	TMSO SEV1	0,5% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMSO SEV2	0,25% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMSO SEV3	0,125% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

TMSDC – Tempo máximo de solução definitiva		
Item	Tempo máximo de solução definitiva: tempo máximo requerido para resolver o problema de forma definitiva.	
Finalidade	Garantir a solução operacional conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1	48 horas
	2	72 horas
	3	120 horas

Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	<p>TMSDC = Considera-se a duração do atraso de cada chamado,</p> <p>que será calculado por meio da fórmula:</p> <p>((Data/hora fim da solução definitiva – data/hora início do chamado) – tempo sob responsabilidade da CAIXA)</p> <p>Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora,</p> <p>será arredondado para múltiplo imediatamente superior.</p>	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do Desconto	TMSDC SEV1	0,15% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMSDC SEV2	0,10% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
	TMSDC SEV3	0,05% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

TMED – Tempo máximo para esclarecimento de dúvida		
Item	Tempo máximo requerido para esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas.	
Finalidade	Garantir o esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas conforme prazo acordado.	
Meta a cumprir	Tempo previsto	72 horas
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	<p>TMED = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula:</p> <p>((Data/hora fim da solução definitiva – data/hora início do chamado)</p>	

	Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Cálculo do Desconto	TMED	0,01% do valor do(s) equipamento(s) por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado
Observações		

- 1.3.1 A apuração dos indicadores será mensal.
- 1.3.2 Para os chamados cujo atendimento seja relacionado a Software/Sistema Operacional que implique em disponibilização de nova versão do produto, patches e/ou melhorias não haverá cálculo para TMSDC.
- 1.3.3 Todos os prazos para atendimento e solução começarão a ser contados a partir da abertura do chamado, independentemente deste ter sido feito via telefone, e-mail ou solução de “*call home*”.
- 1.3.4 Considera-se plenamente solucionado o problema quando restabelecidos os sistemas/serviços e a redundância for restabelecida sem restrições, ou seja, quando não se tratar de solução paliativa.
- 1.3.5 Para os chamados de criticidade 2, 3 e 4, quando não providas às soluções nos prazos definidos, serão estes automaticamente escalados para o nível de criticidade superior, em processos sucessivos, até que seja atingido, em cada caso, o nível de criticidade 1, sendo, ao mesmo tempo, ajustados os prazos e multas de acordo com os níveis de criticidade atingidos, sem prejuízo da penalidade fixada para o nível de criticidade anterior.
- 1.4 No final do atendimento e solução da ocorrência, o técnico da CONTRATADA realizará, em conjunto com o técnico da CAIXA, teste para verificação dos resultados obtidos, certificando-se do restabelecimento à normalidade e/ou solução do problema.
- 1.5 Ao final do atendimento (fechamento do chamado), a CONTRATADA deverá registrar as causas do problema e a solução adotada.
- 1.6 A CONTRATADA deverá gerar relatório mensal das atividades executadas de suporte técnico, que deverá ser entregue ao Gestor Operacional do Contrato.

**ANEXO I - D**  
**TERMO APARTADO DE GARANTIA**

Pelo presente instrumento, tendo de um lado a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional de Contratações em Brasília – CECOT/BR, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Edifício Filial, 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, neste ato representada pelo ....., daqui por diante designada **CAIXA**, ou CONTRATANTE, e, de outro, a empresa ....., com sede na cidade de ....., no Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representada por ....., portador da cédula de identidade RG nº ....., e inscrito no CPF sob o nº ....., doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, é celebrado o presente TERMO DE GARANTIA, decorrente da Licitação Caixa nº 087/2024. Este TERMO DE GARANTIA está vinculado ao respectivo Edital, seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, estando as partes contratantes sujeitas às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 (Lei das Estatais), Lei nº 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor), e respectivas alterações, bem como às cláusulas a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Contratação de empresa para o fornecimento de solução convergente de rede composta por roteadores CPE, Concentradores, Ambiente de Controle e Gerenciamento, incluindo o projeto, e implantação, em conformidade com as disposições do Edital LC 087/2024 e seus Anexos.

**Parágrafo Único** – As especificações do objeto, a quantidade total, os locais de entrega e a forma de execução do contrato constam dos Anexos I – Termo de Referência e I -A – Forma de Execução e Serviços Agregados e demais anexos do edital que passam a integrar e complementar o presente TERMO DE GARANTIA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São obrigações e responsabilidades da CONTRATADA, além de outras constantes deste TERMO DE GARANTIA e seus anexos:

I – Fornecer somente produtos novos, não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de produtos reutilizados ou recondicionados, nem fora de linha de fabricação, obedecendo rigorosamente às especificações indicadas no Contrato nº \_\_\_\_/2024 e em seus anexos;

II – Obedecer rigorosamente ao prazo, as quantidades e locais de entrega dispostos no Contrato nº \_\_\_\_/2024 e em seus anexos, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição estabelecida, obrigando-se a indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte. A responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;

III – Entregar e instalar os equipamentos nos endereços/localidades/prazos indicados no Contrato nº \_\_\_\_/2024;

IV – Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte do(s) equipamento(s) até o(s) local(is) de entrega;

V – Prestar garantia de 60 (sessenta) meses aos equipamentos fornecidos nas condições dispostas no edital da Licitação Caixa nº 087/2024 e seus anexos;

VI – Cumprir, com o máximo rigor, todas as disposições constantes deste TERMO DE GARANTIA, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer condição aqui estabelecida;

VII – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CAIXA e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

VIII – Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução deste TERMO DE GARANTIA;

IX – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CAIXA, no tocante ao fornecimento do(s) equipamento(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato nº \_\_\_\_/2024;

X – Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento objeto deste TERMO DE GARANTIA, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

XI – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos produtos objeto deste TERMO DE GARANTIA.

XII – Substituir, em qualquer tempo, e sem qualquer ônus para a CAIXA, toda ou parte da remessa do material devolvido pela CAIXA, caso constatadas divergências nas especificações ou, quando for o caso, na amostra do PRODUTO entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis e previstas neste contrato e em seus anexos em conformidade com a Lei;

XIII – Providenciar, nos prazos determinados no Anexo I-A – Forma de Execução do Contrato, por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a correção ou substituição, a critério da CAIXA, dos produtos que apresentem defeito durante o período de garantia;

XIV – Manter, durante o prazo do TERMO DE GARANTIA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;

XV – Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste TERMO DE GARANTIA, com a qualidade e rigor exigidos;

XVI – Prestar manutenção e suporte sobre os produtos objeto do Contrato nº \_\_\_\_/2024, durante o prazo de garantia, sem custo adicional aos previstos naquele instrumento;



XVII – Assegurar a oferta de bens de reposição e substituição durante o prazo de garantia do contrato.

XVIII – Cumprir todos os quesitos formulados em sua proposta técnica, que será parte integrante do Contrato nº \_\_\_\_/2024;

XIX – Informar à CAIXA quando solicitado: marca, modelo e relação dos fabricantes/fornecedores de todos os produtos objeto deste Contrato, respeitando sempre as especificações previstas no edital da Licitação Caixa nº 087/2024;

XX – Recrutar os técnicos, em seu nome e sob sua responsabilidade, sem qualquer solidariedade da CAIXA, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os relativos aos encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária e fiscal, bem como de seguros e quaisquer outros decorrentes de sua condição de empregadora;

XXI – Disseminar, periodicamente, ao seu corpo funcional (inclusive técnicos) as orientações fornecidas pela CAIXA sobre os procedimentos e padrões CAIXA, que serão realizadas sempre que necessário;

XXII – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela CAIXA;

XXIII – Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais da CAIXA, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto do Contrato;

XXIV – Pagar todos os impostos e taxas devidas sobre os serviços objeto deste contrato, bem como as contribuições à previdência social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos, quaisquer insumos e outras despesas diretas e indiretas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados;

XXV – Tomar todas as providências e realizar as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências da CAIXA;

XXVI – Diligenciar para que os seus empregados tratem com urbanidade o pessoal da CAIXA, clientes, visitantes e demais contratados;

XXVII – Não permitir que seus empregados executem serviços além dos previstos no objeto deste TERMO DE GARANTIA;

XXVIII – Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o Contrato nº \_\_\_\_/2024, ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarados pela CONTRATADA a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a CAIXA;

XXIX – Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pela CAIXA por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício entre a CAIXA e os empregados da CONTRATADA;

XXX – Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA;

XXXI – Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato e da garantia, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;

XXXII – Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

XXXIII – Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão e de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade;

XXXIV – Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso às suas dependências.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA deverá, durante o período de garantia, manter estrutura adequada para prestar os serviços de manutenção, assistência técnica e suporte técnico necessários ao pronto atendimento às solicitações da CAIXA.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos, perdas ou avarias a que der causa, por si e/ou por seus empregados, em instalações e/ou pertences da CONTRATANTE ou de terceiros, seja por imprudência, negligência ou imperícia, respondendo pelo ressarcimento dos prejuízos apurados.

**Parágrafo Terceiro** – Todos os procedimentos descritos nesta cláusula deverão ser prestados pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a CAIXA, durante todo o período de garantia.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I) Notificar a CONTRATADA quanto a defeitos ou irregularidades verificadas na execução dos serviços objeto deste TERMO DE GARANTIA, bem como quanto a qualquer ocorrência relativa ao comportamento de seus técnicos, quando do atendimento a CAIXA, que venha a ser considerado prejudicial ou inconveniente para a CAIXA;
- II) Permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local de prestação dos serviços, desde que observadas as normas de segurança.

- III) Notificar a CONTRATADA sobre qualquer modificação nos locais de fornecimento/prestação dos serviços, em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, para promoção das mudanças necessárias;

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente TERMO DE GARANTIA é de **60 (sessenta) meses**, contados da data de instalação efetiva do(s) equipamento(s), atestado(s) pelo(s) termo(s) de aceite de instalação emitido pela CAIXA, conforme disposições do item 3 do Anexo I – A – Forma de Execução do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se obriga a prestar a garantia dos produtos, na forma estabelecida no Edital da Licitação Caixa nº 087/2024 e seus anexos, que fazem parte integrante deste ajuste.

I) A garantia do(s) equipamento(s) poderá ser prestada pelo fornecedor e/ou pelo respectivo fabricante.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de vigência deste Termo de Garantia não guarda necessariamente consonância com o prazo estipulado para a execução do objeto descrito e especificado no Edital da Licitação Caixa nº 087/2024.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas no contrato nº \_\_\_\_/2024, na Lei nº. 13.303/2016 e, no que couber, no Código de Defesa do Consumidor.

**Parágrafo Único** – As penalidades previstas neste TERMO DE GARANTIA, após a instrução do pertinente processo, no qual fica assegurada ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

---

**CONTRATADA****Testemunhas**

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO I – E**

**RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS DEQUIPAMENTOS**

O ANEXO I - E - RELAÇÃO DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO DOS DEQUIPAMENTOS ESTÁ PUBLICADO NA PLANILHA EM EXCEL DISPONÍVEL NO PORTAL DE LICITAÇÕES DA CAIXA.

**ANEXO II****PROPOSTA COMERCIAL****LICITAÇÃO CAIXA Nº 087/5688-2024**

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de solução convergente de rede composta por roteadores CPE, Concentradores, Ambiente de Controle e Gerenciamento, incluindo o projeto, e implantação, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

**PROPOSTA DE PREÇO:**

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo I	92		
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo II	2402		
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo III	1849		
Licença SDWAN/UTM Cloud	16		
Concentradores SDWAN (sites)	2		
Concentrador Cloud Edge (sites)	2		
Orquestrador/Gerenciamento Rede + Gerenciamento UTM (sites)	2		
Transferência de Tecnologia	48 pessoas		
		<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>R\$</b>

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$.....(valor por extenso)**

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** ( ) dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 90 dias).

**PRAZO DE GARANTIA DA SOLUÇÃO:** No mínimo 60 (sessenta) meses.

**PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** Conforme definido no Anexo I-A.

**DESCRIÇÃO DETALHADA DE CADA EQUIPAMENTO OFERTADO:** abrangendo no

mínimo, marca, modelo, fabricante;

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, DECLARA:

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2. Que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato objeto da presente licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

Local e data

---

Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

### **INSTRUÇÕES:**

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR GLOBAL, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods e anexada no endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br);

2.1. A licitante deverá acessar <http://licitacoes.caixa.gov.br>, na opção “ÁREA LOGADA” → clicar em “ENTRAR” → realizar login → marcar a modalidade “LICITAÇÃO CAIXA” → escolher a opção “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, localizado no quadro “MINHAS ATIVIDADES” e, no item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.

3 – Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

[Adequar quando for o caso]



**ANEXO III****PREÇOS MÁXIMOS ADMITIDOS**

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Global</b>
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo I	92	R\$ 217.123,63	R\$ 19.975.373,96
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo II	2402	R\$ 21.302,37	R\$ 51.168.292,74
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo III	1849	R\$ 21.302,37	R\$ 39.388.082,13
Licença SDWAN/UTM Cloud	16	R\$ 472.381,74	R\$ 7.558.107,84
Concentradores SDWAN (sites)	2	R\$ 433.242,58	R\$ 866.485,16
Concentrador Cloud Edge (sites)	2	R\$ 433.242,58	R\$ 866.485,16
Orquestrador/Gerenciamento Rede + Gerenciamento UTM (sites)	2	R\$ 7.700.976,86	R\$ 15.401.953,72
Transferência de Tecnologia	48 pessoas	R\$ 48.955,97	R\$ 2.349.886,56
		<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>R\$ 137.574.667,27</b>

**ANEXO IV**  
**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º \_\_\_\_\_, PARA O FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO CONVERGENTE DE REDE COMPOSTA POR ROTEADORES CPE, CONCENTRADORES, AMBIENTE DE CONTROLE E GERENCIAMENTO, INCLUINDO O PROJETO, E IMPLANTAÇÃO, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília/DF, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_ daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do(a) \_\_\_\_\_ da CAIXA em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, constante do Processo Administrativo nº 5688.01.1629.0/2023 – SICLG nº 61.322, Licitação CAIXA nº 087/2024, têm justo e contratada prestação do serviço objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 e, subsidiariamente, da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado), bem como às cláusulas e condições que se seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de solução convergente de rede composta por roteadores CPE, Concentradores, Ambiente de Controle e Gerenciamento, incluindo o projeto e implantação.

**Parágrafo Único** – A especificação pormenorizada do objeto contratado, os requisitos técnicos e as condições de prestação dos serviços, bem como as obrigações e responsabilidades específicas estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I, Anexo I-A – Forma de Execução do Contrato, Anexo I-B - Segurança da Informação e Privacidade dos Fornecedores, que integra(m) e complementa(m) este contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, bem como as demais disposições deste contrato;
- II prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;
- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto;
- IV Dispor-se a fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos;
- VI Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a qualquer tempo e sem ônus para a CAIXA, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, toda ou parte da remessa do fornecimento nos casos em que o objeto estiver em desacordo com as especificações deste contrato e anexos ou apresentar defeitos, vícios, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- VII Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VIII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- IX Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;
- X Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- XI Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XII Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;

- XIII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XIV Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato;
- XV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- XVI Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XVIII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CETEL – SEPN 512 CONJUNTO C LOTES 9/10, ANDAR TÉRREO – ASA NORTE – BRASÍLIA, DF – CEP 70.760-500, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.
- XIX Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato.
- XX Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições deste contrato, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XXI Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XXII Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXIII Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;

- XXIV Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública;
- XXV Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;
- XXVI Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- XXVII Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Quinta.
- XXVIII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA;
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA**

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- IV Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado pela CAIXA.

**Parágrafo Único** – No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

**CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA**  
**A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:**

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.
- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
  - a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
  - b) Cumprimento das obrigações trabalhistas e Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança Ocupacional.
  - c) Eficiência no consumo de energia e de recursos naturais;
  - d) Utilização de fontes renováveis de energia;



- e) Gestão adequada de resíduos;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
- a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
- a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS**

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará à CONTRATADA os preços unitários abaixo indicados perfazendo o valor global de R\$   (valor por extenso), pelo período de vigência do contrato:

Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo I	92		
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo II	2402		
Appliances remotos + Módulo UTM Tipo III	1849		
Licença SDWAN/UTM Cloud	16		
Concentradores SDWAN (sites)	2		
Concentrador Cloud Edge (sites)	2		
Orquestrador/Gerenciamento Rede + Gerenciamento UTM (sites)	2		

Transferência de Tecnologia	48 pessoas		
		<b>TOTAL GLOBAL</b>	<b>R\$</b>

**Parágrafo Primeiro** – A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** – Havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a CAIXA deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

**Parágrafo Terceiro** – É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

**Parágrafo Quarto** - A contratada pode interpor recurso administrativo, sem efeito suspensivo, sobre os cálculos efetuados pela CAIXA para a concessão da revisão de preços.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no 10º (décimo) dia útil a contar da data da entrega do objeto aceito pela CAIXA, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA, de acordo com os critérios de repasse indicados no quadro abaixo:

<b>Etapas</b>	<b>Valor</b>	<b>Condição de Pagamento</b>	<b>Prazo de entrega/execução</b>
Entrega dos equipamentos (por lote)	70% do valor dos equipamentos solicitados	Após entrega e conferência de todos os componentes físicos e lógicos que compõem a solução, e a emissão do termo do aceite de entrega por parte da CAIXA.	Em até <b>60 (sessenta)</b> dias contados a partir da solicitação da Caixa
Instalação dos recursos	29% do valor dos equipamentos solicitados	Após o ateste da Caixa de que os componentes da solução se encontram totalmente operacionais (instalados e configurados), com todas as licenças aplicadas e necessárias para o completo funcionamento da solução.	Após o termo de aceite da instalação e configuração dos equipamentos
Transferência de Conhecimento	1% do valor dos equipamentos solicitados	Até o 15º dia útil do mês subsequente a entrega dos vouchers	---

**Parágrafo Segundo** - A etapa da Transferência de Tecnologia não é sucessora da etapa de Instalação, devendo ser cumprida mediante solicitação formal da CAIXA.

**Parágrafo Terceiro** - Os correspondentes documentos fiscais devem ser emitidos conforme a quantidade de equipamentos efetivamente entregues à CAIXA, e apresentados no endereço da CEAUS localizado no Setor SEPN 512 CJT C Lotes 9/10 – 4ª Andar, Asa Norte, cabendo à contratada emitir a correspondente nota fiscal/fatura em conformidade com a legislação aplicável e regulamentações dos órgãos competentes.

**Parágrafo Quarto** – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- I A identificação completa da CAIXA, para o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- II Descrição de todos os serviços/itens que compõem o respectivo documento fiscal de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço;

**Parágrafo Quinto** – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

**Parágrafo Sexto** – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

**Parágrafo Sétimo** – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

**Parágrafo Oitavo** – A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, e trabalhista, bem como da regularidade com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), exigidas no procedimento de contratação

**Parágrafo Nono** – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

**Parágrafo Décimo** – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente contrato terá a duração de 24 (vinte quatro) meses, a contar de dd/mm/aaaa.

**Parágrafo Único** – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

I Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada:

- a) a contratada será constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;
- b) a CAIXA poderá optar pela extinção do contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

No curso da execução deste contrato caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

**Parágrafo Primeiro** – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

**Parágrafo Segundo** – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

**Parágrafo Terceiro** – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO RESSARCIMENTO**

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

**Parágrafo Terceiro** – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF, onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

**Parágrafo Quarto** – Caso o acumulado dos índices de correção monetária seja negativo (deflação) para o período referenciado, esse não deverá ser considerado no cálculo de atualização, prevalecendo o valor nominal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I        Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;

- II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ [REDACTED] (valor por extenso), que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro;
- II Seguro-garantia;
- III Fiança bancária

**Parágrafo Primeiro** - A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

- I Correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

**Parágrafo Segundo** – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

**Parágrafo Terceiro** – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 (trinta) dias, após a última data de vencimento do contrato;

- I O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.
- II A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- III A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos



procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

- IV A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- V No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- VI A apólice deverá indicar o endereço eletrônico (e-mail) oficial caso exija a comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- VII Os valores de LMG - Limite Máximo da Garantia e LMI - Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- VIII A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

**Parágrafo Quarto** – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

**Parágrafo Quinto** – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

**Parágrafo Sexto** – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- I Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- II Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;
- III Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- IV Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- V Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;

- VI Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- VII Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- VIII O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “III”, “IV”, “VI” e “VII” acima.

**Parágrafo Sétimo** – A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

**Parágrafo Oitavo** – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

**Parágrafo Nono** – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

**Parágrafo Décimo** – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido na alínea ‘b’ do parágrafo oitavo acima.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

- I A substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS**

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de 60 (sessenta) meses, a contar da data do fornecimento.

**Parágrafo Primeiro** – O detalhamento referente a garantia dos bens fornecidos encontram-se no item 8 do Anexo I-A – Forma de Execução do Contrato e Anexo I-D – Termo de Garantia Apartado.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I            Multa;
- II           Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** – A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- I            Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato;
- II           Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato;
- III          Pelo atraso no envio da evidência comprobatória sobre a realização da capacitação de seus empregados sobre boas práticas de governança corporativa, segurança da informação, gestão de riscos, ética e integridade, sustentabilidade e prevenção ao assédio moral e sexual no trabalho: multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso, limitado a 5% sobre o valor global do contrato;
- IV          Pelo não cumprimento do prazo de entrega ou instalação a multa será de 0,1% do valor global contratado por dia de atraso.
- V           Pelo não atendimento do serviço de suporte técnico especializado, ficará sujeito multa à razão de 0,03% do valor global do contrato por dia de atraso.
- VI          Pelo não atendimento do serviço de suporte técnico especializado de serviço de mentoria, ficará sujeito multa à razão de 0,03% do valor global do contrato por dia de atraso.
- VII        Pelo não cumprimento do prazo de integração do seu sistema de controle de chamados com o sistema da CAIXA, ficará sujeito multa à razão de 0,03% do valor global do contrato por dia de atraso.
- VIII       Pelo não atendimento e apresentação do plano de melhoria, ficará sujeito multa à razão de 0,01% do valor global do contrato por dia de atraso.
- IX          Pelo não cumprimento dos prazos previstos para remanejamento e reinstalação de equipamentos, a contratada estará sujeita a multa de 0,1%, por dia corrido de atraso, sobre o valor individual do equipamento.
- X           Pelo descumprimento do prazo para substituição de equipamentos que apresentarem ocorrências de sucessivos defeitos, pelo período de 60 (sessenta)

dias corridos, a contratada estará sujeita a multa de 0,01%, por dia corrido de atraso, sobre o valor individual do equipamento.

- XI Pelo não cumprimento do prazo de entrega, de ações preventivas ou instalação a multa será de 0,1% por dia corrido de atraso por equipamento.
- XII Pelo descumprimento da entrega do relatório mensal para a CAIXA pela CONTRATADA, a multa será de 0,01% por dia corrido de atraso por equipamento.
- XIII Pelo atraso na execução dos serviços e implantação dos equipamentos, conforme cronogramas, a CONTRATADA sujeitar-se à multa de 0,1% do valor do contrato por dia corrido de atraso.
- XIV Pelo atraso na correção de problemas que impossibilitem a emissão do termo de aceite pela CAIXA, a multa será de 0,01% por dia corrido de atraso por equipamento.
- XV Pelo descumprimento do prazo para desinstalar os equipamentos, quando solicitado pela CAIXA, a CONTRATADA sujeitar-se à multa de 0,01% do valor do contrato por dia corrido de atraso.
- XVI Pelo descumprimento do prazo para informação e disponibilização à CAIXA de novas versões e atualizações estáveis que surgirem durante a vigência do contrato, a CONTRATADA sujeitar-se à multa de 0,01% do valor do contrato por dia corrido de atraso.
- XVII Pelo descumprimento do prazo para integração da ferramenta de chamados da CONTRATADA com a ferramenta de controle de chamados da CAIXA, a CONTRATADA sujeitar-se à multa de 0,05% do valor do contrato por dia corrido de atraso.
- XVIII Pelo descumprimento de quaisquer das obrigações dos serviços de desinstalação, reinstalação e mudança de LOCAL e subitens, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de 0,05% do valor do global do contrato por dia de atraso, limitada a 10% do valor do contrato.
- XIX A interrupção integral da execução do contrato, sem prévia autorização da CAIXA, sendo a multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato.
- XX Mantidos os motivos que justificaram as notificações da CAIXA à CONTRATADA, considerar-se-á insatisfatória a execução do plano de melhoria e a contratada estará sujeita à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global do contrato.
- XXI Serão cumulativas para cada dia de atraso e para cada chamado (aberto ou fechado no mês de referência) de acordo com sua severidade.
- XXII 0,5% (meio por cento) do valor da(s) licenças(s), por dia de atraso na entrega das licenças;
- XXIII 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor global do contrato, por dia de atraso na disponibilização de caixa postal e telefone para acionamento;
- XXIV 0,01% (zero vírgula zero um por cento) do valor do item de transferência de conhecimentos, por dia de atraso na disponibilização dos vouchers;

**Parágrafo Segundo** - As multas previstas neste contrato estão limitadas a 10% (dez por cento) do valor global deste contrato.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

**Parágrafo Quarto** – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I           Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II           Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III          Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV          Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V           Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI          Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII         Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII        Não manter a proposta;
- IX          Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X           Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- XI         Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

**Parágrafo Quinto** – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

**Parágrafo Sexto** – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

**Parágrafo Sétimo** – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU e lançadas no sistema CGU-PJ, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

**Parágrafo Oitavo** – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS**

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A rescisão do contrato se dá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III Por determinação judicial;

**Parágrafo Primeiro** – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

**Parágrafo Segundo** – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

**Parágrafo Terceiro** – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.



**Parágrafo Quarto** – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

**Parágrafo Quinto** – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao fornecimento contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no compromisso registrado no SAP sob o nº 8000007293 e item de acompanhamento orçamentário nº 3104-01.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 13.303/2016;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais do fornecimento, caso em que a CAIXA comunicará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- II É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CAIXA;
- III É vedada a subcontratação para o fornecimento objeto deste instrumento.
- IV No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, constante deste contrato, permite a contratada a

obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.

- V É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – ARBITRAGEM**

A CAIXA e a CONTRATADA poderão utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis inerentes a este contrato, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e suas alterações.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

**Local/data**

---

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF(MF): \_\_\_\_\_

---

**DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA**

Nome: \_\_\_\_\_

CPF(MF): \_\_\_\_\_

**Testemunhas**

---

Nome: \_\_\_\_\_

CPF(MF): \_\_\_\_\_

---

Nome: \_\_\_\_\_

CPF(MF): \_\_\_\_\_

**ANEXO XX DO CONTRATO Nº .....****DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - a) Dirigente da CAIXA;
  - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
  - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(\_\_\_\_\_)

Nome/RG/CPF

**ANEXO XX DO CONTRATO Nº .....****DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**  
**ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012**

Ilmo. Sr.

Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - Preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

**CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA****1 OBJETIVO**

**1.1** Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

**1.2** Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

**1.3** As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

**1.4** Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, conseqüentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

**2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA**

**2.1** Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

**2.1.1** Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

**2.1.2** Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

**2.1.3** Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

**2.1.4** Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei 12.846/2013.

**2.1.5** Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e



serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

**2.1.6** Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

**2.1.7** Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

**2.1.8** Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

**2.1.9** Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

**2.1.10** Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

**2.1.11** Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

**2.1.12** Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

**2.1.13** Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

**2.1.14** Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

**2.1.15** Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

**2.1.16** Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e

proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

**2.1.17** De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site [www.jogoresponsavel.com.br](http://www.jogoresponsavel.com.br) e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

**2.2** As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

### **3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA**

**3.1** A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

**3.1.1** Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

**3.1.2** Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

**3.1.3** Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

**3.1.4** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

**3.1.5** Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

**3.1.6** Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

**3.1.7** Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

**3.1.8** Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

**3.1.9** Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

**3.1.10** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**3.1.11** Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

**3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:**

**3.2.1** Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

**3.2.2** Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

**3.2.3** Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

**3.2.4** Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

**3.2.5** Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

**3.2.6** Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

**3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:**

**3.3.1** Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

**3.3.2** Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

**3.3.3** Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

**3.3.4** Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

**3.3.5** Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

**3.3.6** Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

ANEXO **XX** DO CONTRATO Nº .....**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO**  
**AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA**

**[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR]**, inscrita(o) no **[CNPJ OU CPF]** ....., por meio do seu representante devidamente constituído, **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]**, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico [www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

---

Local, data.

---

(assinatura)  
(nome e cargo)

ANEXO XX DO CONTRATO Nº .....

**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL  
E CLIMÁTICA CAIXA FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ
---------------	------

Endereço	Telefone
----------	----------

Nome do Representante Legal	CPF
-----------------------------	-----

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

## ANEXO XX DO CONTRATO Nº .....

**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA – FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ
Endereço	Telefone
Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal



[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

### **DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS**

Eu,....., CPF....., representante da empresa  
....., CNPJ ....., no cargo de  
....., declaro que todos os empregados vinculados a esta organização  
que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de  
Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança  
Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio  
Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de  
seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>,  
[www.licitacoes.caixa.gov.br](http://www.licitacoes.caixa.gov.br), ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e  
[https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf)  
[Moral-Sexual-Discriminacao.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf) (ou pelo site [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), aba “Downloads”, no link  
“A CAIXA – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser  
contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a  
ela.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Nome

**ANEXO DO CONTRATO Nº .....****TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Exclusivo  
para Prestador de Serviço**

<b>Nome do Usuário</b>	<b>CPF</b>
<b>Empresa</b>	<b>Função</b>
<b>Lotação</b>	<b>Telefone</b>

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;

9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;
10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- a CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- as responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- o descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)>, clique na aba “Downloads”, item “Governança Corporativa”, no link “Política de Segurança e Informação”, ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do usuário

\_\_\_\_\_  
Nome, CPF e Assinatura do  
Representante/Preposto da Empresa  
Contratada

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação LICITAÇÃO CAIXA nº 087/5688-2024 que:

- se enquadra na condição de \_\_\_\_\_ (*a licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI*), nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte*] ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 [*Quando for microempreendedor individual - MEI*], e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

.....  
Assinatura do representante legal da empresa  
Nome/RG/CPF

**ANEXO VII****TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº ....., por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de Licitação CAIXA n.º 087/5688-2024.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;

6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

-----  
[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,  
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

**ANEXO VIII****DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_ [Inserir nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA para efeitos de habilitação para a Licitação CAIXA nº. 087/5688-2024, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Licitador.

**Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos serão enviados**

a) Proposta e Planilha (se for o caso);

( ) Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)

b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;

( ) Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº \_\_\_\_\_, datado de \_\_\_\_\_;

c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista; (Caso a empresa possua cadastro no SICAF e este estiver regular não há necessidade de envio das certidões abaixo. Se alguma certidão estiver com prazo vencido enviar e informar (se for o caso))

( ) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND

( ) CND FGTS

( ) CND Trabalhista

d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;

( ) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;



( ) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei

e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; **(identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)**

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

( ) Atestados / certidões / declarações \_\_\_\_\_

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; **(elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)**

( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;

( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;

( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;

( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;

( \_\_\_\_\_ )  
\_\_\_\_\_;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

*“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:*

*[...]*

*II – autenticação de cópia de documento, [...]*

*[...]*

*§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”*

Localidade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).